REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS
N.º 15 e 16
JULHO/DEZ. 1992
TOMO II



REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DADE - BIBLIOTECA/MUSEU

REVISTA
DO
TRIBUNAL DE CONTAS

FICHA TÉCNICA

Propriedade: *TRIBUNAL DE CONTAS*

Director: *PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS*

Administração: *Conselho Administrativo do Cofre do Tribunal de Contas*

Coordenador deste número: *Director-Geral do Tribunal de Contas*

Supervisores de Jurisprudência: *Conselheiro Vice-Presidente — 1.ª Secção (Visto)* e *Conselheiro Vice-Presidente — 2.ª Secção (Contas)*

Direcção, Redacção e Administração: *Sede do Tribunal de Contas — Av. da República, 65 — 1000 Lisboa*

Distribuição e assinaturas: *Av. da República, 65, 3.° andar, sala 17 -1000 Lisboa*

Composição e impressão: Gráfica Maiadouro, S.A. — MAIA

ISSN: 0871 3065

Tiragem: 2500 exemplares

Depósito Legal: 72 776/93

TOMO II

ARQUIVO HISTÓRICO

MAGISTRADOS, DIRIGENTES E CONTADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E DAS INSTITUIÇÕES QUE O PRECEDERAM:

4. CONSELHO FISCAL DE CONTAS (18.09.1844 — 10.11.1849) 391

5. TRIBUNAL DE CONTAS (10.11.1849 — 11.04.1911)
por: Prof. Doutor António Sousa Franco
Dr.ª Judite Cavaleiro Paixão 401

INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

MONOGRAFIAS E ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 439

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 525

ÍNDICE DE ASSUNTOS 551

ÍNDICE DE AUTORES E TÍTULOS DE OBRAS ANÓNIMAS 569

SUMÁRIO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SELECCIONADAS 587

ARQUIVO HISTÓRICO

MAGISTRADOS, DIRIGENTES E CONTADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E DAS INSTITUIÇÕES QUE O PRECEDERAM

4. Conselho Fiscal de Contas
(18.09.1844 -10.11.1849)

5. Tribunal de Contas
(10.11.1849-11.04.1911)

Prof. Doutor António de Sousa Franco *
Dr.ª Judite Cavaleiro Paixão **

(continuação do n.º anterior)

* Presidente do Tribunal de Contas.
** Directora do Arquivo Histórico e Biblioteca.

4. CONSELHO FISCAL DE CONTAS

(18.09.1844 - 10.11.1849)

4.1. *Caracterização*

No processo de implantação da nova ordem liberal, a estrutura da administração da Fazenda Pública conheceu diversas alterações.

A Constituição de 1822 (art.º 233.º) estabelecera a obrigatoriedade de publicar anualmente, na imprensa, a conta geral de receita e despesa do Estado, depois de aprovada pelas Cortes.

Contrariava-se, assim, o anterior secretismo imposto às contas públicas por um regime altamente centralizador.

Também na Carta Constitucional de 1826 (art.º 136.º) se preconizava que a administração, arrecadação e contabilidade da receita e despesa da Fazenda Pública deveriam caber a um Tribunal designado por «Tesouro Público».

Criado em 1832, mas tendo iniciado funções somente dez anos depois, o Tribunal do Tesouro Público, sucessor do Erário Régio pombalino, apresentara já algumas inovações em relação ao seu antecessor, nomeadamente na obrigatoriedade de apresentar, anualmente, às Câmaras o balanço geral das receitas e despesas públicas do ano anterior.

Mantinha-se, no entanto, a dependência de um organismo superior: a presidência do Tribunal do Tesouro Público era exercida pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

Neste novo organismo concentrava-se a administração, arrecadação e contabilidade da Fazenda Pública, numa multiplicidade que dificultava o normal funcionamento dos seus serviços.

Tornava-se, pois, necessário reformular a estrutura da administração da Fazenda Pública.

Em 1844, na sequência do plano de reforma apresentado por uma Comissão ad-hoc constituída nesse mesmo ano, é definida, por Decreto de 2 de Agosto, a nova organização da Fazenda Pública.

Pela primeira vez, é estabelecida uma distinção clara entre a administração dos rendimentos e despesas públicas e o exame, verificação e julgamento dos mesmos. Assim, e de acordo com o Decreto citado, a administração da Fazenda passa a compreender:

1) o serviço central do Ministério da Fazenda — atribuído à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;
2) a administração, arrecadação e contabilidade dos impostos e rendimentos públicos — atribuídas ao Tribunal do Tesouro Público;
3) o exame, verificação e julgamento das contas do Tesouro Público — atribuídas ao *Conselho Fiscal de Contas*.

As competências que, desde 1832, pertenciam somente ao Tribunal do Tesouro Público passam, agora, no que diz respeito à fiscalização das contas públicas, a pertencer ao novo Conselho Fiscal de Contas.

Apesar de com a criação do Conselho Fiscal de Contas se consagrar já uma separação entre as funções de administração/fiscalização, o novo organismo não é, ainda, independente face ao poder central. De facto, os membros do Conselho Fiscal de Contas eram nomeados pelo Governo, escolhidos entre os membros do Tribunal do Tesouro ou de outras repartições desde que providos com as necessárias habilitações.

Compunham o Conselho Fiscal de Contas: 1 Presidente, 4 Conselheiros Vogais (dos quais 1, designado pelo Governo, teria funções de Vice-Presidente) e 1 Secretário sem voto.

Junto do Conselho Fiscal de Contas exercia funções de Ministério Público, por meio de requisição, um Procurador-Geral da Fazenda com assento e categoria iguais às dos Conselheiros Vogais.

Ao Conselho Fiscal de Contas cabia :

— julgar as contas das receitas e despesas públicas, anualmente prestadas pelos responsáveis para com a Fazenda Pública;
— liquidar os atrasos do Tesouro;
— recensear a dívida pública em geral;
— apresentar ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no final de cada ano, um relatório das suas actividades no decurso desse ano e o exame e parecer da conta geral de receita e despesa do Estado no ano económico anterior (art.° 23.°)

O serviço do Conselho Fiscal de Contas era distribuído por 3 repartições compostas por diversas secções.

De acordo com a Tabela anexa ao Decreto de 18 de Setembro de 1844, o número de funcionários do Conselho Fiscal de Contas atingia os 105, totalizando a despesa com os seus vencimentos 47 260$000 réis.

Além dos vencimentos, podiam os funcionários do Conselho Fiscal de Contas (tal como os das repartições do Tribunal do Tesouro Público) receber o produto da divisão do excedente dos emolumentos recebidos por este organismo.

Por Decreto de 20 de Setembro de 1844, é atribuída ao Conselho Fiscal a mesma categoria atribuída ao Tribunal do Tesouro Público e os seus membros equiparados aos do Supremo Tribunal de Justiça.

Em 27 de Fevereiro de 1845 é publicado o Regulamento do Conselho Fiscal de Contas.

São reafirmadas as atribuições e competências do Conselho Fiscal de Contas já definidas pelo Decreto de 18 de Setembro de 1844.

O Tribunal do Conselho Fiscal de Contas reunia ordinariamente três vezes por semana, podendo ser convocado extraordinariamente.

Nenhuma decisão, acordão ou sentença poderia ser considerada válida e definitiva sem três votos conformes.

Determinadas Consultas podiam ser apresentadas ao Governo ou, pela sua gravidade e importância, para resolução régia mas sempre com voto do Procurador-Geral da Fazenda.

Ao Procurador-Geral da Fazenda competia verificar do cumprimento dos prazos fixados por lei para apresentação das contas e, nos casos de negligência ou omissão, requerer a aplicação das correspondentes penas.

Podia ser interposto recurso das Sentenças do Tribunal: *ordinário* para o mesmo Tribunal e somente por erro de conta, omissão, duplicação de verba ou apresentação de novo documento; ou recurso de *revista* para o Conselho de Estado todas as vezes que os responsáveis se julgassem lesados.

Era o Conselho Fiscal de Contas dividido em três Repartições cabendo a cada uma a liquidação, exame e verificação das contas dependentes de:

1.ª Repartição — Ministério da Fazenda, Tribunal do Tesouro e Junta do Crédito Público;
2.ª Repartição — Ministério da Guerra e Ministério da Marinha;
3.ª Repartição — Ministério do Reino, Ministério da Justiça e Ministério dos Estrangeiros.

Cada uma destas Repartições era dividida em duas Secções: a primeira para o exame e verificação e a segunda para o processo e contabilidade.

Na 1.ª Repartição funcionava ainda uma terceira Secção — a Secretaria — para o processo e recenseamento da dívida pública em geral.

Na tabela anexa ao Decreto de 1 de Setembro de 1848, é distribuída a despesa do Ministério dos Negócios da Fazenda para 1848/1849. Assim, para um total de 103 funcionários é calculado um dispêndio com vencimentos de 46 160$000 réis.

Previa-se igualmente uma despesa de 500$000 réis com livros e outros objectos.

A Lei de 9 de Julho de 1849 que fixa a despesa para o ano económico de 1849/1850 atribui ao Tribunal do Conselho Fiscal de Contas uma verba de 46 600$000 réis.

O mesmo diploma refere, no art.° 5.°, que o Governo deveria remeter ao Tribunal do Conselho Fiscal de Contas, para efeitos de fiscalização, cópia autêntica dos Decretos que viessem a atribuir créditos suplementares.

Por Carta de Lei da mesma data é o Governo autorizado a reformar a Administração Superior da Fazenda Pública, nomeadamente o Tribunal do Conselho Fiscal de Contas, habilitando-o a desempenhar as suas funções fiscais.

No mesmo diploma (art.° 3.°) é autorizada a organização de um novo organismo: o Tribunal de Contas.

A 10 de Novembro de 1849, é apresentado pelo Governo, um Relatório propondo a reforma da Administração Superior da Fazenda Pública.

Neste Relatório são referidos os inconvenientes decorrentes das sucessivas reformas que a Administração, Justiça e Fazenda conheceram a partir de 1832: a existência efémera de alguns dos organismos criados por estas reformas não permitiu sequer aquilatar da sua eficiência.

Na sequência deste Relatório, e por Decreto da mesma data, é reorganizada a Administração Superior da Fazenda Pública passando a englobar:

— Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;
— Tribunal do Tesouro Público;
— Administração da Fazenda nos Distritos Administrativos;
— *Tribunal de Contas* — responsável pela fiscalização superior de receitas e despesas públicas de todos os Ministérios, Câmaras Municipais e Estabelecimentos Pios, cujos rendimentos anuais excedessem os 2 contos de réis.

O Tribunal do Conselho Fiscal de Contas, extinto 5 anos após a sua criação, «não passou de um ensaio, ponte de passagem entre o nada da fiscalização pombalina e a autêntica instituição revedora de contas». ([1])

([1]) Cf. OLIVEIRA, Águedo de — O centenário do Tribunal de Contas. Lisboa, 1949, p. 20.

4.2. *Composição inicial e quadro de funcionários:*

Tabela anexa ao *Decreto de 18 de Setembro de 1844:*

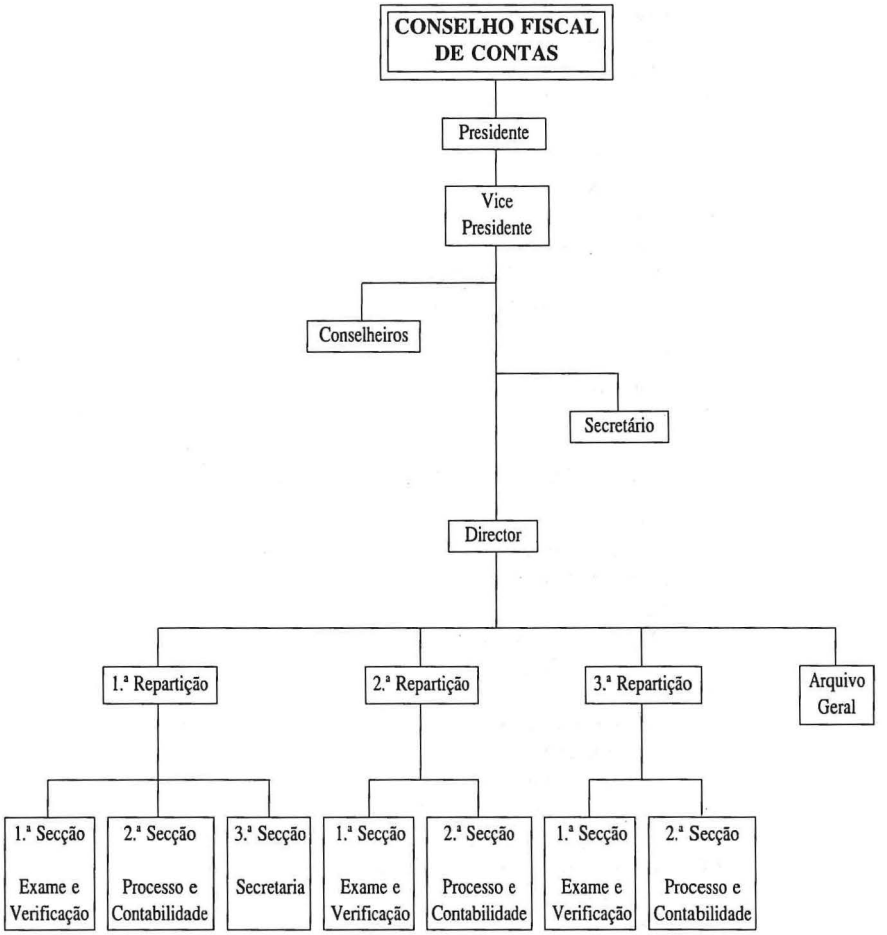
1	Presidente
1	Vice-Presidente (1)
3	Conselheiros Vogais
1	Secretário (2)
1	Director(3)
2	Chefes de Repartição
6	Contadores
12	Primeiros Oficiais
14	Segundos Oficiais
10	Terceiros Oficiais
6	Aspirantes de 1.ª Classe
20	Aspirantes de 2.ª Classe
20	Aspirantes de 3.ª Classe
1	Porteiro
4	Contínuos
1	Correio montado
2	Serventes

Tabela anexa ao *Decreto de 1 de Setembro de 1848:*

1	Conselheiro Presidente
1	Conselheiro Vice-Presidente
3	Conselheiros Vogais
1	Secretário
1	Director, Chefe de Repartição
2	Chefes de Repartição
5	Contadores
12	Primeiros Oficiais
14	Segundos Oficiais
10	Terceiros Oficiais
6	Aspirantes de Primeira Classe
20	Aspirantes de Segunda Classe
20	Aspirantes de Terceira Classe
1	Porteiro
3	Contínuos
1	Correio a cavalo
2	Serventes

(1) Escolhido pelo Governo entre os Conselheiros Vogais.
(2) Sem direito a voto.
(3) Simultaneamente, o Chefe da Primeira Repartição.

Organograma



(Segundo o Decreto de 18/09/1944 e o Regulamento de 27/02/1845)

4.3. *Enumeração dos titulares dos cargos e funções:*

Presidente:

- Visconde de Oliveira, Marcelino Máximo de Azevedo e Melo (15/10/1844 – 10/11/1849).

Conselheiro:

- Agostinho Albano da Silveira Pinto, Dr (25/09/1844)
  — exerceu funções de Vice-Presidente entre 25/09/1844 – 10/11/1849;
- Alexandre de Abreu Castanheira (25/09/1844);
- José Pereira de Menezes (25/09/1844);
- João Ferreira da Costa e São Paio (25/09/1844);
- Barão de Porto de Mós, Venâncio Pinto de Rega Ceia Trigueiros (20/01/1845);
  — exonerado em 22/07/1846 * e reintegrado em 28/10/1846 *;
- António José de Ávila (28/07/1846)
  — Conselheiro e Ministro Secretário de Estado Honorário.

Procurador-Geral da Fazenda:

- Tomás Cabral Soares de Albergaria, Dr. (16/11/1847)
  — ajudante suplementar.

Secretário:

- João Francisco Regis Schiappa de Azevedo (28/09/1844);
- Francisco Simões Margiochi (20/01/1845).

Director das Repartições:

- António José Pedroso de Almeida (28/09/1844).

Chefe de Repartição:

- António Martins de Azevedo (28/09/1844)
- Francisco dos Santos Pinto (28/09/1844)
- Sebastião José da Costa (/11/1844).

---

* Datas de Decreto.

Contador:

- António Maria Dias (28/09/1844);
- Joaquim Fernandes Couto (28/09/1844);
- José Joaquim da Silva Reis (28/09/1844);
- Ladislau Manuel do Nascimento de Barbuda (28/09/1844);
- Marcelino António de Morais (28/09/1844);
- Sebastião José da Costa (28/09/1844).

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

— AHTC. Tesouro Público e seus Sucessores, n.º 14:
Livro de Registo de Cartas e Provimentos (Fev. 1845 — Jul. 1860).
— AHTC. Tesouro Público e seus Sucessores, n.º 17:
Autos de Posse (Fev. 1845 — Jul. 1860).
— AHTC. Tesouro Público e seus Sucessores, n.º 20:
Livro dos Empregados do Quadro da Contadoria do Tesouro Público.

2. Fontes impressas

— BESSA, José Marcelino de Almeida — *Manual parlamentar para uso dos senhores deputados da Nação Portugueza*.
Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
— LEGISLAÇÃO Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional:
vol. 11 (1844-1845)
vol. 12 (1846-1848)
vol. 13 (1849 e supl. 1842-1848)
— LOBO, Ferreira — *Regimento do Tribunal de Contas: colligido e anotado*. Lisboa, 1872.
— MARTINS, Guilherme de Oliveira — *O Ministerio das Finanças: subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda*.
Lisboa, Ministério das Finanças, 1988.
— MOREIRA, Alzira Teixeira Leite — *O Conselho Fiscal de Contas*. «Boletim do Tribunal de Contas», Lisboa, 22, Dez. 1985, p. 115-127.
— idem — *Presidentes do Tribunal de Contas (1844-1911)*: 2.ª parte «Boletim do Tribunal de Contas», Lisboa, 20, Jun. 1985, p. 101-112.
— SARAIVA, José Mendes da Cunha — *A administração superior da Fazenda e os seus ministros*.
Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1952.

5. TRIBUNAL DE CONTAS

(10.11.1849 – 11.04.1911)

5.1. *Caracterização*

Autorizada por Carta de Lei de 1849, sofreu a administração superior da Fazenda Pública uma reforma por Decreto de 10 de Novembro do mesmo ano.

Esta reforma compreendia a organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, do Tribunal do Tesouro Público e da Administração da Fazenda Pública nos distritos administrativos e a criação do Tribunal de Contas.

No Relatório apresentado pelo Governo, precedendo a publicação do Decreto, justifica-se a criação deste novo organismo por «ser uma instituição necessária em qualquer Governo regular, qualquer que seja a forma e princípio da sua constituição»([1])

Subjacentes à constituição do Tribunal de Contas, estavam as preocupações com a definição clara das suas competências e a garantia da independência dos seus membros enquanto julgadores.

Assim, no Decreto 10 de Novembro era estabelecida a perpetuidade do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e a sua incompatibilidade com o exercício de quaisquer outras funções na Administração e na Justiça.

No art.º 19.º do mesmo Decreto são definidas as competências do Tribunal de Contas:

— julgamento das contas das receitas e despesas públicas, apresentadas pelos Tesoureiros, Recebedores e Pagadores de todos os Ministérios e Repartições ou quaisquer outros responsáveis;
— julgamento das contas das municipalidades e estabelecimentos pios de rendimentos superiores a dois contos de réis. Caso os rendimentos não

---

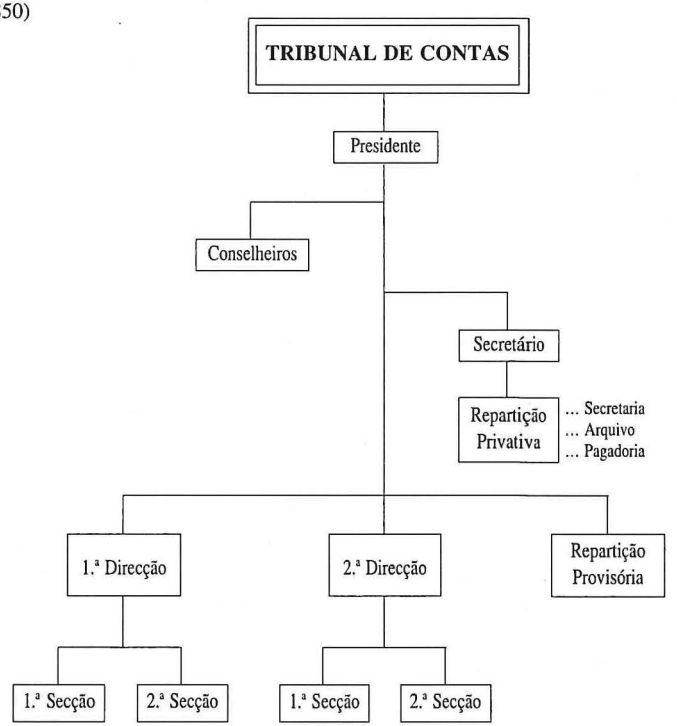
([1]) Diário do Governo, n.º 267, de 12 de Novembro de 1849.

atingissem aquele valor, competia ao Tribunal conhecer e estatuir por via de recurso, das decisões dos Conselhos de Distrito, sobre as contas anuais dos Tesoureiros e Recebedores daquelas instituições;
— julgar e desembaraçar os depósitos e extinção das fianças;
— impor multas aos responsáveis que não apresentassem atempadamente as suas contas.

A jurisdição do Tribunal em matéria de contas e imposição de multas era própria e privativa, tendo os seus acordãos a mesma autoridade e efeitos do julgamentos e sentenças dos Tribunais de Justiça.

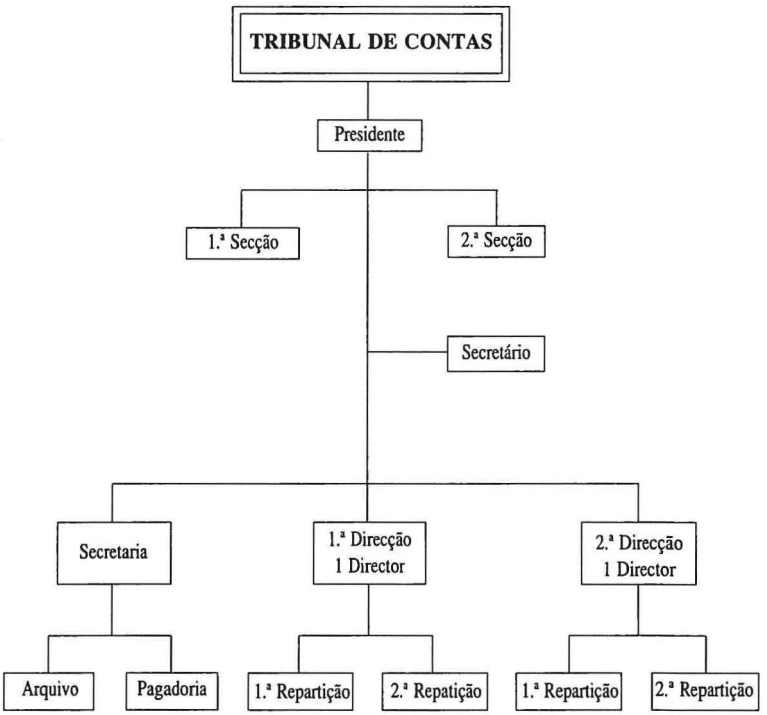
Competia ainda ao Tribunal de Contas a elaboração anual de um Relatório impresso relativo ao exame das contas de todos os responsáveis para com a Fazenda Pública. Completava este Relatório uma Declaração Geral sobre as contas dos Ministérios, na qual o Tribunal apresentava sugestões para o melhoramento da gestão dos dinheiros públicos.

Organograma (1850)



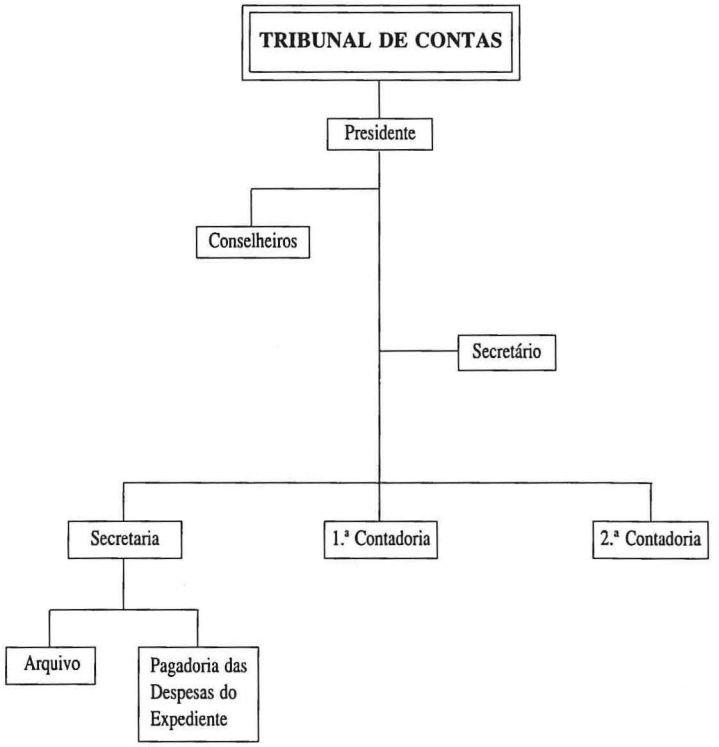
(Segundo o Decreto de 27/02/1850)

Organograma (1859-1860)



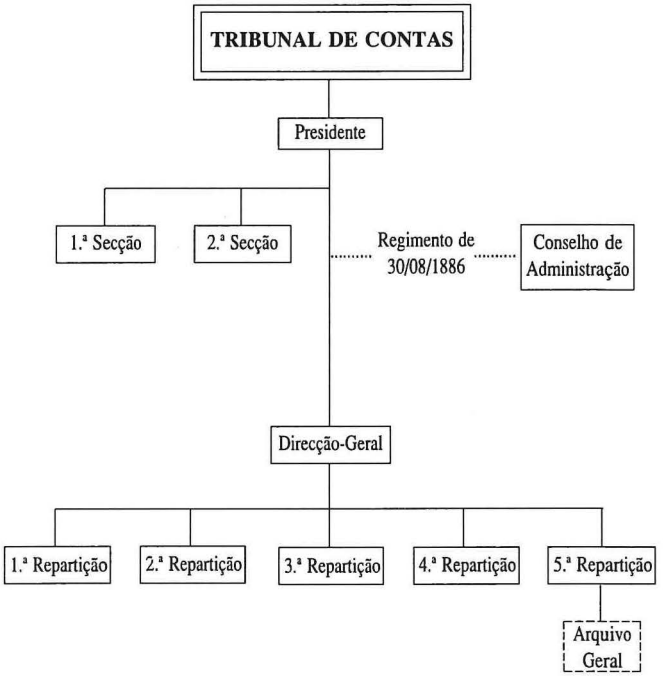
(Segundo o Decreto de 19/08/1859 e o Regimento de 06/09/1860)

Organograma (1869-1878)



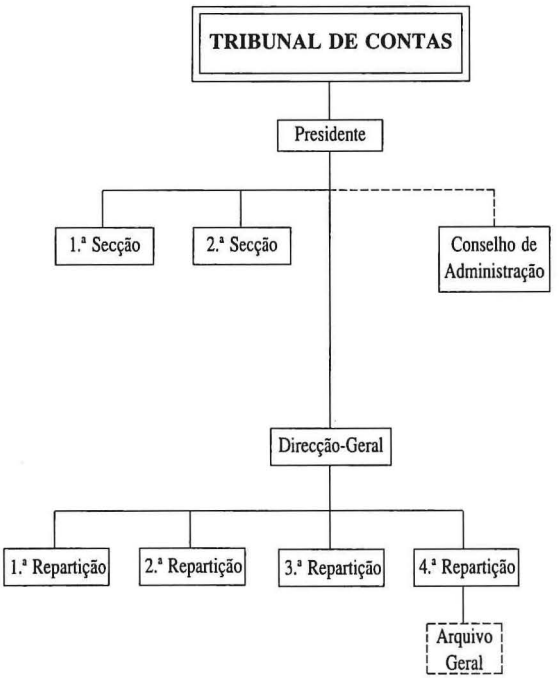
(Segundo os Regimentos de 21/04/1869 e de 21/08/1879)

Organograma (1886)



(Segundo a Lei Orgânica de 26/07/1886 e o Regimento de 30/08/1886)

Organograma (1898)



(Segundo a Lei de 30/04/1898)

O Relatório e a Declaração eram enviados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda que deles dava conhecimento aos outros membros do Governo, podendo cada um fazer as considerações que entendesse necessárias. Com estas observações, eram então apresentados ao Rei, impressos e remetidos às Câmaras Legislativas.

Adoptadas estas disposições, principiava, assim, «a era da fiscalização em larga escala, capítulo vivo duma sociedade constitucional.» (1)

A 13 de Novembro é publicada a Portaria que nomeia o Presidente, Conselheiros e Secretário do Tribunal de Contas. Na mesma data, o Tribunal, reunido em sessão, incumbiu o Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, Vice-Presidente, da elaboração do projecto de Regimento do organismo, para submeter à apreciação régia.

O Regimento viria a ser publicado em 25 Fevereiro de 1850, por forma a regular o serviço da Instituição e definir as funções de que estava incumbido.

O serviço e expediente foram distribuídos por duas Direcções, subdivididas em duas secções, cabendo a cada uma o exame e a preparação dos processos de contas segundo determinação do regulamento interno do Tribunal.

As contas relativas às épocas anteriores a 1850 seriam examinadas, verificadas e liquidadas por uma Repartição provisória, dividida em tantas secções quantas fossem necessárias.

Por sua vez, a Secretaria, o Arquivo e a Pagadoria constituem uma Repartição privativa, presidida pelo Secretário.

Saliente-se que, por este Regimento, é atribuída ao Tribunal de Contas, na hierarquia do Estado, a posição imediatamente a seguir à do Supremo Tribunal de Justiça, sendo o Presidente e os Conselheiros equiparados aos daquela Instituição.

O Tribunal de Contas, sediado em Lisboa, estendia a sua jurisdição a todo o Reino e às Províncias Ultramarinas.

O julgamento das contas ultramarinas foi da competência do Tribunal de Contas até que, por Decreto de 21 de Dezembro de 1854, foi regulada a prestação das contas ultramarinas para julgamento pelo Conselho Ultramarino. (2)

Reorganizada a administração superior da Marinha e Ultramar, por Decreto de 6 de Setembro de 1859, mantêm-se as atribuições do Conselho

---

(1) Cf. OLIVEIRA, Artur Águedo de — O centenário do Tribunal de Contas. Lisboa, 1949, p. 35.

(2) Criado em Setembro de 1851, logo por Decreto de 28 de Outubro do mesmo ano, determina-se que o Conselho Ultramarino bem como os seus vogais efectivos gozem de categoria idêntica à do Tribunal de Contas e seus membros.

Ultramarino enquanto Tribunal de Contas. Porém, só em 1866 (1) será publicado o Regimento do Conselho Ultramarino como Tribunal de Contas.

Por este Regimento competia ao Conselho Ultramarino, como Tribunal de Contas:

— julgar em única instância as contas das Juntas da Fazenda das Províncias Ultramarinas, relativas à época de 1 de Julho de 1867 em diante;
— conhecer e julgar, por via de recurso, os acordãos das Juntas sobre as contas anuais dos responsáveis da Fazenda Pública e os acordãos dos Conselhos de Distrito sobre as contas anuais das corporações administrativas e estabelecimentos de beneficência de valor superior a 600$000 réis;
— elaborar anualmente um Relatório e relativo ao exame da conta do Ultramar a ser enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, apresentado ao Rei e, depois de impresso, remetido às Câmaras Legislativas.

O Conselho Ultramarino, como Tribunal de Contas, exercia as suas atribuições em reunião plenária e dividido em duas secções.

Presidia às sessões do tribunal pleno e às das secções, quando conveniente, o Vice-Presidente do Conselho Ultramarino.

Compunham-no ainda um Secretário do Tribunal, o representante do Ministério Público que era simultaneamente o ajudante do Procurador Geral da Coroa junto do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, diversos primeiros-oficiais que serviam como primeiros contadores, segundos oficiais que serviam como segundos contadores e amanuenses.

Na sequência de ofício da Junta de Fazenda Pública da Província de Angola ao Conselho Ultramarino, datado de 3 de Setembro de 1867, expondo os motivos pelos quais não poderia prestar as suas contas ao Conselho Ultramarino a partir da data estipulada pelo Decreto de 21 de Dezembro de 1866, é publicado pelo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar um Decreto (2) em que se estabelece que o julgamento das contas pelo Conselho Ultramarino, só terá início a partir de 1 de Julho de 1868.

Extinto o Conselho Ultramarino em 23 de Setembro de 1868, voltou à competência do Tribunal de Contas o julgamento das contas ultramarinas.

---

(1) Decreto de 21 de Dezembro.
(2) Decreto de 26 de Fevereiro de 1868.

Após uma década de funcionamento tornou-se necessário proceder a importantes modificações ao nível do Tribunal de Contas para que pudesse apresentar os resultados correspondentes.

Para tornar mais eficaz a acção do Tribunal de Contas, foi criada uma Comissão, composta por 3 Conselheiros deste Tribunal, com a missão de coordenar e propor um projecto de organização geral do sistema de escrituração central do Ministério da Fazenda e da contabilidade dos diversos Ministérios. ([1])

Esta Comissão, concluído o projecto de que fora incumbida, seria dissolvida por Decreto de 22 de Setembro de 1859.

Já no ano de 1857, fora o Governo autorizado, por Lei de 20 de Julho, a reorganizar o Tribunal de Contas e as contadorias dos Ministérios e das repartições do Estado estatais que forneciam contas e outros elementos necessários à actividade do Tribunal.

Esta autorização é reafirmada pela Lei de 14 de Agosto de 1858, salientando que a despesa decorrente dessa reorganização não poderia exceder em mais de 12 000$000 a despesa anual já atribuída ao Tribunal de Contas.

Nesta sequência surge a reforma de 1859, consagrada pelo Decreto de 19 de Agosto que reorganiza o Tribunal de Contas.

No Relatório do Governo antecedendo a publicação do Decreto é, mais uma vez, referida a importância da Instituição como «auxiliar poderoso e talvez o único eficaz, da fiscalização que incumbe às Cortes sobre a gerência financeira do Governo. A circunspecção dos seus exames, a auctoridade das suas observações, a publicidade dos seus relatórios, longe de prejudicar a acção do Governo, deve servir para esclarecer a administração sobre muitos abusos, provocando a sua reforma, e ao mesmo tempo esclarecer a opinião pública, que é a grande força dos governos liberaes, rectificando erros e desvanecendo preconceitos que muitas vezes obstam à realisação de importantes melhoramentos sociaes.» ([2])

A partir desta reforma, o Tribunal de Contas deveria funcionar em pleno sempre que examinasse e apreciasse as contas dos Ministérios e Junta do Crédito Público, afastando-se qualquer suspeita de parcialidade com a intervenção de todos os seus membros.

Proceder-se-ia à elaboração de um relatório no final do primeiro semestre de cada ano para ser enviado ao Ministro e Secretário de Estado da Fazenda e

---

([1]) Decreto de 14 de Novembro de 1853.

([2]) Relatório de 19 de Agosto de 1859.

à organização da Declaração e do Relatório anual para ser presente ao Rei e depois às Cortes.

Ao mesmo tempo e para facilitar o expediente dos processos, o Tribunal deveria funcionar em duas Secções, cada uma composta por cinco Conselheiros e presidida pelo Conselheiro mais antigo. Estas Secções permitiam o exercício das atribuições judiciárias exercidas pelo Tribunal de Contas sobre os responsáveis das diferentes hierarquias sujeitas à sua acção.

A reforma de 1859 possibilitava a comparação das contas ministeriais ao mesmo tempo que se informava as Câmaras Legislativas sobre a utilização dos Orçamentos por elas apresentados.

Consubstanciando esta reforma é publicado, em 6 de Setembro de 1860, o Regimento do Tribunal de Contas.

Por este diploma são pormenorizadas as competências do Presidente, Secretário, funcionários e Ministério Público, definidos aspectos relativos à gestão de pessoal, à distribuição do serviço e expediente e, estipulados os elementos necessários ao exame, verificação e liquidação de contas.

Os cargos de Conselheiro, de nomeação régia e inamovíveis (excepto em caso de sentença ou decreto real determinar a sua suspensão) eram providos por indivíduos comprovadamente idóneos e aptos ao desempenho das funções. Para além de ser exigida idade superior a 30 anos, deveriam ter servido em lugares superiores de magistratura judicial ou do Ministério Público, nas repartições da fazenda ou na carreira diplomática.

Os lugares de Secretário e Director-Geral não eram de acesso, mas sim de nomeação pelo Governo, podendo ser escolhidos indivíduos que não exercessem funções no Tribunal de Contas.

Os primeiros contadores, propostos pelo tribunal pleno, de entre os primeiros oficiais do Tribunal de Contas, eram da escolha do Governo.

Os cargos de segundos contadores e primeiros e segundos oficiais e amanuenses eram providos por concurso que, no caso destes últimos, deveria ser público.

O serviço e expediente do Tribunal de Contas foi distribuído por uma Secretaria e duas Direcções.

À *Secretaria*, composta pelo Arquivo e Pagadoria, competia receber e registar todas as contas ou processos que ali davam entrada e remetê-las às competentes Direcções, bem como os mapas e demais documentos enviados ao Tribunal pelos Ministérios, Tesouro Público, Junta do Crédito e outras repartições; preparar e expedir os diplomas referentes à execução dos acórdãos definitivos do Tribunal; preparar os elementos necessários à elaboração do Relatório e Declaração anual do Tribunal; apresentar, anualmente, ao Presidente o mapa de contas e relação dos diversos elementos de contabilidade dos Ministérios; registar as nomeações dos Conselheiros e empregados e pro-

cessar a folha mensal dos vencimentos; coordenar o assentamento geral de todos os tesoureiros, pagadores, exactores, recebedores e outros responsáveis pela gerência de dinheiros públicos.

À *1.ª Direcção,* dividida em duas repartições, competia o exame, verificação e liquidação das contas dos responsáveis à Fazenda Pública e o exame das contas gerais dos Ministérios e da Junta do Crédito Público.

À *2.ª Direcção,* dividida em duas repartições, competia o exame, verificação e liquidação das contas dos distritos, câmaras municipais, corporações administrativas e de beneficência.

No titulo VI deste Regimento são definidos os elementos necessários ao exame, verificação e liquidação das contas:

— contas dos delegados do tesouro, tesoureiros, pagadores, exactores, recebedores e outros remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de Setembro de cada ano;
— contas dos distritos, câmaras municipais, estabelecimentos pios de rendimentos superiores a 4 000$000 réis remetidas pelos Governadores Civis até 31 de Outubro.

Após a preparação dos processos de contas e depois de ouvido o Conselheiro Procurador da Fazenda, iniciava-se o julgamento dos mesmos.

O relator levava o processo a conferência e emitia a sua opinião. O Presidente dava início à discussão sobre as conclusões apresentadas pelo relator. Terminada a discussão procedia-se à votação e, de acordo com o resultado, lavrava-se a sentença por acordão.

Ainda no mesmo mês, achou-se por bem estabelecer os uniformes do Presidente, Conselheiros e empregados do Tribunal.

O uniforme de pano azul ferrete, bordado a ouro, consistia no feitio militar, devendo os botões ser de metal amarelo com as armas reais. As calças, também azuis, deveriam possuir um galão de ouro nas costuras exteriores. Esta farda compunha-se ainda de botas, chapéu armado com plumas brancas, canotões amarelos e botão igual ao da farda, espada direita com bainha preta e talim da mesma cor. As fardas diferiam, em termos de categorias hierárquicas, nos bordados utilizados. (1)

Decorridos 3 anos sobre a publicação da Lei Orgânica verificaram-se algumas dúvidas, nomeadamente ao nível das competências do Tribunal de Contas.

Tornou-se necessário que o Tribunal examinasse este assunto, dando o seu parecer e propondo as modificações necessárias para uma melhor organização

(1) Decreto de 7 de Setembro de 1860

dos quadros de pessoal e simplificação do serviço das repartições desta Instituição. (1)

Em 12 de Dezembro de 1863 é promulgado o primeiro Regulamento Geral da Contabilidade Pública, devido à necessidade de um sistema de regras que possibilitasse uma maior eficácia no controlo da execução orçamental.

Segundo este a Contabilidade Pública é dividida em:

— *legislativa* que compreendia as leis da votação dos impostos e da autorização das despesas públicas e operações que dela derivam, e o exame e fiscalização completa da sua execução;
— *administrativa* que estabelecia, regulava e legalizava todos os factos concernentes à arrecadação e aplicação dos rendimentos de Estado;
— *judiciária* que fixava, por sentenças proferidas pelo Tribunal de Contas, a responsabilidade individual de todos os gerentes dos dinheiros públicos e fiscalizava, por meio de declarações do mesmo Tribunal, toda a receita e despesa efectuada.

A contabilidade judicial estava a cargo do Tribunal de Contas, mediante o julgamento anual.

Na sequência do Relatório e Decreto governamental, datados de 5 de Novembro de 1868, em que se preconizava a aplicação de princípios de severa economia às despesas do serviço público, surge por Decreto de 21 de Abril de 1869 um novo Regimento do Tribunal de Contas.

Este diploma extingue as duas secções em que se dividia o Tribunal, reduzia o número de Conselheiros de dez para sete, incluindo o Presidente, substituía as Direcções-Gerais por duas Contadorias-Gerais dirigidas pelos antigos Directores-Gerais, agora denominados Contadores-Gerais.

Por sua vez, é criada a classe de terceiros contadores que passa a ser desempenhada pelos antigos segundos oficiais e são extintos os lugares de Director-Geral, Chefe de Repartição e primeiros e segundos oficiais.

Esta reforma permitiu a contenção das despesas do Tribunal, particularmente com a redução do quadro de funcionários e a melhoria dos meios necessários à fiscalização da contabilidade pública.

A simplificação dos serviços da administração pública, de forma a tornar mais eficaz a fiscalização dos dinheiros públicos, foi contemplada no Regulamento Geral da Administração Pública, de 4 de Janeiro de 1870, com as alterações efectuadas nos métodos de escrituração e verificação das contas e na coordenação de tabelas de rendimento e de pagamentos.

---

(1) Portaria de 19 de Janeiro de 1863.

A Lei de 11 de Abril de 1877 autoriza o Governo a rever o Regimento do Tribunal de Contas, sem alterar, no entanto, a jurisdição e a competência do mesmo. Ao mesmo tempo cria dois lugares de vogais suplentes.

Surge então o Regimento de 21 de Agosto de 1878 que, embora mantenha os seis vogais, contempla também dois vogais suplentes, sendo o lugar de Presidente exercido em comissão.

O novo Regulamento da Contabilidade Pública, de 31 de Agosto de 1881, consigna que as ordens de pagamento das despesas estão sujeitas ao «visto prévio» do Tribunal de Contas.

A Reforma da Contabilidade Pública veio a completar-se com os Decretos n.º 1 e n.º 2 de 26 de Julho de 1886, que reorganizavam, respectivamente, os serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e do Tribunal de Contas.

De acordo com o relatório que esteve na origem destes diplomas, a Reforma da Contabilidade Pública de 1881 só estaria completa com a Reforma do Tribunal de Contas que, embora tivesse ampliado as suas atribuições não continha disposição alguma no que toca às suas atribuições supervenientes.

O Decreto n.º 2 de 26 de Julho de 1886, reforçado pelo Regimento de 30 de Agosto do mesmo ano, ampliou as funções do Tribunal de Contas passando a corresponder-lhe duas categorias:

1.ª Tribunal de Justiça administrativa;
2.ª Tribunal fiscal das leis financeiras do Estado.

No exercício das funções de justiça administrativa, deveria o Tribunal julgar em *única instância*:

— a responsabilidade de todos os recebedores, pagadores e demais gerentes dos fundos públicos;
— as contas de todas as corporações, repartições ou indivíduos que arrecadassem fundos ou recursos do Estado;
— as contas dos responsáveis da fazenda do Ultramar;
— as contas dos consulados;
— as contas dos responsáveis por material pertencente a diversos estabelecimentos e corpos da Armada, do Exército e fiscalização aduaneira, assim como aos depósitos e repartições dos diferentes Ministérios;
— contas das Juntas Gerais de todos os distritos e Câmaras Municipais.

Julgava em *segunda instância*:

— recursos interpostos de acordãos e julgamentos sobre as contas das corporações municipais e estabelecimentos de beneficência e os

embargos à execução dos acórdãos que tiver proferido como Tribunal de Justiça Administrativa.

Enquanto fiscal das leis financeiras do Estado competia ao Tribunal:

— escriturar e visar as ordens de pagamento de todas as despesas públicas, os contratos de compra e venda e fornecimento de materiais ou géneros, contratos de empreitadas de obras de valor superior a 500$000 réis, títulos de renda vitalícia (pensões, subsídios ou prestações), processos de aposentação, jubilação e reforma dos funcionários públicos.
— organizar e proferir, para apreciação do poder legislativo, as declarações com base na comparação das diversas contas individuais com as Contas Gerais do Estado e dos diferentes Ministérios.

Pelo mesmo Regimento é alterada a composição do Tribunal de Contas.

São extintas as Contadorias e a secretaria e substituídas por uma Direcção-Geral, dividida em cinco repartições, competindo:

— à 1.ª a verificação das ordens de pagamento e contabilidade dos Ministérios;
— à 2.ª a liquidação e processo das responsabilidades individuais dos exactores da Metrópole posteriores a 1 de Julho de 1859;
— à 3.ª as contas dos Ultramar e do material;
— à 4.ª as contas das corporações administrativas e das responsabilidades individuais anteriores a 1 de Julho de 1859;
— à 5.ª o expediente central, dela dependendo ainda o Arquivo do Tribunal.

São igualmente extintos os lugares de contadores gerais e de secretário, e substituídos por um secretário director-geral e quatro chefes de repartição.

As competências e atribuições do Tribunal de Contas, nas suas duas categorias, são alargadas por Decreto de 30 de Abril de 1891. Enquanto fiscal das leis financeiras do Estado, competia-lhe examinar, sob o ponto de vista da legalidade e visar todos os despachos de nomeação, colocação, transferências e comissões retribuídas.

A partir de Setembro de 1891 ([1]), os diplomas relativos a despachos de nomeação ou transferência feitos pelos diversos Ministérios e submetidos ao

([1]) Decreto de 2 de Setembro de 1891.

«visto» do Tribunal de Contas, passam a ser devolvidos por intermédio das repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Por Decreto de 18 de Dezembro de 1892, as emissões da Dívida Pública passam a estar dependentes da criação de uma Obrigação Geral (bond) sujeita ao «visto» do Tribunal de Contas.

A jurisdição das contas coloniais foi sempre motivo de discórdia: «uns queriam-na confiada ao órgão competente quanto às da Metrópole, outros a um órgão próprio do Ultramar.» ([1])

A reorganização do Ministério da Marinha, por Decreto de 19 de Dezembro do mesmo ano, atribuiu à Junta Consultiva do Ultramar as competências como Tribunal de Contas do Ultramar.

Restaura-se, assim, neste organismo a competência do Conselho Ultramarino, extinto em Setembro de 1868.

No mesmo ano, a organização administrativa da Província de Cabo Verde, aprovada por Decreto de 24 de Dezembro, contemplava no seu capitulo IV, a criação de um Tribunal de Contas provincial com a missão de julgar as contas dos exactores de fazenda.

Em 1894, a Junta Consultiva do Ultramar ([2]) deliberou criar nas Províncias de S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor, Tribunais de Contas cujas atribuições e organização seriam reguladas pelas disposições que regiam o Tribunal de Contas da Província de Cabo Verde.

A criação destes organismos locais resultava da necessidade de julgar e preparar as contas, com a Junta Consultiva do Ultramar, de forma a concentrar na Direcção-Geral do Ultramar o conhecimento da administração e fiscalização dos dinheiros públicos nas Colónias.

Integravam os Tribunais de Contas Provinciais:

— o Governador Geral da Província, como Presidente;
— o Secretário da Fazenda, como Secretário;
— o Presidente da Câmara Municipal da Capital da Província;
— três vogais efectivos e três suplentes eleitos pelos 40 maiores contribuintes da Capital da Província;
— o Fiscal da Fazenda ([3])

([1]) Cf. CAETANO, Marcelo — O Conselho Ultramarino: esboço da sua história. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, p. 77.

([2]) Decreto de 20 de Setembro de 1894.

([3]) No Tribunal de Contas de Cabo Verde estas funções eram desempenhadas pelo Delegado da Comarca de Sotavento. Por sua vez, nos Tribunais de Contas de Angola e de Moçambique cabiam aos Procuradores da Coroa e Fazenda; no Tribunal de Contas de Macau ao Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda e em S. Tomé ao Delegado da Primeira Vara da Comarca.

Por Lei de 30 de Abril de 1898 foram reorganizados os serviços do Tribunal de Contas e o quadro de empregados da sua Direcção-Geral.

Enquanto tribunal de justiça administrativa, exercia o Tribunal de Contas a sua jurisdição em primeira e segunda instância.

Em *primeira instância*, julgava as contas dos responsáveis por dinheiros ou valores do Estado em território português, no Continente, Ilhas Adjacentes e Ultramar, dos gerentes dos cofres do Tesouro em países estrangeiros, dos encarregados da arrecadação, guarda, distribuição e aplicação do material do Estado, das corporações não sujeitas ao julgamento dos tribunais administrativos e a extinção das fianças ou cauções de todas as responsabilidades findas depois de quitadas.

Em *segunda instância*, julgava os recursos interpostos dos julgamentos proferidos pelas instâncias competentes.

Enquanto tribunal fiscal das leis financeiras do Estado, competia-lhe *examinar e visar*:

— as ordens de pagamento de todas as despesas públicas;
— as ordens relativas a todas as operações de tesouraria;
— as condições ou cláusulas relativas a todas as operações da dívida flutuante, as destinadas a representar a receita de cada exercício ou a suprir a deficiência dessa receita, ou às obrigações gerais para realizar a emissão de títulos de crédito;
— os contratos de compra, venda, fornecimento, empreitadas, execução de obras e arrendamentos;
— os despachos de todas as nomeações, colocações, promoções, transferências e comissões;
— os processos de jubilação ou reforma;
— os títulos de renda vitalícia.

Os serviços da Direcção-Geral foram divididos em quatro repartições.

Por Decreto de 21 de Junho de 1898, e na sequência da Carta de Lei de 8 de Junho que devolvera ao Tribunal de Contas do reino, enquanto tribunal de justiça administrativa, o julgamento das contas dos responsáveis por dinheiros ou valores do Estado no Ultramar, são extintos os Tribunais de Contas Ultramarinos.

Em 20 de Março de 1907 foi publicada uma Lei sobre a organização da Contabilidade Pública que substituiu o sistema de *exercício* pelo de *gerência*, regularizando as contas em cinco anos e prevendo-se a submissão de todas as ordens de pagamento ao «visto» da Direcção-Geral da Contabilidade Pública em substituição do «visto» do Tribunal de Contas.

Os reflexos da implantação da República fizeram-se igualmente sentir no Tribunal de Contas.

Por Portaria de 10 de Janeiro de 1911, procede-se à revisão do processo e provas do concurso para amanuense da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, realizado em Julho de 1910.

Em Março do mesmo ano, o Ministro das Finanças decreta a passagem à disponibilidade do Secretário Director-Geral e de dois primeiros contadores da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

Finalmente a 11 de Abril de 1911, na tentativa de obedecer aos princípios de descentralização dos serviços públicos e da melhoria da fiscalização das despesas públicas, o Governo Provisório da República extingue o Tribunal de Contas e cria o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado «em que predomina o principio da renovação dos julgadores». (1)

5.2. *Composição e quadro de funcionários:*

Decreto de 10 de Novembro de 1849: (2)

1 Presidente
6 Conselheiros
1 Secretário
2 Chefes de Direcção
4 Contadores
8 Primeiros Oficiais
16 Segundos Oficiais
20 Aspirantes de 1.ª Classe
26 Aspirantes de 2.ª Classe
1 Porteiro
3 Contínuos
1 Correio a cavalo
2 Serventes

5.3. *Reestruturações da composição e do quadro inicial:*

Decreto de 19 de Agosto de 1859:

1 Presidente
10 Conselheiros Vogais

---

(1) Decreto de 11 de Abril de 1911.

(2) O Ministério Público era representado, junto ao Tribunal de Contas, pelo Procurador Geral da República substituído, no seu impedimento, por um Ajudante.

1 Secretário (sem voto)
2 Directores Gerais
8 Primeiros Contadores
12 Segundos Contadores
2 Primeiros Oficiais
20 Segundos Oficiais
34 Amanuenses
1 Porteiro
3 Contínuos
1 Correio a cavalo

Regimento de 6 de Setembro de 1860:

1 Conselheiro Presidente
10 Conselheiros Vogais
1 Secretário
2 Directores Gerais
8 Primeiros Contadores
12 Segundos Contadores
2 Primeiros Oficiais
20 Segundos Oficiais
34 Amanuenses
1 Porteiro (1)

Decreto de 5 de Novembro de 1868 e Regimento de 21 de Abril de 1869:

1 Conselheiro Presidente
6 Conselheiros Vogais
1 Secretário
2 Contadores Gerais
6 Primeiros Contadores
12 Segundos Contadores
16 Terceiros Contadores
26 Amanuenses
1 Porteiro
3 Contínuos
1 Correio a cavalo

(1) Não são referidos os quantitativos de Contínuos, Correio e Serventes.

Carta de Lei de 11 de Abril de 1877:

2 Vogais suplentes (1)

Regimento de 21 de Agosto de 1878:

1 Conselheiro Presidente
6 Conselheiros Vogais
2 Vogais Suplentes
1 Secretário (2)
2 Contadores-Gerais (3)
6 Primeiros Contadores
9 Segundos Contadores
13 Terceiros Contadores
26 Amanuenses
1 Porteiro
3 Contínuos
1 Correio a cavalo

Lei Orgânica de 28 de Julho de 1886 e Regimento de 30 de Agosto de 1886:

1 Conselheiro Presidente
6 Conselheiros Vogais
2 Vogais Suplentes
1 Secretário Director Geral
4 Chefes de Repartição
4 Primeiros Contadores
20 Segundos Contadores
20 Amanuenses
3 Aspirantes
1 Porteiro
3 Contínuos
1 Correio a cavalo

---

(1) Ocupavam o lugar quando estava impedido o Conselheiro efectivo.

(2) Sem direito a voto. Este cargo foi extinto pelo art.º 25.º do Decreto de 26/07/1886 e substituído pelo de Secretário Director-Geral.

(3) Estes cargos foram extintos pelo art.º 49.º do mesmo Decreto e substituídos pelos de Adjunto do Tribunal.

Lei de 30 de Abril de 1898 (reorganização da Direcção-Geral):

1 Secretário
3 Chefes de Repartição
6 Primeiros Contadores
26 Segundos Contadores
18 Amanuenses

5.4. *Enumeração dos titulares dos principais cargos e funções:*

Presidente:

- Visconde de Castro, José Joaquim Gomes de Castro (13/11/1849 – – 21/03/1851);
- Visconde de Castelões, Flórido Rodrigues Pereira Ferraz (26/04/1851 – 1854);
- Visconde de Algés, José António de Sousa Azevedo (1854 – 1857);
- Barão de Porto de Mós, Venâncio Pinto do Rego Ceia Trigueiros (19/12/1859 – 16/11/1864);
- Visconde de S. Bartolomeu, José Joaquim Lobo (13/11/1864 – – 26/12/1868);
- António de Paiva Pereira da Silva (30/12/1868 – faleceu em 05/10/1878);
- António de Serpa Pimentel (12/08/1886 – faleceu em 02/03/1900);
- Augusto César Barjona de Freitas (02/05/1900 – faleceu em 23/07/1900);
- Henrique de Gama Barros (27/06/1900 – 11/04/1911).

Conselheiro:

- Visconde de Castro, José Gomes de Castro (1849 – 1851);
- Agostinho Albano da Silveira Pinto (13/11/1849)
  — exerceu funções de Vice-Presidente entre 13/11/1849 e 08/02/1851;
- Alexandre de Abreu Castanheira (13/11/1849);
- José Pereira de Menezes (13/11/1849);
- Visconde de Algés, José António de Sousa Azevedo (13/11/1849 – – 1857);
- Visconde de Castelões, Flórido Rodrigues Pereira Ferraz (13/11/1849 – 1854);
- Visconde de S. Bartolomeu, José Joaquim Lobo (13/11/1849 – – faleceu em 26/12/1868);

- Barão de Porto de Mós, Venâncio Pinto do Rego Ceia Trigueiros (07/12/1849);
- Visconde de Oliveira, Marcelino Máximo de Azevedo e Melo (11/12/1849);
- José Joaquim Larcher (30/10/1852 – faleceu em 31/03/1865);
- António de Paiva Pereira da Silva (26/11/1853 – 30/12/1868);
- João de Sousa Pinto Magalhães (26/11/1853 – 1856);
- Caetano Francisco Pereira Garcez (22/05/1858);
- Francisco Simões Margiochi (22/05/1858 – 02/12/1872);
- José Maria de Lara Junior (26/08/1859 – faleceu em 25/10/1866);
- Tomás Cabral Soares de Albergaria (05/09/1859 – faleceu em 18/06/1880);
- António José Marques Correia Caldeira (05/09/1859 – faleceu em 02/11/1876);
- António Rodrigues Sampaio (05/09/1859 – faleceu em 13/09/1882)
  — serviu de presidente de 13/07/1880 a 31/07/1880;
- Rodrigo Nogueira Soares Vieira (05/09/1859 – faleceu em 12/09/1863);
- Visconde de Atouguia, António Alúizio Jervis de Atouguia (29/09/1860 – faleceu em 17/05/1861);
- Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Teles (22/02/1862 – faleceu em 10/04/1869)
  — substituiu o Visconde de Atouguia;
- Alberto António de Morais Carvalho (05/07/1864 – faleceu em 15/04/1878);
- Maurício Leonardo Fernandes Rodrigues (08/04/1865 – faleceu em 06/03/1874)
  — substituiu José Joaquim Larcher;
- António de Serpa Pimentel (08/11/1866 – 12/08/1986);
- António Maria Barreiros Arrobas (1868);
- Carlos Bento da Silva (21/04/1874 – 26/11/1883);
- Augusto César Barjona de Freitas (13/11/1876 – 02/05/1900);
- Visconde de Bivar, Francisco de Almeida Coelho de Bivar (14/05/1878 – faleceu 02/01/1890);
- António Maria de Couto Monteiro (22/05/1878 – 1900);
- Henrique de Gama Barros (10/01/1879 – 27/06/1900);
- João José de Mendonça Cortez (01/04/1881 – 06/12/1895)
  — Encarregado, em 1876, de reorganizar os arquivos do Tribunal de Contas;
- Cândido Maria Cau da Costa (15/09/1881 – 10/03/1889);

- Visconde de Vila Mendo, António de Gouveia Osório (17/10/1882 – – 11/04/1911);
- Tomás António Ribeiro Ferreira (18/03/1884 – 18/08/1900);
- Emídio Júlio Navarro (17/01/1890 – 16/08/1905);
  — substituiu o Visconde de Bivar;
- Frederico de Gusmão Correia Arouca (05/02/1897 – 1900)
  — substituiu João José de Mendonça Cortez;
- Elvino José de Sousa e Brito (27/06/1900 – faleceu em 17/08/1902);
  — substituiu António de Serpa Pimentel;
- José Freire Lobo do Amaral (02/10/1900 – 15/11/1911)
  — substituiu Tomás António Ribeiro Ferreira;
- Jacinto Cândido da Silva (31/12/1900 – 30/06/1911)
  — substituiu Frederico de Gusmão Correia Arouca;
- Estrela de Brito (1901);
- José Augusto de Melo Vieira (1901 – 1911);
- Pinto de Magalhães (1901 – 1911);
- João Marcelino Arroio (25/08/1902 – 11/04/1911)
  — substituiu Elvino José de Sousa e Brito;
- Sebastião Augusto Nunes da Mata (1903 – 1911);
- José Frederico Laranjo (12/09/1905 – faleceu em 02/01/1910);
- Francisco Felisberto Dias Costa (28/06/1910 30/06/1911)
  — substituiu Frederico Laranjo.

Conselheiro Suplente:

- José Pedro António Nogueira (09/06/1877 – faleceu em 01/06/1882);
- Visconde de Bivar, Francisco de Almeida Coelho de Bivar (09/06/1877 – 14/05/1878);
- Visconde de Vila Mendo, António de Gouveia Osório (07/06/1878 – – 30/04/1881);
- Visconde de Moreira de Rei, António Augusto Ferreira de Melo e Carvalho (06/09/1882 – 26/11/1885);
- Francisco Augusto Correia Barata (11/03/1884 – 20/02/1897);
- João Marcelino Arroio (06/03/1886 – 25/08/1902);
- Artur Hintze Ribeiro (01/02/1890 – 11/04/1911)
  — substituiu João Marcelino Arroio;
- Abel Pereira de Andrade (13/11/1900 – 30/06/1911)
  — substituiu Jacinto Cândido da Silva em 23/01/1901;

- José Maria de Sousa Monteiro (17/03/1903 – faleceu em 12/10/1909)
  — substituiu Emidio Júlio Navarro em 04/03/1904.

Procurador Geral da Coroa e Fazenda como reprentante do Ministério Público:

- Hermenegildo Augusto de Faria Blanc (13/09/1859); *
- Joaquim José da Costa e Simas (1865);
- Joaquim Januário da Silva Torres e Almeida (1865); *
- António Maria do Couto Monteiro (23/11/1869 – 22/05/1878). *

Secretário:

- Francisco Simões Margiochi (13/11/1849 – 1858);
- Caetano Francisco Pereira Garcez (22/05/1858 – faleceu em 05/11/1867);
- Augusto César Cau da Costa (09/01/1868 – 13/05/1875);
- António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel (10/07/1875 – – 06/05/1881);
- João Silvério de Amorim da Guerra Quaresma (14/05/1881 – – 17/08/1886);
- José Joaquim Ferreira Lobo (05/08/1886 – faleceu em 26/02/1909);
- António Bernardo de Carvalho (02/04/1909 – 23/03/1911).

Director-Geral:

- António Martins de Azevedo, Conselheiro (26/08/1859 – – 12/01/1865);
- António Maria Dias (30/12/1859 – faleceu em 06/12/1862)
  — antes exercera o lugar de Chefe das Direcções do Tribunal de Contas, para o qual fora nomeado em 19/12/1855;
- António dos Santos Monteiro (02/11/1863 – 26/09/1865)
  — substituiu António Maria Dias;
- Maurício Leonardo Fernandes Rodrigues, Conselheiro Honorário (23/01/1865 – 06/04/1865)
  — substituiu António Martins de Azevedo;
- Sebastião José da Costa (28/04/1865 – 10/08/1881)
  — substituiu Maurício Leonardo Fernandes Rodrigues;

---

* Como ajudante do Procurador da Fazenda

- António Gonçalves de Freitas (30/09/1865 – 14/06/1870)
  — substituiu António dos Santos Monteiro;
- José Joaquim Ferreira Lobo (05/08/1886 – faleceu em 26/02/1909)
  — organizou os arquivos do Tribunal de Contas;
- António Bernardo de Carvalho (02/04/1909 – 23/03/1911).

Contador-Geral:

- Jacinto Augusto de Freitas e Oliveira (23/06/1870 – 18/02/1886);
- Cândido Maria Cau da Costa (15/09/1881 – 17/08/1886)
  — substituiu Sebastião José da Costa;
- Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares (29/03/1886 – – 17/08/1886)
  — substituiu Jacinto Augusto de Freitas Oliveira.

Adjunto do Tribunal (lugar que substitui o de Contador-Geral por Decreto de 26/07/1886):

- João Silvério de Amorim da Guerra Quaresma (17/08/1886 – faleceu em 14/01/1904);
- Cândido Maria Cau da Costa, Conselheiro (17/08/1886 – faleceu em 10/03/1889);
- Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares (17/08/1886 – – 11/04/1911);
- José Francisco Palermo da Fonseca Faria (29/07/1899)
  — substituiu Paulo Maximiano de Azevedo Chaves.

Chefe de Repartição:

- Sebastião José da Costa (12/01/1853 – 26/06/1860)
  — como chefe de direcção;
- José Joaquim Ferreira Lobo (04/07/1883 – 05/08/1886);
- António Bernardo de Carvalho (05/08/1886 – 02/04/1909);
- Cândido Augusto de Sousa Leitão e Silva (05/08/1886 – faleceu em 31/10/1901);
- Carlos Frederico Simas Buys (05/08/1886 – faleceu em 06/04/1904);
- José Amaro Ferreira Viana (05/08/1886);
- David de Lima Trindade (17/05/1904 – faleceu em 12/03/1905);
- Paulo Maximiano de Azevedo Madureira Chaves (04/04/1905 – – 11/04/1911);
- Joaquim Maria Osório Júnior (22/04/1909 – 11/04/1911)

- Francisco Augusto Soares Branco (16/12/1909 – 11/04/1911);
- José Galvão Teixeira (03/04/1911 – 11/04/1911).

1.º Contador:

- António Firmo Alves da Silva (26/08/1859 – faleceu em 22/09/1867);
- Joaquim José de Sousa Miranda (26/08/1859 – 22/11/1876);
- Manuel José Cabral da Costa (26/08/1859 – 19/06/1872);
- Marcelino António de Morais (24/01/1860 – faleceu em 18/12/1863)
  — graduado a Director-Geral em 31/12/1859;
- Joaquim José Paganino Teixeira Neves (06/03/1860 – 14/03/1877);
- José Joaquim da Silva Reis (05/06/1860 – faleceu em 12/02/1861);
- António Martinho Gonçalves (02/07/1860 – 27/07/1870);
- Sebastião José da Costa (26/08/1860)
  — graduado a Director-Geral em 11/11/1859
- Lucas de Seabra Valverde (03/07/1861 – 27/07/1870)
  — substituiu José Joaquim da Silva Reis;
- José da Costa Camarate (23/12/1863 – faleceu em 21/08/1882)
  — substituiu Marcelino António de Morais;
- José Anastácio Velasco Galiano (11/05/1865 – faleceu em 09/12/1870)
  — substituiu Sebastião José da Costa;
- Gregório Tito Gonçalvez Martins (01/10/1867)
  — por falecimento de António Firmo Alves da Silva;
- Gregório Tito Gonçalves Martins (02/10/1867 – faleceu em 24/07/1870)
  — substituiu António Firmo Alves;
- Jerónimo Inocêncio Muschat Salyba (28/07/1870 – 05/05/1886);
- José Tomás de Oliveira (02/11/1871 – faleceu em 25/09/1876);
- António Miguel Gomes de Leiros (19/08/1872 – 06/11/1879)
  — substituiu Manuel José da Costa Cabral;
- João Gualberto de Oliveira (04/10/1876 – 03/05/1882);
- Manuel de Canto e Castro Mascarenhas Valdez (23/04/1877);
- António Maria Cau da Costa (27/11/1879 – 30/06/1886);
- António Tomás de Eça Castelo Branco (01/06/1882);
- José Joaquim Ferreira Lobo (30/08/1882 – 04/07/1883);
- Carlos Francisco Simas Buys (03/08/1883 – 05/08/1886);
- Augusto Morais Mantas (05/08/1886 – 06/04/1893);
- Cândido Augusto de Sousa Leitão e Silva (05/08/1886);

- António Bernardo de Carvalho (12/05/1886 – 05/08/1886);
- Cipriano Henrique Cabral da Costa (05/08/1886 – faleceu em 15/11/1901);
- David de Lima Trindade (05/08/1886 – 17/05/1904);
- Guilherme Orta Enes (05/08/1886 – 23/03/1911);
- José Amaro Ferreira Viana (12/05/1886 – 05/08/1886);
- Francisco Augusto Soares Branco (17/08/1886 – faleceu em 16/12/1909);
- Paulo Maximiano de Azevedo Madureira Chaves (19/08/1893 – – 04/04/1905)
  — exerceu as funções de chefe de repartição até 1912;
- Henrique Pires Marinho (03/08/1898 – faleceu em 16/07/1899);
- Joaquim Maria Osório (03/08/1898 – 22/04/1909);
- Pedro Cardoso Castelo Branco (16/12/1901 – 29/07/1909);
- António Gabriel Pessoa do Amorim (17/05/1904);
- Francisco Manuel Lopes Novo (26/07/1905 – 13/08/1907);
- José Venâncio Rocha (22/04/1909 – 23/03/1911);
- José Francisco Palermo da Fonseca Faria (16/09/1909 – faleceu em 03/06/1910);
- Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire (16/12/1909);
- José Firmino Pery Gouveia de Amorim (02/03/1910 – – 11/04/1911);
- José Baptista da Fonseca Queiróz (16/06/1910 – 11/04/1911);
- António Guilherme de Araujo (23/03/1911 – 11/04/1911);
- José Galvão Teixeira (23/03/1911 – 03/04/1911);

2.º Contador:

- Joaquim José Paganino Teixeira Neves (16/01/1855 – 06/03/1860);
- Alexandre António Bau (26/08/1859 – 05/03/1873);
- António Marcos Xavier Magalhães (26/08/1859 – 18/07/1860);
- António Miguel Gomes de Leiros (26/08/1859 – 19/08/1872);
- António Morato Roma (26/08/1859 – 27/07/1870);
- Carlos Joaquim Maldonado Formont (26/08/1859);
- Francisco Pretextato Correia (26/08/1859 – faleceu em 31/07/1864);
- Gregório Tito Gonçalvez Martins (26/08/1859 – 02/10/1867);
- José Anastácio Velasco Galiano (26/08/1859 – 13/12/1861)
- José Gabriel da Costa Freire (26/08/1859 – faleceu em 21/10/1871);
- Nicolau Tolentino Pedroso de Almeida (26/08/1859 – 19/12/1872);

- Filipe Benicio Rebelo Bacelar (18/06/1860 – faleceu 16/08/1869)
  — suspenso do exercício das funções em 01/02/1868 e restituído em 16/04/1868;
- Luís Zeferino Batista (22/06/1860 – faleceu em 06/03/1864);
- Jerónimo Inocêncio Muschat Salyba (03/08/1860 – 28/07/1870)
  — substituiu António Marcos Xavier Magalhães;
- José Tomás de Oliveira (13/12/1861 – 02/11/1871)
  — substituiu José Anastácio Velasco Galiano;
- Luís José dos Santos (06/04/1864 – 27/07/1870)
  — substitui Gregório Tito Gonçalvez Martins;
- Mateus António da Costa (06/04/1864 – 17/10/1874)
  — substituiu Luís Zeferino Batista;
- João Pedro Heitor (05/12/1864 – 24/05/1875)
  — substituiu Francisco Pretextato Correia;
- João Gualberto de Oliveira (31/05/1865 – 04/09/1876);
- João Batista Faria da Fonseca (19/06/1872 – 27/06/1883);
- Manuel de Canto e Castro Mascarenhas Valdez (19/06/1872 – – 23/04/1877);
- António José Calaia (02/04/1873 – 23/05/1879);
- António Maria Cau da Costa (02/04/1873 – 27/11/1879);
- António Tomás de Eça Castelo Branco (04/05/1875 – 01/06/1882);
- José Joaquim Ferreira Lobo (04/05/1875 –30/08/1882);
- Carlos Francisco Simas Buys (16/06/1875 – 03/08/1883);
- Cândido Augusto de Sousa Leitão e Silva 04/12/1876 – – 03/08/1883);
- António Bernardo de Carvalho (01/05/1877 – 12/05/1886);
- José Amaro Ferreira Viana (14/03/1877 – 12/05/1886);
- Augusto Morais Mantas (10/09/1879 – 05/08/1886);
- David de Lima Trindade (24/03/1880 – 05/08/1886);
- Cipriano Henrique Cabral da Costa (08/02/1881 – 05/08/1886);
- Paulo Maximiano de Azevedo Madureira Chaves (30/06/1886 – – 22/04/1909)
  — exerceu as funções de chefe de repartição até 1912;
- Germano Teodoro da Silva Figueiredo (30/08/1882 – 06/06/1896);
- José Clemente da Silva Madureira Chaves (30/08/1882 – – 15/09/1887);
- Guilherme Rubim de Noronha Gorjão (25/05/1885 – faleceu em 23/09/1886);
- Jacinto José de Almeida (27/05/1885 – 15/09/1887);
- Guilherme Orta Enes (19/03/1886 – 05/08/1886);

- Custódio da Silva Pereira (30/06/1886 – faleceu em 21/03/1888);
- António Gabriel Pessoa de Amorim (05/08/1986 – 17/05/1904);
- Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire (05/08/1886 – 16/12/1909);
- Carlos Mascarenhas Barata (05/08/1886);
- Francisco Augusto Soares Branco (05/08/1886 – 17/08/1886);
- Francisco Manuel Lopes Novo (05/08/1886 – 26/07/1905);
- Gabriel Maria Tomé Alves da Silva (05/08/1886 – faleceu em 26/05/1897);
- Guilherme Teles de Menezes (05/08/1886 – 16/12/1909);
- Henrique Pires Marinho (05/08/1886 – 03/08/1898);
- Joaquim Maria Osório Júnior (05/08/1886 – 03/08/1898);
- José Cupertino Gusmão de Almeida (05/08/1886 – 06/06/1895);
- José Dionísio Carneiro de Sousa Faro (05/08/1886 – 24/12/1889);
- José Francisco Palermo da Fonseca Faria (05/08/1886 – – 16/09/1909);
- José Hermenegildo da Câmara (05/08/1886 – 01/03/1900);
- José Venâncio da Rocha (05/08/1886 – 22/04/1909);
- Pedro Cardoso Castelo Branco (05/08/1886 – 16/12/1901);
- José Baptista da Fonseca Queiróz (15/02/1888 – 16/06/1910);
- José Joaquim Vieira (15/02/1888 – faleceu em 18/03/1891);
- José Firmino Pery Gouveia de Amorim (11/04/1888 – – 02/03/1910);
- Artur Jacinto Ribeiro da Silva (29/07/1890 – 17/02/1894);
- António Guilherme de Araújo (04/05/1891 – 23/03/1911);
- José Olegário Simões da Silva (23/11/1893 – faleceu em 03/01/1895);
- José Galvão Teixeira (06/09/1894 – 23/03/1911);
- Augusto Joviano Cândido da Piedade (30/06/1895 – 11/04/1911);
- José Timóteo da Silva Bastos (10/11/1895 – 11/04/1911);
- José Borges de Castro (28/07/1897 – 11/04/1911);
- Luís Bernardo de Macedo (28/07/1897 – 1911);
- António Vitor Lopes Júnior (03/08/1898 – 10/04/1911);
- Artur Nunes Teles (03/08/1898 – 11/04/1911);
- Francisco Augusto da Silva Garcia (03/08/1898 – 11/04/1911);
- Gregório Augusto da Mota e Sousa (03/08/1898 – 1911);
- João Simões Castelo (03/08/1898 – 11/04/1911);
- José Marques (03/08/1898 – faleceu em 26/12/1909);
- Luís Augusto da Mota e Sousa (03/08/1898 – 11/04/1911);
- Luís Gaspar da Silva Cota Reis (03/08/1898 11/04/1911);
- Ramiro de Seixas Trindade (03/08/1898 – 11/04/1911);
- Artur de Sá (04/10/1899 – 1911);

- Rafael Ferreira Roquete (05/04/1900 – 14/10/1903);
- Jerónimo Braga de Carvalho (21/02/1902 – 11/04/1911);
- António Augusto Melo de Azevedo (21/11/1903 – 11/04/1911);
- Eduardo César da Silva (17/08/1905 – faleceu em 17/08/1908);
- Luís de Almeida Eça (15/10/1908 – 11/04/1911);
- José Maria de Morais Sarmento (22/04/1909 – 11/04/1911);
- João Maria Guilhermino da Silva (02/12/1909 – 11/04/1911);
- Joaquim Filipe de Macedo (04/12/1909 – 11/04/1911);
- José Holbeche Cardoso de Castelo Branco (30/12/1909 – – 11/04/1911);
- Artur Pedro Pires Marinho de Medina Gimenes (12/02/1910 – – 11/04/1911);
- Carlos Maria Laroche Barbosa Martins Ludvice (10/03/1910 – – 11/04/1911);
- Antero Azevedo de Menezes (11/07/1910 – 11/04/1911);

3.º Contador:

- António Tomás de Eça Castelo Branco (05/11/1868 – 04/05/1875);
- Cipriano Henrique Cabral da Costa (05/11/1868 – 08/02/1881);
- Germano Teodoro da Silva Figueiredo (05/11/1868 – 30/08/1882);
- José Clemente da Silva Madureira Chaves (05/11/1868 – – 30/08/1882);
- Cândido Augusto de Sousa Leitão e Silva (19/06/1872 – – 04/12/1876);
- Carlos Francisco Simas Buys (19/06/1872 – 16/06/1875);
- José Joaquim Ferreira Lobo (19/06/1872 – 04/05/1875);
- Jacinto José de Almeida (19/08/1872 – 27/05/1885);
- José Amaro Ferreira Viana (19/06/1872 – 14/03/1877);
- António Bernardo de Carvalho (02/04/1873 – 01/05/1877);
- Guilherme Orta Enes (02/04/1873 – 19/03/1886);
- António José da Silva Rego (04/05/1875 – faleceu em 14/10/1880);
- Augusto Morais Mantas (04/05/1875 – 10/09/1879);
- David de Lima Trindade (16/06/1875 – 24/03/1880);
- António Gabriel Pessoa do Amorim (15/03/1876 – 05/08/1886);
- Custódio da Silva Pereira (04/12/1876 – 30/06/1886);
- Guilherme Rubim de Noronha Gorjão (14/03/1877 – 25/05/1885);
- Paulo Maximiano de Azevedo Madureira Chaves (01/05/1877 – – 30/06/1886)

  — exerceu as funções de chefe de repartição até 1912;

- Gabriel Maria Tomé Alves da Silva (24/03/1880 – 05/08/1886);
- José Venâncio da Rocha (24/03/1880 – 05/08/1886);
- Henrique Pires Marinho (29/11/1880 – 05/08/1886);
- Joaquim Maria Osório Júnior (08/02/1881 – 05/08/1886);
- José Dionísio Carneiro de Sousa Faro (01/02/1882 – 05/08/1886);
- Francisco Augusto Soares Branco (30/08/1882 – 05/08/1886);
- Guilherme Teles de Menezes (12/10/1882 – 05/08/1886);

CONTADOR:

- Hermano Teodoro da Silva Figueiredo (1869);
- Joaquim Luís Martinho Mazarem (1869 – 1870);
- Jacinto de Almeida Figueiredo (1876 -1893);
- Alves Ferreira da Silva (1884);
- Dionísio Carlos Parente (1904 – 1911).

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas:

— AHTC. *Cadastro dos Empregados que serviram nas repartições da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 12.08.1886 a 03.06.1899, organizado em conformidade com o art.º 19.º do Decreto n.º 1 com força de lei de 26.07.1886.*
— AHTC. *Cadernos de Vencimentos.* 1910-1911.
— AHTC. *Livro de Posses do Tribunal de Contas* (1889 – 1948).
— AHTC. *Livro de Registo das Nomeações dos Conselheiros do Tribunal de Contas e seus Empregados escripturado em conformidade do disposto no art.º 50.º, no 8.º do Regimento do mesmo Tribunal de 06.09.1860.*
— AHTC. *Livro do Assentamento Geral dos Conselheiros e Empregados do Tribunal de Contas, organizado nos termos do art.º 189.º do Regimento do mesmo Tribunal de 30.08.1886.*
— AHTC. *Tesouro Público, n.º 14: Livro de Registo de Cartas e Provimentos do Conselho Fiscal de Contas* (1845 – 1860).
— AHTC. Tesouro Público, n.º 19: *Livro do Assentamento dos Conselheiros e mais Empregados do Tribunal de Contas* (1860).
— AHTC. Tesouro Público, n.º 771 – 779: *Livros de Distribuição de Contas* (1889 – 1937).
— AHTC. Tesouro Público, n.º 18: *Termos de Posse do Tribunal de Contas* (1849 – 1888).
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1 de Janeiro de 1854 a 1 de Junho de 1855.* [Lisboa], 6 de Junho de 1856.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1859-1860.* [Lisboa], 31 de Janeiro de 1861.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1860-1861.* [Lisboa], 4 de Abril de 1862.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1861-1862.* [Lisboa], 27 de Junho de 1863.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1863-1864.* [Lisboa], 10 de Abril de 1865.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1863-1864.* [Lisboa], 5 de Marco de 1869.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de Janeiro de 1868 a 30 de Junho de 1869.* [Lisboa], 26 de Março de 1870.
— AHTC. *Relatório do Tribunal de Contas relativo ao ano económico de 1 de Janeiro de 1870 a 31 de Junho de 1871.* [Lisboa], 12 de Abril de 1872.

2. Fontes impressas:

— *ALGUNS Juízes, Vogais e Funcionários do antigo Tribunal de Contas, do Conselho Superior de Finanças e do actual Tribunal de Contas que se destacaram na vida política, administrativa, intelectual e social da Nação.*
«Boletim da Direcção-Geral do Tribunal de Contas», Lisboa, a. 1, n.º 5 (Maio de 1954), p. 6-10.

— CAETANO, Marcelo – *O Conselho Ultramarino: subsídios para a sua história.*
Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1967.

— LEGISLAÇÃO Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional:

vol. 13 (1849), vol. 14 (1850), vol. 15 (1851),
vol. 16 (1852), vol. 17 (1853), vol. 18 (1854),
vol. 19 (1855), vol. 20 (1856), vol. 21 (1857),
vol. 22 (1858), vol. 23 (1859), vol. 24 (1860),
vol. 27 (1863), vol. 29 (1866), vol. 30 (1867),
vol. 31 (1868), vol. 32 (1869), vol. 40 (1877),
vol. 41 (1878), vol. 44 (1881), vol. 49 (1886),
vol. 54 (1891), vol. 55 (1892), vol. 57 (1894),
vol. 70 (1910), 1911.

— LOBO, J. J. Ferreira – *Instrucção geral e histórica dos serviços do Ministério da Fazenda.*
Lisboa, Typ. Progressista, 1874.

— Idem – *Regimento do Tribunal de Contas: colligido e anotado.*
Lisboa, 1872.

— MARTINS, Guilherme d'Oliveira – *O Ministério das Finanças: subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.*
Lisboa, Ministério das Finanças, 1986.

— MARTINS, M. Abranches – *Em Portugal houve sempre fiscalização de contas.*
Lisboa, Tribunal de Contas, 1959.

— MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – *Presidentes do Tribunal de Contas: 1844-1911.*
«Boletim do Tribunal de Contas», Lisboa, 22, Jun. 1985, p. 102-112.

— MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – *O Tribunal de Contas (1844-1911).* «Boletim do Tribunal de Contas», Lisboa, 21, Mar. 1985, p. 57-66.

— OLIVEIRA, Artur Águedo de – *O centenário do Tribunal de Contas.*
Lisboa, ed. do autor, 1949.

— PEREIRA, Ernesto da Trindade – *O Tribunal de Contas.*
Lisboa, Tribunal de Contas, 1962.

— *Relatórios e Decretos (...) alterando a organização do Tribunal de Contas e a respectiva alçada e Regimento do mesmo Tribunal.*
Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.

Agradece-se a colaboração das técnicas superiores de BAD Maria João Pires e Cristina Cardoso.

(continua)

INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA *

* elaborada pela Biblioteca/Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral do Tribunal de Contas

NOTA EXPLICATIVA

Com o objectivo de tornar mais acessível a informação de que dispõe, tem vindo a Biblioteca/Centro de Documentação e Informação a proceder à divulgação da *Informação Bibliográfica* na Revista do Tribunal de Contas.

Possuindo uma estrutura semelhante à do Boletim, a presente *Informação Bibliográfica,* elaborada no âmbito da actividade da equipa da Biblioteca e Centro de Documentação e Informação do Tribunal de Contas, permite a divulgação e difusão da informação produzida pelo nosso serviço, na medida em que reune as referências relativas às monografias, publicações periódicas e analíticos, seleccionados referentes ao 2.º semestre de 1992 e integrados na nossa Base de Dados Biobligráficos.

Desta forma, a *Informação Bibliográfica* apresenta a seguinte estrutura:

— Sumário

— Monografias e analíticos de publicações periódicas, apresentados com base na lista de áreas e de microthesaurus do EUROVOC

— Publicações Periódicas

— Índices de assuntos, relativo às monografias e analíticos de publicações periódicas e estruturado de acordo com a lista de descritores elaborada nesta Biblioteca.

— Sumários de publicações periódicas seleccionadas

A Directora do Arquivo Histórico
e Biblioteca/Centro de Documentação e Informação

Judite Cavaleiro Paixão

SUMÁRIO

Monografias e analíticos de publicações periódicas 439

Publicações Periódicas 525

Índices

De assuntos 551

De autores e títulos de obras anónimas 569

Sumários de publicações periódicas seleccionadas 587

MONOGRAFIAS E ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

PROCESSO ELEITORAL

92-0395 PP 391
RAMOS, Isabel, e outro
Análise dos sistemas eleitorais dos estados membros da Comunidade Europeia / Isabel Ramos, Luís Torres
In: Eleições: revista dos assuntos eleitorais. – Lisboa: STAPE. – N.º 3 (Jul. 1992); p. 11-22

Sistema Eleitoral – CE Países

PARLAMENTO

342.53
92-0396 POR*Par
PORTUGAL. Assembleia da República. Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
O Parlamento em números / Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar; planificação, compilação e nota de Pedro Mendes. – Lisboa: Assembleia da República, 1991. – [44] f.: gráf.; 30 cm

Assembleia da República – Dados Estatísticos – 1991

CDU 342.53

92-0397 327.7
PORTUGAL. Assembleia da República POR*Con
VII Conferência de Presidentes de Assembleias Parlamentares Democráticas Ibero-Americanas / Assembleia da República. – Lisboa: Assembleia da República, 1992. – 145 p.; 21 cm
ISBN 972-556-104-X

Conferência Internacional – Presidente do Parlamento – Portugal – Espanha – América Latina

CDU 327.7

PODER EXECUTIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

92-0398 PP 231
CRUZ, José Maria Teixeira da
O recrutamento, a selecção e a avaliação dos dirigentes / José Maria Teixeira da Cruz
In: Administração: dirigentes e técnicos do Estado. – Lisboa: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. – 3.ª série, A. 7, n.º 3 (Maio-Jun. 1992); p. 16-20

Administração do Pessoal – Quadro Superior / Administração Pública – Gestão de Recursos Humanos

92-0399 PP 473
RUIVO, Fernando
Um estado labiríntico: a propósito das relações entre poder central e poder local em Portugal / Fernando Ruivo
In: Revista de administração local. – Lisboa: Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local. – A. 15, n.º 129 (Maio-Jun. 1992); p. 323-330

Administração Local – Relação Interinstitucional

92-0400 35.082
BARROS, Manuel Freire BAR*Rec
Recrutamento e selecção de pessoal no âmbito da administração central e local / Manuel Freire Barros. – Lisboa: Tribunal de Contas, 1992. – 117 f.; 30 cm.

Administração Pública – Acesso ao Emprego / Concurso Administrativo

CDU 35.082

92-0401 PP 231
SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO
Conferência mundial sobre a administração pública / Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado
In: Administração: dirigentes e técnicos do Estado. – Lisboa: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. – 3.ª série, A. 7, n.º 2 (Mar.-Abr. 1992); p. 8-54

Administração Pública – Conferência Internacional – 1992

35.082
92-0402 POR*Rel
PORTUGAL. Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional
Relação jurídica de emprego na administração pública: legislação complementar / Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1989. – 8 p.; 19 cm. – (Caderno; 8/89)

Administração Pública – Contrato de Trabalho – Legislação

CDU 35.082

92-0403 PP 231
OLIVEIRA, João de
Politica de formação na administração pública / João de Oliveira
In: Administração: dirigentes e técnicos do Estado. – Lisboa: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. – 3.ª série, A. 7, n.º 3 (Maio-Jun. 1992); p. 49

Administração Pública – Formação Profissional

92-0404 35
TAVARES, José Fernandes Farinha TAV*Alg
Algumas reflexões sobre a administração pública portuguesa e a sua reforma / José Tavares. – [Lisboa: s.n., 1992]. – 9 p.; 21 cm. – Sep. de «Revista do Tribunal de Contas», n.º 9-10 (1.º sem. 1991)

Administração Pública – Reforma Administrativa

CDU 35

92-0405 PP 57
TAVARES, José Fernandes Farinha
Algumas reflexões sobre a administração pública portuguesa e sua reforma / José Tavares
In: Revista do Tribunal de Contas. – Lisboa: Tribunal de Contas. – N.º 9-10 (Jan.-Jun. 1991); p. 15-21

Administração Pública – Reforma Administrativa

92-0406 PP 473
MACIEL, Frederico
Autonomia financeira e poder económico das autarquias / Frederico Maciel
In: Revista de administração local. – Lisboa: Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local. – A. 15, n.º 128 (Mar.-Abr. 1992), p. 162--190; A. 15, n.º 129 (Maio-Jun. 1992); p. 309-322

Autarquia Local – Autonomia Financeira / Autarquia Local – Situação Económica

92-0407 PP 151
PORTUGAL. Procuradoria-Geral da República
Nomeação de funcionários dos serviços municipalizados: sua impugnação contenciosa / Procuradoria-Geral da República; rel. António Silva Henriques Gaspar
In: Revista de direito autárquico. – Lisboa: Inspecção-Geral da Administração do Território. – A. 1, n.º 1 (Mar. 1992); p. 11-38

Autarquia Local – Nomeação de Pessoal

92-0408 PP 473
MONTALVO, António M. Rebordão
Referendos locais: um regime a rever / António Rebordão Montalvo

In: Revista de administração local. – Lisboa: Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local. – A. 15, n.º 128 (Mar.-Abr. 1992); p. 139-140

Autarquia Local – Referendo

92-0409 PP 151
PORTUGAL. Procuradoria-Geral da República
Tutela administrativa sobre as autarquias locais [...]: parecer n.º 45/90, de 9 de Novembro / Procuradoria Geral da República
In: Revista de direito autárquico. – Lisboa: Inspecção-Geral da Administração do Território. – A. 1, n.º 2 (Jun. 1992); p. 7-47

Autarquia Local – Tutela Administrativa

92-0410 35.07
MAJERUS, Pierre MAJ*Ins
The institutions of the Grand Duchy of Luxembourg / by Pierre Majerus. – Luxembourg: Grand Duchy, 1989. – 79 p.: il.; 21 cm

Estrutura Institucional – Luxemburgo / Luxemburgo – Estrutura Institucional

CDU 35.07(435.9)

92-0411 35.08
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. POR*Reg
Regime geral da função pública: colectânea de legislação / Direcção-Geral da Administração Pública. – Lisboa: Direcção-Geral da Administração Pública, 1992. – 1016 p.; 24 cm
ISBN 972-9120-11-0

Função Pública – Regime Jurídico

CDU 35.08(094.5)

92-0412 PP 157
VALENTE, Francisco H.
PROFAB: programa integrado de formação para a modernização da administração pública / Francisco H. Valente
In: O Municipal. – Santarém: Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. – A. 13, n.º 136 (Maio 1992); p. 32-33

Funcionário Público – Formação Profissional – Fundos Estruturais / Modernização Administrativa – Formação Profissional

92-0413 PP 182
CORREIA, José Manuel Ribeiro Sérvulo
Linhas de aperfeiçoamento da jurisdição administrativa / Sérvulo Correia
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 181-190

Portugal. Tribunal Constitucional / Jurisdição Administrativa

323.1
92-0414 POR*Tim
PORTUGAL. Assembleia da República. Direcção-Geral de Apoio Parlamentar
Timor-Leste: factos e documentos / elaborado por Maria Fernanda Lima... [e outros]. – Lisboa: Assembleia da República, 1991 – 4 p. – 2 p. v.; 23 cm. – 1.º vol.: Factos: 1988-1991. – 540 p.

Política Interna – Timor Português / Timor Português – Vida Política – Documento

CDU 323.1(923.53)

92-0415 PP 54
GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho
Ombudsman e controle administrativo / Eduardo Lobo Botelho Gualazzi
In: Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. – São Paulo: Tribunal de Contas. – N.º 66 (Jul.-Dez. 1991); p. 57-63

Brasil. Tribunal de Contas – Competência Institucional / Provedor de Justiça – Controle Administrativo

35.07
92-0416 COL*Per
COLLOQUE INTERNATIONAL DES SERVICES PUBLICS, 1.º, Paris, 1989
Performances des services publics locaux: analyse comparée des modes de gestion: actes du Prémier Colloque International des Services Publics. – Paris: Litec, 1990. – 432 p. 24 cm

Serviço Público – Gestão – França / Administração Local – França

CDU 35.07(44)
352(44)

92-0417 PP 212
OLIVEIRA, João de
Privatização de serviços públicos / João de Oliveira
In: Cadernos de economia. – Lisboa: Promeios. – A. 5, n.º 20 (Jul.-Set. 1992); p. 75-76

Serviço Público – Privatização

92-0418 PP 136
COSTA, M. A. Fernandes
Um olhar sobre as tecnologias de informação nas administrações de diversos países / M. A. fernandes Costa
In: Informação e informática: revista das tecnologias da informação na Administração Pública. – Amadora: Instituto de Informática do Ministério das Finanças. – A. 6, n.º 9 (1992); p. 19-24

Tecnologia da Informação – Organização Administrativa

POLÍTICA INTERNACIONAL

341.23
92-0419 POR*Obr
PORTUGAL. Assembleia da República. Direcção-Geral de Apoio Parlamentar
Obrigações de Portugal como potência administrante do território não autónomo de Timor-Leste / estudo realizado por Maria Fernanda Lima. – Lisboa: Assembleia da República, 1992. – 119 p.; 21 cm
ISBN 972-556-110-4

Carta das Nações Unidas – Resolução ONU / Timor Português – Território não Autónomo

CDU 341.23

327
92-0420 COL*Ven
COLLOQUE VERS D'EUROPE DES ETATS DE DROIT: evolutions à l'Est et Citoynneté Européenne, Paris, 1989

Vents d'Est: vers l'Europe des états de droit? / dir. Pierre Grémion et Pierre Hassner. – Paris: Presses Universitaires de France, 1990. – 141 p.; 22 cm. – (Recherches politiques)
ISBN 2-13-042986-6

Política Internacional – Países do Leste

CDU 327

327
92-0421 POR*Cor
PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros
Corpo diplomático acreditado em Lisboa / Ministério dos negócios Estrangeiros. – Lisboa: M.N.E., 1992. – 168 p.; 21 cm

Representação Diplomática / Política Internacional

CDU 327

POLÍTICA EXTERNA E COOPERAÇÃO

92-0422 PP 225
OCDE
L'aide au développement: les chiffres / OCDE
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.° 2299 (Nov. 1992); p. 26-31

Ajuda ao Desenvolvimento – Dados Estatísticos

339.92CE
92-0423 CEE*Rol
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Desenvolvimento
Le rôle de la Commission dans l'appui au processus d'ajustement structurel des états ACP / Direction Générale du Dévéloppement de la Comission des Communautés Européennes. – Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 1992. – 32 p.: il.; 30 cm
ISBN 92-826-4064-7

Ajuda Comunitária – Política Estrutural – ACP Países / Financiamento Comunitário – País em Desenvolvimento / Convenção de Lomé IV

CDU 339.92CE

92-0424 PP 68
BARATA, José Monteiro
Ajuda, desenvolvimento e tecnologia no quadro da Convenção ACP-CEE de Lomé / José Monteiro Barata
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 9, n.º 3 (Abr.-Jun. 1991); p. 299-328

Convenção de Lomé – Ajuda ao Desenvolvimento – ACP Países / Nova Tecnologia – Financiamento Comunitário – ACP Países

92-0425 341.24
PORTUGAL. Tratados, etc. – PALOP, 1976 POR*Aco
Acordos e protocolos entre Portugal e os PALOP no âmbito da justiça / Ministério da Justiça. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1992. – [142] p.; 23 cm. – (Cidadão e justiça)

Cooperação Jurídica – Portugal – PALOP / Cooperação Judiciária – Portugal – PALOP

CDU 341.24

DEFESA

92-0426 PP 66
CANOTILHO, José Joaquim Gomes
Teoria da legislação e política legislativa: nota breve à chamada lei dos coronéis / J. J. Gomes Canotilho
In: Revista de legislação e de jurisprudência. – Coimbra: [s.n.]. – A. 125, n.º 3819 (Out. 1992); p. 165-167

Forças Armadas – Estatuto do Pessoal / Forças Armadas – Legislação

INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS E FUNÇÃO PÚBLICA EUROPEIA

92-0427 PP 390
MORENO, Carlos
O Tribunal de Contas das Comunidades Europeias / Carlos Moreno
In: Competir: informação para a indústria. – Lisboa: Direcção-Geral da Indústria. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 23-27

Tribunal de Contas Europeu / Orçamento Comunitário – Controlo Financeiro

92-0428 PP 225
ORSONI, Gilbert
La Cour des Comptes des Communautés Européennes / Gilbert Orsoni
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2300 (Nov. 1992) p. 19-24

Tribunal de Contas Europeu / Orçamento Comunitário – Controlo Financeiro

339.732
92-0429 BEI*Ban
BEI 2
O Banco Europeu de Investimento: instituição financeira da Comunidade Europeia / BEI. – Luxemburgo: BEI, 1992. – 16
p.: il.; 26 cm

BEI – Investimento Comunitário / Política de Financiamento
– Financiamento Comunitário

CDU 339.732

DIREITO COMUNITÁRIO

341.1CE
92-0430 CEE*Rep
COMUNIDADE EUROPEIA 12
Repertório da legislação cumunitária em vigor e de outros actos das instituições comunitárias / Comunidade Europeia. – 18.ª ed. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1991. – 2 v.; 30 cm. –

1.° vol.: Repertório analítico. – XXIV, 833 p. – 2.° vol.: Índice cronológico; Índice alfabético. – V, 195 p.
ISBN 92-77-77107-0

Direito Comunitário / CEE

CDU 341.1CEE

92-0431 PP 476
HERVOUET, François
Politique jurisprudentielle de la Cour de Justice et des juridictions nationales: réception du droit communautaire[...] / François Hervouet
In: Revue du Droit Public. – Paris: Librairie du Droit et de Jurisprudence. – N.° 5 (Set. – Out. 1992); p. 1257-1292

Tribunal de Justiça Europeu – Jurisprudência / Direito Comunitário – Direito Derivado

341.1CE
92-0432 POR*Col
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Gabinete de Direito Comparado
Colectânea anotada de jurisprudência comunitária: os casos portugueses / Gabinete de Direito Comparado. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1992. – 439 p.; 24 cm. – (Divulgação do direito europeu)

Direito Comunitário – Jurisprudência

CDU 341.1CE

INTEGRAÇÃO EUROPEIA

92-0433 341.1CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Eur
A Europa e o desafio do alargamento / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo, 1992. – 24 p.; 24 cm. – Sep. de "Boletim das Comunidades Europeias", n.° 3/92

Adesão à Comunidade Europeia – Alargamento da Comunidade

CDU 341.1CE

339.92CE
92-0434 CEE*Com
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão 2
A Comunidade Europeia e o desporto / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 11 p.: il.; 23 cm. – (Dossier da Europa; 2). – Existem 2 exemplares

Comunidade Europeia – Desporto

CDU 339.92CE
796/799

341.1CE
92-0435 POR*Pre
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Integração Europeia
Presidência portuguesa do Conselho de Ministros das Comunidades Europeias / Secretaria de Estado da Integração Europeia. – Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1992. – 179 p.; 30 cm

Comunidade Europeia – Presidência do Conselho de Ministros – 1992

CDU 341.1CE

92-0436 PP 68
POETA, Maria Isolina
Que futuro para a exploração agrícola em Trás-os-Montes com a integração de Portugal na CEE? / Maria isolina Poeta
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 3 (Abr.-Jun. 1991); p. 287-297

Economia Agrícola – Integração Europeia – Trás-os-Montes e Alto Douro

92-0437 PP 132
PEREIRA, Manuel Henrique de Freitas
A directiva comunitária relativa ao regime fiscal comum aplicável a fusões, cisões, entradas de activos e permutas de acções: comentário à directiva n.º 90/434/CEE, de 23 de Julho de 1990 / M. H. de Freitas Pereira
In: Fisco. – Lisboa: Edifisco. – A. 4, n.º 47 (Out. 1992); p. 3-14

Fiscalidade – Directivas Comunitárias / Regime Fiscal

339.92CE
92-0438 POR*Pro
PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PRODAC-Programa Operacional de Desenvolvimento das Acessibilidades: revisão / Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. – Lisboa: M.O.P.T.C., 1991. – 137 p.: maps.; 30 cm. – Existe também o relatório de execução deste programa (PP 547)

Fundos Comunitários – PRODAC / Desenvolvimento Regional – Rede de Transporte

CDU 339.92CE
656.1/.5

92-0439 PP 225
BOULIN, Philippe
La normalisation dans la construction européenne / Philippe Boulin
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2284 (Jul. 1992); p. 8-22

Harmonização das Normas – Norma Europeia

92-0440 PP 132
CÂMARA, Francisco de Sousa da
O regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de diferentes estados membros da Comunidade Europeia: comentário à directiva 90/435/CEE / Francisco de Sousa da Câmara
In: Fisco: doutrina, jurisprudência e legislação. – Lisboa: Edifisco. – N.º 43/44 (Jun. 1992); p. 40-58

Harmonização Fiscal – Sociedade Comercial – CE Países / Dupla Tributação – Harmonização Fiscal / Fiscalidade – Directivas Comunitárias

92-0441 PP 132
DOURADO, Ana Paula
A harmonização dos impostos sobre as sociedades na CEE: a situação da legislação fiscal portuguesa perante o direito comunitário / Ana Paula Dourado

In: Fisco: doutrina, jurisprudência e legislação. – Lisboa: Edifisco. – N.° 43/44 (Jun. 1992); p. 9-20

Harmonização Fiscal – Sociedade Comercial – CE Países / Fiscalidade – Directivas Comunitárias

92-0442 PP 132
DUARTE, Maria Luísa
A harmonização das legislações nacionais no domínio da fiscalidade sobre as sociedades e a recente jurisprudência do Tribunal de Justiça das C. E. sobre as directivas e a responsabilidade dos Estados membros / Maria Luísa Duarte
In: Fisco: doutrina, jurisprudência e legislação. – Lisboa: Edifisco. – N. 43/44 (Jun. 1992); p. 21-29

Harmonização Fiscal – Sociedade Comercial – CE Países /
Direito Fiscal – Directivas Comunitárias

92-0443 PP 132
LOUSA, Maria dos Prazeres Rito
Princípios da determinação da matéria colectável: evolução comunitária e consequências em Portugal / M. dos Prazeres Lousa
In: Fisco: doutrina, jurisprudência e legislação. – Lisboa: Edifisco. – N.° 43/44 (Jun. 1992); p. 30-39

Harmonização Fiscal – Sociedade Comercial – CE Países

92-0444 PP 225
LES PAYS NORDIQUES EN MARCHE VERS UNE INTEGRATION EUROPEENNE
Les pays nordiques en Marche vers une intégration européenne
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.° 2284 (Jul. 1992); p. 5-8

Integração Europeia – Europa do Norte

92-0445 PP 62
COMUNIDADE EUROPEIA. Conselho
CEE: directiva do Conselho de 16 de Dezembro de 1991

In: Ciência e técnica fiscal. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – N.º 366 (Abr.-Jun. 1992); p. 159-203

IVA – Directivas Comunitárias / Harmonização Fiscal

92-0446 PP 225
L' ABOLITION DES FRONTIERES FISCALES AU 1ER. JANVIER 1993
L' abolition des frontieres fiscales au 1ER. Janvier 1993
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – n.º 2300 (18 Nov. 1992); p. 4-9

Livre Circulação de Mercadorias / Livre Circulação de Pessoas / Mercado Unico Europeu – 1993 / Fraude Fiscal

92-0447 PP 196
ALMEIDA, José Carlos Moitinho de
A saúde pública como fundamento de restrições à livre circulação de mercadorias na CEE / José Carlos Moitinho de Almeida
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 3-23

Livre Circulação de Mercadorias – CE Países / Troca Intercomunitária – Restrição às Trocas / Saúde Pública – Aproximação das Legislações

92-0448 PP 541
CORREIA, Arlindo
A abolição das fronteiras fiscais em 1-01-93 no espaço intracomunitário: repercussões em matéria de IVA / Arlindo Correia
In: Fiscália. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – A. 1, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 9-14

Mercado Unico Europeu – Política Fiscal / Harmonização Fiscal – IVA / Livre Circulação de Mercadorias – Fiscalidade

92-0449 PP 390
PINTO, Carlos Amoêdo
A política da Comissão das Comunidades Europeias no domínio dos contratos públicos / Mário Amoêdo Pinto

In: Competir: informação para a indústria. – Lisboa: Direcção-Geral da Indústria. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 29-34

Política Comunitária – Contrato – Concurso Público/ Pequenas e Médias Empresas – Livre-Concorrência – CE Países

92-0450 339.13
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Pol
Política de concorrência na Comunidade Europeia / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 1 desdobrável: il.; 24 cm. – (A Europa em movimento)

Política da Concorrência – CE Países

CDU 339.13

339.92CE
92-0451 CEE*Pol
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão 1
A política do audiovisual da Comunidade Europeia / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 11 p.; 23 cm. – (O Dossier da Europa; 6/92)

Política do Audiovisual – CE Países

CDU 339.92CE
086.8

92-0452 304
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Com
A Comunidade na luta contra a exclusão social / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 9 p.; 23 cm. – (O dossier da Europa; 4/1992)

Política Social Europeia / Pobreza – Ajuda Comunitária / Política de Ajuda ao Desenvolvimento – CE Países

CDU 304(4)
364.22

92-0453 PP 225
REHFELDT, Udo
Maastricht: l'extension des compétences européennes en matière social / Udo Rehfeldt
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2284 (Jul. 1992); p. 1-4

Política Social Europeia

341.241CE
92-0454 CON*Tra
CONFERÊNCIA DOS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS MEMBROS, Maastricht, 1992
Tratado da União Europeia / Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados Membros. – 2.ª ed. – Lisboa: Edições Cosmos: Liv. Arco Iris, 1992. – 273 p.; 24 cm. – (Jurídica; 1)
ISBN 972-9170-76-2

Tratado Comunitário – União Europeia

CDU 341.241CE

92-0455 339.923CE
CARTON, Louis CAR*Com
Commentaire du traité de Maastricht sur l'union européenne / Louis Carton et Xavier de Roux. – [Paris: s.n., 1992]. – 32 p.; 21 cm. – Sep. de «Actualités communautaires», 1992

Tratado da União Europeia

CDU 339.923CE

92-0456 339.92CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Mun
O mundo rural / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 8 p.: il.; 23 cm. – (Europa em movimento)

Desenvolvimento Rural – Política Comunitária

CDU 339.92CE
332.1

339.923CE
92-0457 POR*Tra
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Integração Europeia. Secretariado Europa 1992
O Tratado de Maastricht: o que é? / Secretariado Europa 1992. – Lisboa: Secretaria de Estado da Integração Europeia, 1992. – 24 p.; 21 cm. – (Construir a Europa)

Tratado da União Europeia

CDU 339.923CE

92-0458 339.923CE
TRATADO DE MAASTRICHT, 1992 TRA*Maa
Maastricht: traité sur l'union européenne: 7 Février 1992. – Texto integral. – [Paris]: Joly Editions, 1992. – 157 p.; 21 cm. – Sep. de «Actualités Communautaires», n.º especial, 1992
ISBN 2-907512-18-8

Tratado da União Europeia

CDU 339.923CE

339.923CE
92-0459 Eur
THE EUROPEAN COMMUNITY AT THE GROSSROADS
The European Community at the grossroads: major essues and priorities for the EC Presidency / edited by Alfred Pijpers. – Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1992. – XXII, 305 p.; 25 cm
ISBN 0-7923-1470-0

Comunidade Europeia – Política Comunitária / União Económica e Monetária

CDU 339.923CE

92-0460 339.923CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Inv
A investigação pós-Maastricht: um balanço, uma estratégia: comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. – Luxemburgo: Serviço das

Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 49, [7] p.; 25 cm. – Sep. de «Boletim das Comunidades Europeias», n.º 2/92

União Europeia – Investigação e Desenvolvimento / Cooperação Científica

CDU 339.923CE

92-0461 PP 476
LUCHAIRE, François
L'Union Européenne et la Constitution / François Luchaire
In: Revue de droit public. – Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. – N.º 3 (Maio-Jun. 1992); p. 589-616

União Europeia – Revisão da Constituição – França

DIREITO

92-0462 347.73
SANTOS, António Carlos dos, e outros SAN*Dir
Direito económico / António Carlos dos Santos, Maria Eduarda Gonçalves, Maria Manuel Leitão Marques. – Coimbra: Almedina, 1991. – 514 p.; 23 cm

Direito Económico / Nacionalização / Privatização / Sistema Monetário / Sistema Financeiro / Bolsa de Valores / Concentração Económica / Política da Concorrência / Direito do Ambiente / Propriedade Intelectual

CDU 347.73

92-0463 PP 57
CURA, António Alberto Vieira
Fiducia cum creditore: aspectos gerais / António Alberto Vieira Cura
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 34 (1991); p. 1-285

Direito Romano

92-0464 PP 57
JUSTO, António dos Santos
A fictio juris no direito romano / António dos Santos Justo
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Direito. – Suplemento vol. 26 (1983); p. 1-177

Direito Romano

92-0465 PP 57
JUSTO, António dos Santos
A fictio juris no direito romano / António dos Santos Justo
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 32 (1989); p. 1-626

Direito Romano

92-0466 34
CASANOVA, J. F. de Salazar CAS*Dir
O direito nas revistas portuguesas / J. F. de Salazar Casanova. – Lisboa: Almedina, 1992. – 1455 p.; 23 cm
ISBN 972-40-0684-0

Direito – Bibliografia

CDU 34(01)

92-0467 PP 57
NEDEL, António Carlos
Contributo para um desenvolvimento crítico de alternativas para o direito de hoje / António Carlos Nedel
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 31 (1988); p. 365-431

Filosofia do Direito

92-0468 PP 57
MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo
A legislação pombalina / Rui Manuel de Figueiredo Marcos

In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 33 (1990); p. 1-314

História do Direito – Séc. 18 / História de Portugal – Aplicação da Lei / Jurisprudência – Séc. 18

FONTES E SECTORES DO DIREITO

92-0469 PP 57
CUNHA, Paulo Ferreira da
Mito e constitucionalismo / Paulo Ferreira da Cunha
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 33 (1990); p. 315-362

Direito Constitucional / Filosofia do Direito

92-0470 PP 552
VAZ, Manuel Afonso
O conceito de lei na constituição portuguesa: uma perspectiva de reflexão / Manuel Afonso Vaz
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 3 (1987-1988); p. 179-216

Direito Constitucional – Lei

92-0471 PP 552
MIRANDA, Jorge
As privatizações na revisão constitucional de 1989 e na lei n.º 11/90, de 5 de Abril / Jorge Miranda
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 49-59

Direito Constitucional – Privatização

92-0472 PP 552
SILVA, Germano Marques da
Princípios gerais do processo penal e Constituição da República Portuguesa / Germano Marques da Silva

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 3 (1987-1988); p. 163-177

Direito Constitucional – Processo Penal

92-0473 PP 552
MIRANDA, Jorge
A concordata e a ordem constitucional portuguesa / Jorge Miranda
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 155-171

Direito Constitucional – Relação Igreja-Estado / Liberdade Religiosa

92-0474 PP 552
MIRANDA, Jorge
Os ministros da República para as regiões autónomas / Jorge Miranda
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 1, n.º 1 (1980); p. 103-123

Direito Constutucional – Açores – Madeira

92-0475 PP 542
MIRANDA, Jorge
Sobre o direito constitucional comparado / Jorge Miranda
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 201-222

Direito Constitucional – Direito Comparado

92-0476 PP 552
MARTINEZ, Pedro Romano
Relações entre o direito internacional e o direito interno / Pedro Romano Martinez
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 163-179

Direito Internacional – Direito Interno

92-0477 PP 552
CORDEIRO, António Menezes
As privatizações e o direito privado: alguns aspectos com especial referência ao sector bancário / António Menezes Cordeiro
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 71-89

Direito Privado – Privatização – Expropriação

92-0478 PP 552
AMARAL, Diogo Freitas do
Indemnização justa ou irrisória?: comentário ao acordão nº 39/88 do Tribunal Constitucional de 9 de Fevereiro de 1988 / Diogo Freitas do Amaral
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 61-70

Nacionalização – Indemnização

92-0479 PP 552
QUADROS, Fausto de
O direito de reversão / Fausto de Quadros
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 101-114

Nacionalização – Indemnização / Propriedade de Bens – Expropriação / Privatização

92-0480 PP 552
SOUSA, Marcelo Rebelo de
Comissões arbitrais, indemnizações e privatizações / Marcelo Rebelo de Sousa
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 91-100

Nacionalização – Indemnização / Privatização – Regime Jurídico

92-0481 PP 552
SILVA, Germano Marques da
Da inconstitucionalidade do inquérito preliminar / Germano Marques da Silva

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 1, n.º 1 (1980); p. 179-188

Processo Penal – Constitucionalidade das Leis / Direito Constitucional – Inquérito Judiciário

92-0482 PP 184
PIRES, J. Remédio
Publicação e publicidade das leis / J. Remédio Pires
In: Revista de direito público. – Lisboa: Vulgus. – A. 5, n.º 10 (Jul.-Dez. 1991); p. 9-12

Publicação da Lei / Promulgação da Lei

DIREITO CIVIL

92-0483 PP 57
MARQUES, Mário Reis
O liberalismo e a codificação do direito civil em Portugal / Mário Reis Marques
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 29 (1986); p. 1-256

Direito Civil

92-0484 PP 552
ASCENSÃO, José de Oliveira
A teoria finalista do ilícito civil / José de Oliveira Ascensão
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 81-108

Direito Civil – Acordos e Práticas Ilícitas

92-0485 PP 182
MOREIRA, José Carlos Barbosa
A influência do direito processual civil alemão em Portugal e no Brasil / José Carlos Barbosa Moreira

In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 29-44

Direito Civil – Alemanha – Séc. 19-20 / Processo Civil – Alemanha – Séc. 19-20

347(094.4)
POR*Cod
92-0486 10
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Código Civil
Código civil / anot. Pires de Lima, Antunes Varela. – 2.ª ed. rev. e aument. – Coimbra: Coimbra Editora, [197-]– 4 p. – 3 p. v.; 23 cm. – Só existe o 4.º volume. – 4.º vol.: 1992. – 647 p.

Direito Civil – Código Jurídico

CDU 347(094.4)

92-0487 PP 196
SÁ, Almeno de
A revisão do código civil e a constituição / Almeno de Sá
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 3, n.º 2 (Jul.-Dez. 1977); p. 425-492

Direito Civil – Código Jurídico – Revisão da Lei

92-0488 PP 552
CORDEIRO, António Menezes
Da pós-eficácia das obrigações / António Menezes Cordeiro
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 109-160

Direito Civil – Obrigações

92-0489 PP 552
MENDES, João de Castro
O consentimento do cônjuge na constituição de obrigações / João de Castro Mendes

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 23-31

Direito Civil – Obrigações

92-0490 PP 552
MENDES, João de Castro
Natureza jurídica da interpelação / João de Castro Mendes
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 5-22

Direito Civil – Obrigações

92-0491 PP 57
SILVA, João Calvão da
Cumprimento e sanção pecuniária compulsória / João Calvão da Silva
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 30 (1987); p. 1-507

Direito Civil – Obrigações

92-0492 PP 552
CORDEIRO, António Menezes
Do levantamento da personalidade colectiva / António Menezes Cordeiro
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 147-161

Direito Civil – Pessoa Colectiva

92-0493 PP 182
SOUSA, Miguel Teixeira de
A penhora de bens na posse de terceiros / Miguel Teixeira de Sousa
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 75-95

Direito Civil – Propriedade de Bens – Execução por Dívidas

92-0494 PP 196
GOMES, Júlio Pereira
Responsabilidade subjectiva e responsabilidade objectiva / Júlio Gomes
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 97-125

Direito Civil – Responsabilidade

92-0495 PP 57
MONTEIRO, António Pinto
Cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade civil / António Pinto Monteiro
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 28 (1985); p. 1-441

Direito Civil – Responsabilidade Civil

92-0496 PP 182
PORTUGAL. Tribunal Constitucional
Expropriação por utilidade pública / Tribunal Constitucional; anot. Américo Campos e José Osvaldo Gomes
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 191-253

Portugal. Tribunal Constitucional / Expropriaçãob – Constitucionalidade das Leis

92-0497 PP 57
RIBEIRO, Joaquim de Sousa
Cláusulas contratuais gerais e o paradigma do contrato / Joaquim de Sousa Ribeiro
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. – Supl. vol. 35; p. 1-237

Obrigações – Contrato

92-0498 PP 57
LINHARES, José Manuel Aroso
Regras de experiência e liberdade objectiva do juizo de prova / José Manuel Aroso Linhares

In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 31 (1988); p. 1-364

Processo Civil / Prova Judicial

92-0499 PP 182
LIMA, Joaquim Pires de
O insucesso da providência cautelar e a sanção aplicável ao requerente: a propósito de uma norma do código de processo civil / Joaquim Pires de Lima
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 101-105

Processo Civil – Código Jurídico

92-0500 PP 196
CORREIA, A. Ferrer, e outro
Breve apreciação das disposições do anteprojecto do código de processo civil que regulam a competência internacional dos tribunais portugueses e o reconhecimento das sentenças estrangeiras / A. Ferrer Correia, F. A. Ferreira Pinto
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 25-96

Processo Civil – Código Jurídico / Jurisdição Comum – Competência Jurisdicional – Relação Internacional

92-0501 PP 57
PORTUGAL. Comissão de Revisão do Código Civil
Actas das sessões da Comissão de Revisão do Código de Processo Civil
In: Boletim da Ministério da Justiça. – Lisboa: Ministério da Justiça. – N.º 392 (Jan. 1990); p. 37-83

Processo Civil – Código Jurídico

92-0502 PP 552
MENDES, João de Castro
Embargos processuais e embargos administrativos / João de Castro Mendes

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 3 (1987-1988); p. 19-38

Processo Civil – Obras Públicas

92-0503 PP 225
PERRIER-CORNET, Philippe
La transmission des exploitations agricoles dans la CE / Philippe Perrier--Cornet
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2300 (Nov. 1992);. p. 12-15

Transmissão da Propriedade – Exploração Agrícola – CE Países

DIREITO ADMINISTRATIVO

353
POR*Par
92-0504 1
PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região do Alentejo
Pareceres jurídicos: 1991 / Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. – Lisboa: C. C. R. A., 1992. – 2 v.; 30 cm

Portugal. Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Parecer – 1991 / Direito Administrativo

CDU 353(469.5)
35.08
340.13

353
POR*Par
92-0505 2
PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

Pareceres jurídicos: 1992 / Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. – Lisboa: C. C. R. A., 1992. – v.; 30 cm. – 1.º vol.: 1.º semestre. – p. var.

Portugal. Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Parecer – 1992 / Direito Administrativo

CDU 353(469.5)
35.08
340.13

92-0506 PP 62
COSTA, Joaquim Pedro Formigal Cardoso da
O recurso para os tribunais judiciais da aplicação de coimas pelas autoridades administrativas / Joaquim Pedro Formigal Cardoso da Costa
In: Ciência e técnica fiscal. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – N.º 366 (Abr.-Jun. 1992); p. 39-69

Direito Administrativo – Infracção – Multa

92-0507 PP 473
MONTALVO, António M. Rebordão
Comentários ao novo código do procedimento administrativo / António Rebordão Montalvo
In: Revista de administração local. – Lisboa: Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local. – A. 15, n.º 128 (Mar.-Abr. 1992); p. 145-155

Processo Administrativo – Código Jurídico

35.077.3(094.4)
POR*Cod
92-0508 1
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Código do Procedimento Administrativo, 1991
Código do procedimento administrativo / anot. Diogo Freitas do Amaral... [e outros]. – Coimbra: Almedina, 1992. – 277 p.; 23 cm. – Existem 6 exemplares

Processo Administrativo – Código Jurídico – 1991

CDU 35.077.3(094.4)

35.077.3(094.4)
POR*Cod

92-0509 2

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Código do Procedimento Administrativo, 1991

Código do procedimento administrativo: anotado, comentado, legislação complementar / António M. Rebordão Montalvo. – Coimbra: Almedina, 1992. – 446 p.; 23 cm

ISBN 972-40-0693-X

Processo Administrativo – Código Jurídico – 1991

CDU 35.077.3(094.4)

DIREITO DO AMBIENTE

394.6

92-0510 POR*Lei

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Lei de bases do ambiente, 1987

Lei de bases do ambiente: lei n.º 11/87, de 7 de Abril: anotada e comentada: legislação complementar: índice remissivo por matérias / João Pereira Reis. – Coimbra: Almedina, 1992. – 1075 p.; 23 cm

ISBN 972-0-0652-2

Direito do Ambiente

CDU 349.6

92-0511 PP 552

MACHADO, Miguel Nuno Pedrosa

Alguns aspectos do processo legislativo em matéria de infracções contra o ambiente / Miguel Nuno Pedrosa Machado

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 181-209

Direito do Ambiente – Infracção / Direito Penal – Ecologia

92-0512 PP 196
ROCHA, Manuel António Lopes
Delitos contra a ecologia no direito português / Manuel António Lopes Rocha
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 235-266

Direito do Ambiente – Infracção / Direito Penal – Ecologia

DIREITO COMERCIAL

92-0513 PP 196
CAEIRO, António Miguel
Algumas notas sobre o artigo 4.º do código das sociedades comerciais / António Caeiro
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 333-341

Sociedade Comercial – Código Jurídico

92-0514 PP 196
CAEIRO, António Miguel
O projecto de código das sociedades: parte geral: sociedade em nome colectivo / António Caeiro
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 10/11 (1984-1985); p. 53-86

Sociedade Comercial – Código Jurídico

92-0515 PP 196
CASTRO, Carlos Osório de
Sobre o artigo 89.º, n.º 2, do projecto de código das sociedades / Carlos Osório de Castro
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 10/11 (1984-1985); p. 227-250

Sociedade Comercial – Código Jurídico

92-0516 PP 196
GUEDES, Agostinho Cardoso
A limitação dos poderes dos administradores das sociedades anónimas operada pelo objecto social no novo código das sociedades comerciais / Agostinho Cardoso Guedes
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 127-159

Sociedade Comercial – Código Jurídico / Direito Comercial – Sociedade Anónima

92-0517 PP 196
RAMOS, Rui Manuel Moura
O artigo 4.º do código das sociedades comerciais revisitado / Rui Manuel Moura Ramos
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 343-359

Sociedade Comercial – Código Jurídico

DIREITO PENAL

92-0518 PP 552
BRITO, José de Sousa e
Sentido e valor da análise do crime / José de Sousa e Brito
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 109-144

Direito Penal

92-0519 PP 552
DIAS, Jorge de Figueiredo
Para uma dogmática do direito penal secundário / Jorge de Figueiredo Dias
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 7-57

Direito Penal

92-0520 343.2
RODRIGUES, Gustavo ROD*Que
O que a vítima de um crime deve saber: alguns aspectos jurídicos / Gustavo Rodrigues. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1991. – 45 p.; 21 cm. – (Cidadão e justiça)

Direito Penal / Direitos do Indivíduo – Direito à Justiça / Ajuda Judicial

CDU 343.2

92-0521 PP 196
BELEZA, José Manuel Merêa Pizarro
Notas sobre o direito penal especial das sociedades comerciais / José Manuel Merêa Pizarro Beleza
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 2, n.º 3 (Jul.-Dez.1977); p. 267-299

Direito Económico – Sociedade Comercial

92-0522 PP 552
RUDOLPHI, Hans Joachim
A consciência da ilicitude potencial como pressuposto da punibilidade no antagonismo entre culpa e prevenção / Hans Joachim Rudolphi
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 3 (1987-1988); p. 83-110

Direito Penal

92-0523 PP 552
JESCHECK, Hans-Heinrich
Evolução, estado actual e perspectivas futuras do direito penal internacional / Hans-Heinrich Jescheck
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 3 (1987-1988); p. 55-82

Direito Penal Internacional

92-0524 PP 552
COSTA, Mário Júlio de Almeida
Apontamento sobre a autonomização do direito penal no ensino universitário português / Mário Júlio de Almeida Costa
In: Direito e justiça: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 57-80

Direito Penal – Ensino Superior

92-0525 PP 182
MACHADO, Miguel Nuno Pedrosa
Crime de ofensa à memória de pessoa falecida: Crime cometido através da imprensa: Concurso de circunstâncias modificativas agravantes / Miguel Nuno Pedrosa Machado
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 107-152

Direito Penal – Processo Penal

92-0526 PP 57
COSTA, António Manuel de Almeida
O registo criminal / António Manuel de Almeida Costa
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 27 (1984); p. 225-612

Direito Penal – Registo Criminal

DIREITO INTERNACIONAL

92-0527 PP 552
MACHETE, Pedro
A zona económica exclusiva: um conceito do novo direito internacional do mar / Pedro Machete
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 221-236

Direito do Mar – Zona Económica Exclusiva

92-0528 341
DROIT INTERNATIONAL Dro
Droit international: bilan et perspectives / red. Mohammed Bedjaoui. – Paris: Editions A. Pedone: Unesco, cop. 1991. – 2 v.; 25 cm
ISBN 9-232-02716-X

Direito Internacional

CDU 341

92-0529 PP 57
COSTA, Manuel Augusto G. Fernandes
Da nacionalidade das sociedades comerciais / Manuel Augusto G. Fernandes
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 27 (1984); p. 1-223

Direito Internacional Privado / Direito Comercial / Sociedade Comercial

92-0530 PP 196
ROCHA, Maria Victória Ferreira da
Competência internacional e autonomia privada: pactos privativos e atributivo de jurisdição no direito português e na Convenção de Bruxelas [...] / Maria Victória Ferreira da Rocha
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 13 (1987); p. 161-234

Direito Internacional Privado

DIREITOS E LIBERDADES

92-0531 PP 57
SOUSA, Nuno J. Vasconcelos de Albuquerque e
A liberdade de imprensa / Nuno J. Vasconcelos de Albuquerque e Sousa
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 26 (1983); p. 179-493

Direito Constitucional / Liberdade de Imprensa / Imprensa – Regime Jurídico

342.7

92-0532 POR*Dir

PORTUGAL. Ministério da Justiça. Grupo de Apoio e Defesa Jurídica de Doentes Mentais

Direitos dos cidadãos doentes mentais / Grupo de Apoio e Defesa Jurídica de Doentes Mentais. – Lisboa: Ministério da Justiça, [1991]. – 29 p.; 24 cm. – (Cidadão e justiça)

Direitos do Indivíduo – Deficiente Mental

CDU 342.7

92-0533 342.7

PORTUGAL. Ministério da Justiça POR*Ace

Acesso ao direito e aos tribunais / Ministério da Justiça. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1990. – 16 p.; 21 cm. – (Cidadão e justiça;)

Direitos do Indivíduo – Direito à Justiça / Ajuda Judicial

CDU 342.7

92-0534 PP 552

FRANCO, António Luciano de Sousa

Para uma fundamentação da liberdade de ensino / António L. de Sousa Franco

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 59-92

Direitos Sociais – Liberdade de Ensino

POLITICA ECONÓMICA

92-0535 PP 552

MODERNE, Franck

L'exemple des nationalizations françaises de 1982 / Franck Moderne

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 11-29

Nacionalização – França

92-0536 338.22
DEREGULATION OR RE-REGULATION? Der
Deregulation or re-regulation?: regulatory reform in Europe and the United States / edited by Giandomenico Majone. – London: Pinter Publishers, 1992. – 262 p.; 23 cm
ISBN 0-312-04188-7

Política Económica – Estados Unidos – CE Países

CDU 338.22

92-0537 PP 68
SANTOS, Vitor Manuel da Silva
A internacionalização da economia portuguesa e a formação de preços na indústria / Vitor Santos
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 3 (Abr.-Jun. 1991); p. 257-286

Política Económica – Indústria de Exportação

92-0538 PP 241
FARIA, Luís
Privatizações: jackpot de 2000 milhões / Luís Faria
In: Expansão: ideias e negócios. – Lisboa: Expansão Económica. – A. 1, n.º 3 (Jun. 1992); p. 48-61

Política Económica – Privatização

92-0539 PP 552
BADURA, Peter
Constitutional and legal problems of privatization in Germany / Peter Badura
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 31-48

Privatização – Alemanha

CRESCIMENTO ECONÓMICO

92-0540 PP 225
GRELLET, Gérard
Une nouvelle orthodoxie du developpement / Gérard Grellet
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2299 (Nov. 1992); p. 1-7

Crescimento Económico – País em Desenvolvimento

92-0541 PP 225
RODRIK, Dani
Où en est la relation commerce extérieur-développement / Dani Rodrik
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2281 (Jun. 1992); p. 15-24

Política Comercial – País em Desenvolvimento / Comércio Externo – País em Desenvolvimento

ESTRUTURA ECONÓMICA

92-0542 PP 496
HENZLER, Herbert A.
The new era of eurocapitalism / Herbert A. Henzler
In: Harvard business review. – Boston: Harvard Business School. – Vol. 70, n.º 4 (Jul.-Ago. 1992); p. 57-68

Economia de Mercado – Análise Social – Europa

92-0543 PP 225
LAMFALUSSY, M. Alexendre
Perspectives de l'économie mondiale / M. Alexandre Lamfalussy
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2285 (Jul. 1992); p. 1-7

Economia Internacional – Análise Económica

92-0544 PP 225
OCDE
Eléments statistiques de comparaison entre les pays de l'OCDE / OCDE
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2282 (Jul. 1992); p. 8

Economia Internacional – Dados Estatísticos – OCDE Países – 1990-1991

93-0545 PP 225
LES MOUVEMENTS INTERNATIONAUX DE CAPITAUX DANS LES ANNÉES QUATRE-VINGTS
Les mouvements internationaux de capitaux dans les années quatre-vingts
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2285 (Jul. 1992); p. 8-13

Economia Internacional – Movimento de Capitais

92-0546 PP 68
SILVA, José M. Monteiro da
A análise da estrutura da economia portuguesa entre 1959 a 1982: uma abordagem metodológica através das matrizes input-output / José M. Monteiro da Silva
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 4 (Jul.-Set. 1991); p. 433-465

Economia Nacional – Análise Input-Output

92-0547 PP 68
SANGMEISTER, Hartmut
O Brasil da crise: a potência económica ameaçada / Hartmur Sangmeister
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 3 (Abr.-Jun. 1991); p. 347-358

Economia Nacional – Brasil / Brasil – Análise Económica – 1980-1987

92-0548 PP 524
BELEZA, Miguel
Economia portuguesa em 1991: PIB estagnou na indústria / Miguel Beleza

In: Valor. – Lisboa: S.T. & S.F., Sociedade de Publicações. – A. 1, n.º 35 (Jul. 1992); p. 28-31

Economia Nacional – Indicador Económico – 1986-1991

92-0549 338.2
BARRE, Raymond, e outro BAR*Pri
Principes de politique économique / Raymond Barre et Jacques Fontanel. – Grenoble: Presses Universitaires, 1991. – 151 p.; 22 cm. – (L'économie en plus; 7)
ISBN 2-7061-0392-2

Economia Política – Economia de Mercado

CDU 338.2

92-0550 PP 133
MOLINIER, Joel
La réalisation de l'union économique et monétaire / Joel Molinier
In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 161-176

União Económica e Monetária

92-0551 PP 390
AMARAL, Luís Mira
A União Económica e Monetária e as empresas portuguesas / Luís Mira Amaral
In: Competir: informação para a indústria. – Lisboa: Direcção-Geral da Indústria. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 5-7

União Económica e Monetária – Consequências Económicas / Fundos Estruturais – Desenvolvimento Regional / Investimento Estrangeiro – Pequenas e Médias Empresas

92-0552 PP 390
VILAR, Rui
A União Económica e Monetária: um longo caminho a percorrer / Rui Vilar
In: Competir: informação para a indústria. – Lisboa: Direcção-Geral da Indústria. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 9-14

União Económica e Monetária – Consequências Económicas

ANÁLISE ECONÓMICA

92-0553 PP 212
BAPTISTA, Mário António Rodrigues da Silva
A capacidade competitiva da CE face aos EUA e ao Japão / Mário Baptista
In: Cadernos de economia. – Lisboa: Promeios. – A. 5, n.º 20 (Jul.-Set. 1992); p. 51-64

Análise Económica – CE Países – Japão – Estados Unidos

92-0554 311
ANTUNES, António Roque ANT*Inf
Informação estatística e noções elementares de técnicas estatísticas / António Roque Antunes. – Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. – 135 p.; 23 cm. – (Série A: estudos gerais; 10)

Estatística – Método Estatístico

CDU 311

POLÍTICA COMERCIAL

92-0555 PP 68
MARTINS, Manuel Victor, e outro
Price discrimination and market structures in the portuguese export sector: 1972-82 / Manuel Victor Martins, Victor M. Santos
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 4 (Jul.-Set. 1991); p. 467-482

Política Comercial – Política de Exportações / Exportação – Organização do Mercado – Preço de Mercado

COMÉRCIO INTERNACIONAL

92-0556 PP 196
CORREIA, A. Ferrer
Da arbitragem comercial internacional / A. Ferrer Correia

In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 10/11 (1984-1985); p. 3-51

Comercialização – Arbitragem Internacional

92-0557 PP 68
FONTOURA, M. Paula
Padrões de comércio bilateral: Portugal face à CEE e PALOP / M. Paula Fontoura
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 4 (Jul.-Set. 1991); p. 505-516

Comércio Externo – PALOP – CE Países / Política das Exportações

92-0558 PP 225
GATT
L' évolution récente du commerce mondial / GATT
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2285 (Jul. 1992); p. 14-22

Comércio Internacional – Análise Económica

92-0559 PP 220
LLOYD, Peter J.
Régionalisation et commerce mondial / Peter J. Lloyd
In: Révue économique de l'OCDE. – Paris: OCDE. – N.º 18 (Mar. 1992); p. 7-49

Comércio Internacional – OCDE Países – 1961-1989 / Acordo Comercial – Trocas Comerciais – OCDE Países

FINANÇAS

92-0560 338.126(038)
FERNANDEZ PEÑA, Enrique FER*Dic
Diccionário de auditoria / Enrique Fernandez Peña; prol. Ricardo Bolufer Nieto. – Madrid: Samsa Distribuciones, D.L. 1989. – 420 p.; 24 cm
ISBN 84-404-3914-8

Auditoria Financeira – Dicionário

CDU 336.126(038)

336.07
92-0561 POR*Liv
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Conselho para o Sistema Financeiro
Livro branco sobre o sistema financeiro: 1992; as instituições de crédito / Conselho para o Sistema Financeiro. – Lisboa: Ministério das Finanças, 1991. – 2 v.; 21 cm. – 1.º vol.: Relatório principal. – IX, 457 p. – 2.º vol.: Resumo e conclusões. – I, 93 p.
ISBN 972-9244-21-9

Sistema Financeiro

CDU 336.07

92-0562 336.07
LA SECURITÉ DES SYSTÈMES FINANCIERS Sec
La sécurité des systémes financiers: les causes de tensions / apres. Jacques Marsalet. – Paris: Le Monde Editions, 1991. – 308 p.; 24 cm. – Sep. de «Revue d'économie financière», n.º 18 (Outono 1991)
ISBN 2-87-899-035-8

Sistema Financeiro – Análise Financeira / Finanças Públicas – Gestão Financeira

CDU 336.07
336.1/.5

RELAÇÕES MONETÁRIAS

92-0563 PP 225
AGLIETTA, Michel
La crise monétaire européenne: quels enseignements? / Michel Aglietta, Henri Delessy, Jean Pisani-Ferry
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2300 (Nov. 1992); p. 1-14

Sistema Monetário Europeu / Crise Monetária – CE Países

92-0564 PP 220
EGEBO, Thomas, e outro
Engagements institutionnels et crédibilité de la politique économique: étude critique et analyse économétrique du mécanisme de change du SME / Thomas Egebo et A. Steven Englander
In: Révue économique de l'OCDE. – Paris: OCDE. – N.° 18 (Mar. 1992); p. 51-93

Sistema Monetário Europeu – Consequêcias Económicas / Inflação – CE Países / Mercado do Trabalho – Desemprego – CE Países

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CRÉDITO

92-0565 PP 292
BEI
A empresa e o Banco Europeu de Investimento / BEI
In: BEI informações. – Luxemburgo: BEI. – N.° 73 (Set. 1992); p. 1-4

BEI – Financiamento da Empresa / Empréstimo BEI

CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS

92-0566 PP 241
RAMALHO, António
O valor das acções / António Ramalho
In: Expansão. – Lisboa: Midesa. – N.° 6 (Set. 1992); p. 9-10

Bolsa de Valores – Acção Financeira

92-0567 PP 241
MAIA, José, e outros
Um mercado de obrigações / José Maia, Fernando Maximiano, António Vaz
In: Expansão. – Lisboa: Midesa. – N.° 6 (Set. 1992); p. 55-58; 60-62

Mercado de Capitais – Análise Financeira

336.763
92-0568 POR*Sit
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
A situação geral dos mercados de valores mobiliários: 1991 / Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. – Lisboa: CMVM, 1991. – 83 p.; 24 cm

Mercado Financeiro – Valores Mobiliários

CDU 336.763

92-0569 339.727CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Rum
Rumo a um grande mercado interno dos serviços financeiros / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 14 p.: gráf.; 23 cm. – (O dossier da Europa; 3/92). – Existe 2 exemplares

Mercado Único Europeu – Mercado Financeiro – Serviços Financeiros

CDU 339.727CE

92-0570 PP 225
JACQUEMIN, Alexis
Stratégies d'entreprise et politique de la concurrence dans le Marché Unique / Alexis Jacquemin
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2284 (Jul. 1992); p. 9-17

Mercado Unico Europeu – Política da Concorrência

INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

92-0571 PP 390
FERNANDES, Manuel Castro
Capital de risco: um produto que imposta conhecer / Manuel Castro Fernandes
In: Competir: informação para a indústria. – Lisboa: Direcção-Geral da Indústria. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 55-58

Capitais de Risco – Financiamento da Empresa / Pequenas e Médias Empresas – Investimento Estrangeiro

92-0572 PP 225
MATTEI, Jacqueline, e outro
L'Espagne, paradis des firmes multinationales / Jacqueline Mattei et Mireille Lacharme
In: Problèmes économiques: séléction d'articles français et étrangers. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2281 (Jun. 1992); p. 22-26

Investimento Estrangeiro – Empresa Multinacional – Espanha

SEGUROS

92-0573 PP 68
SILVA, Carlos Manuel Pereira da
Custos e rentabilidade de seguros / Carlos Manuel Pereira da Silva
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 4 (Jul.-Set. 1991); p. 483-490

Companhia de Seguros – Gestão Financeira

FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA ORÇAMENTAL

92-0574 PP 389
SCANAVINO, Cynthia de Tubino
Os tribunais de contas e o alcance da moralidade administrativa / Cynthia de Tubino Scanavino
In: Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – Vol. 9, n.º 15 (Dez. 1991); p. 122-126

Brasil. Tribunal de Contas / Acto Administrativo – Auditoria – Brasil

92-0575 336.126.55(410)
GRA-BRETANHA. National Audit Office NAO*Adm
The administration of legal aid in England and Wales / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 61 p.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório/Assistência Judiciária – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)
347.921.8(410)

92-0576 PP 59
KORDES, Frans
Nouvelles orientations pour la vérification publique / par Frans Kordes
In: Revue internationale de la vérification des comptes publics. – Washington: INTOSAI. – Vol. 18, n.º 4 (Out. 1991); p. 1

Auditoria Financeira – Empresa Pública

92-0577 PP 59
ISRAEL. Bureau du Contrôleur Général
La vérification des institutions et compagnies d'assurance publiques en Israel / Bureau du Contrôleur Général d'Israel
In: Révue internationale de la vérification des comptes publiques. – Washington: Intosai. – Vol. 18, n.º 4 (Out. 1991); p. 11-12

Companhia de Seguros – Controlo Financeiro – Israel

92-0578 336.126.55(410)
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office NAO*Sta
The 1991 statement on major defense projects / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 42 p.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Defesa Estratégica – Projecto de Investigação – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)

336.126.55(410)
92-0579 NAO*Min
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office 2
Ministry of Defense: competition in the provision of support services / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 37 p.; 30 cm. – Sep. de "Report of the Comptroller and Auditor General"

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Despesas de Defesa – Prestação de Serviços – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)
355.02(410)

92-0580 PP 389

BALZAN, Romildo

O controlo dos gastos públicos / Romildo Balzan

In: Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – Vol. 9, n.º 15 (Dez. 1991); p. 101-104

Despesas Públicas – Controlo Financeiro – Brasil

92-0581 PP 57

PORTUGAL. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, 1986- (António Luciano de Sousa Franco)

Discurso na posse de um Juiz Conselheiro e de vários dirigentes na Direcção-Geral do Tribunal de Contas: 17.06.1991 / António Luciano Sousa Franco

In: Revista do Tribunal de Contas. – Lisboa: Tribunal de Contas. – N.º 9-10 (Jan.-Jun. 1991); p. 37-42

Portugal. Tribunal de Contas / Discurso

92-0582 PP 57

PORTUGAL. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, 1986- (António Luciano de Sousa Franco)

Palavras proferidas na posse dos senhores Conselheiros Dr.ª Maria Adelina de Sá Carvalho e Dr. Alfredo Menéres Barbosa / António Sousa Franco

In: Revista do Tribunal de Contas. – Lisboa: Tribunal de Contas. – N.º 9-10 (Jan.-Jun. 1991); p. 29-33

Portugal. Tribunal de Contas / Discurso

92-0583 PP 55

FINLANDIA. Tribunal de Contas

A auditoria da dívida pública / Entidade Fiscalizadora Superior da Finlândia

In: Revista do Tribunal de Contas da União. – Brasília: Tribunal de Contas da União. – N.º 47 (Jan.-Mar. 1991); p. 65-79

Finlândia. Tribunal de Contas / Dívida Pública – Auditoria Financeira

92-0584 PP 59
JAMAICA. Bureau du Vérificateur Général
La vérification de la dette publique / Bureau du Vérificateur Général de la Jamaique
In: Revue internationale de la vérification des comptes publics. – Washington: INTOSAI. – Vol. 18, n.º 4 (Out. 1991); p. 8-10

Dívida Pública – Auditoria Financeira – Jamaica

92-0585 PP 389
FERNANDES, Flávio Satiro
O Tribunal de Contas e a fiscalização municipal / Flávio Satiro Fernandes
In: Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. – Vol. 9, n.º 15 (Dez. 1991); p. 105-118

Brasil. Tribunal de Contas / Finanças Locais – Controlo Financeiro – Brasil

92-0586 PP 157
CUNHA, Júlio do Nascimento Peixoto Pereira da
Compensação dos municípios por isenção ou redução de impostos municipais / Júlio do Nascimento Peixoto Pereira da Cunha
In: O Municipal. – Santarém: Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. – A. 13, n.º 140 (Set. 1992); p. 30-35

Finanças Locais – Fiscalidade

336.07
92-0587 POR*Fin
PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Finanças locais e contabilidade autárquica: freguesias: manual de acompanhamento e aperfeiçoamento técnico / Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo; pref. de José Salter Cid; introd. de Helena Santos Curto. – Lisboa: C.C.R.L.V.T., 1991. – 376 p.: gráfs.; 30 cm
ISBN 972-9163-21-9

Finanças Locais – Gestão Financeira / Autarquia Local – Contabilidade

CDU 336.07
352

92-0588 336.12
ARNAU BERNIA, Vicente J. ARN*Man
Manual de presupuestos de las entidades locales / Vicente J. Arnau Bernia. – Madrid: Marcial Pons, 1991. – 378 p.; 24 cm. – (Monografias juridicas)
ISBN 84-7248-107-7

Finanças Locais – Orçamento – Espanha

CDU 336.12
336.1/.5

336.126.55
92-0589 POR*Ref
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. 2
Reforma do Tribunal de Contas / apresentação de António de Sousa Franco. – Lisboa: Tribunal de Contas, [s.d.]. – [24] p.; 21 cm

Portugal. Tribunal de Contas – Reforma Institucional / Finanças Públicas

CDU 336.126.55

336.126.55
92-0590 POR*Ref
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. 3
Reforma do Tribunal de Contas / apresentação de António de Sousa Franco. – Lisboa: Tribunal de Contas, 1991. – 69 p.; 24 cm

Portugal. Tribunal de Contas – Reforma Institucional / Finanças Públicas

CDU 336.126.55

92-0591 PP 55
ESPANHA. Tribunal de Contas
O papel da entidade fiscalizadora superior e o alcance da auditoria / Tribunal de Contas de Espanha
In: Revista do Tribunal de Contas da União. – Brasília: Tribunal de Contas da União. – N.º 47 (Jan.-Mar. 1991); p. 53-64

Espanha. Tribunal de Contas – Competência Institucional / Finanças Públicas – Auditoria Financeira

92-0592 PP 55

REINO UNIDO. Tribunal de Contas

Políticas e métodos de gestão da fiscalização pública / Controlador e Auditor General do Reino Unido

In: Revista do Tribunal de Contas da União. – Brasília: Tribunal de Contas da União. – N.º 47 (Jan.-Mar. 1991); p. 23-24

Reino Unido. Tribunal de Contas / Finanças Públicas – Auditoria Financeira

336.1/.5

92-0593 PUB*Per

PUBLIC SECTOR CONFERENCE OF THE FEDERATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPEENS, 2.º, Rottach-Egern am Tegernsee [Alemanha], 1990

Performance measurement in public sector management: collected papers from the Second Public Sector Conference of the Fédération des Experts Comptables Européens. – London: The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy, 1991. – VI, 186 p.; 30 cm

ISBN 0-85299-511-3

Portugal. Tribunal de Contas – Controlo Financeiro / Finanças Públicas – Auditoria Financeira

CDU 336.1/.5
336.126

336.126(410)

92-0594 REP*Min

REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 3.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)

Ministry of Defence: management of support vehicles / Third Report of the Committee of Public Accounts. – London: HMSO, 1992. – XI, 19 p.; 30 cm

Finanças Públicas – Auditoria Financeira – Reino Unido / Despesas de Defesa – Gestão do Material – Reino Unido

CDU 336.126(410)

336.126(410)

92-0595 REP*Pol

REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 4.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)

Polytechnics and colleges funding council / Fourth Report of the Committee of Public Accounts. – London: HMSO, 1992. – XIII, 18 p.; 30 cm

Finanças Públicas – Auditoria Financeira – Reino Unido / Orçamento da Educação – Reino Unido

CDU 336.126(410)

336.126(410)

92-0596 REP*Cre

REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 5.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)

Creating and safeguarding jobs in Wales / Fifth Report of the Committee of Public Accounts. – London: HMSO, 1992. – XIII, 45 p.; 30 cm

Finanças Públicas – Auditoria Financeira – Reino Unido

CDU 336.126(410)

336.126(410)

92-0597 REP*Shi

REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 6.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)

Ship safety / Sixth Report of the Committee of Public Accounts. – London: HMSO, 1992. – XIII, 16 p.; 30 cm

Finanças Públicas – Auditoria Financeira – Reino Unido

CDU 336.126(410)

336.126(410)

92-0598 REP*Sal

REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 7.º, Londres, Julho 1992 (Sessão 1992-93)

Sale of the water authorities in England and Wales / Seventh Report of the Committee of Public Accounts. – London: HMSO, 1992. – XVII, 25 p.; 30 cm

Finanças Públicas – Auditoria Financeira – Reino Unido

CDU 336.126(410)

336.126(410)
REP*Min
92-0599 1
REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 8.°, Londres, Julho 1992 (Sessão 1992-93)
Ministry of Defence: helicopter maintenance / Eight Report of the Committee of Public Accounts. – London: HMSO, 1992. – XIII, 15 p.; 30 cm

Finanças Públicas – Auditoria Financeira – Reino Unido / Despesas de Defesa – Manutenção de Equipamentos – Reino Unido

CDU 336.126(410)

336.126.55(81)
BRA*Lei
92-0600 1
BRASIL. Tribunal de Contas do Rio de Janeiro
Lei complementar n.° 63, de 1 de Agosto de 1991 / Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: Tribunal de Contas, 1991. – 38, 6 p.; 22 cm

Brasil. Tribunal de Contas – Estrutura Orgânicfa / Finanças Públicas – Brasil

CDU 336.126.55(81)

336.126
92-0601 POR*Con
PORTUGAL. Tribunal de Contas 6
Conclusões dos congressos da INTOSAI / Tribunal de Contas. – Lisboa: T.C., [s.d.]. – [52] p.; 29 cm

INTOSAI – Congresso – 1953-1989 / Finanças Públicas – Controlo Financeiro

CDU 336.126

92-0602 336.126.55
PORTUGAL. Tribunal de Contas POR*Col
Colectânea de acórdãos: fiscalização sucessiva / introd. de António de Sousa Franco; apoio técnico-administrativo de Carlos Alberto de Sá Pedroso. – Lisboa: Tribunal de Contas, 1992. – 647 p.; 30 cm

Portugal. Tribunal de Contas – Acórdão – 1990-1992 / Finanças Públicas – Controlo Financeiro

CDU 336.126.55
343.15

336.126
92-0603 MEX*Bib
MEXICO. Contaduria Mayor de Hacienda. H. Camara de Diputados
Bibliografia mexicana sobre fiscalizacion y control gubernamental: 1958-1989 / Contaduria Mayor de Hacienda. – Cidade do México: Unidad de Programacion, Normatividad Control de Gestion, 1992. – 2 v.; 28 cm
ISBN 968-6033-54-8

México. Tribunal de Contas / Finanças Públicas – Controlo Financeiro – Bibliografia – México / Auditoria – Bibliografia – México

CDU 336.126(01)
336.126.55(072)

92-0604 PP 59
SOLER, Elias Soley
Profil: le Bureau du Contrôleur Général de la République du Costa Rica / par Elias Soley Soler
In: Revue internationale de la vérification des comptes publics. – Washington: INTOSAI. – Vol. 18, n.º 4 (Out. 1991); p. 13-14

Finanças Públicas – Controlo Financeiro – Costa Rica / Costa Rica. Tribunal de Contas

336.126.55(73)
92-0605 GAO*Int
ESTADOS UNIDOS. General Accounting Office
Introduccion à la GAO. – [Washington: GAO, 1991]. – 28 p.: il.; 23 cm

Estados Unidos. GAO / Estados Unidos. Tribunal de Contas / Finanças Públicas – Controlo Financeiro – Estados Unidos

CDU 336.126.55(73)

92-0606 PP 59
AL-IRYANI, Ahmad Mohamed
Profil: République du Yémen: organisation centrale de contrôle et de vérification / par Ahmad Mohamed Al-Iryani
In: Révue internationale de la vérification des comptes publics. – Washington: INJTOSAI. – Vol. 19, n.º 1 (Jan. 1992); p. 15-16

Finanças Públicas – Controlo Financeiro – Iémen / Iémen. Tribunal de Contas

336.126.55(410.7)
92-0607 NIAO*Nor
IRLANDA DO NORTE. Tribunal de Contas
Northern Ireland Housing executive: maintenance / Northern Ireland Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 24 p.: gráf.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland Audit Office», 27 Ago. 1992

Irlanda do Norte. Tribunal de Contas / Finanças Públicas – Controlo Financeiro – Irlanda do Norte

CDU 336.126.55(410.7)

92-0608 PP 68
MATA, Eugénia, e outro
Foreign public debt and economic growth in Portugal: 1830-1985 / Eugénia Mata, Nuno Valério
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 11, n.º 4 (Jul.-Set. 1991); p. 421-432

Finanças Públicas – Crescimento Económico – Séc. 19-20 / Dívida Pública – Dívida Externa – História

92-0609 711.4

BAHL, Roy W., e outro BAH*Urb
Urban public finance in developing countries / Roy W. Bahl, Johannes F. Linn. – Oxford: University Press, 1992. – XIII, 552 p.; 24 cm
ISBN 0-19-520805-6

Finanças Públicas – Economia Urbana – País em Desenvolvimento / Finanças Locais – Administração Fiscal – País em Desenvolvimento / Urbanismo – Fiscalidade

CDU 711.4
336.1/.5

92-0610 336.1/.5
FRANCO, António Luciano de Sousa FRA*Fin
Finanças do sector público: introdução aos subsectores institucionais: lições da cadeira de Finanças Públicas II, nos anos de 1990/91 / A. L. de Sousa Franco. – Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito, 1991. – 778 p.; 22 cm

Finanças Públicas – Empresa Pública

CDU 336.1/.5

334.724
92-0611 POR*Ana
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas
Análise do sector público administrativo e empresarial em 1991 / Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas. – Lisboa: GAFEEP, 1992. – 197 p.: gráf.; 30 cm

Finanças Públicas – Empresa Pública

CDU 324.724
336.1/.5

92-0612 PP 133
ORSONI, Gilbert
Le Conseil de l'Etat juge de cassation des décisions de la Cour des Comptes / Gilbert Orsoni

In: Revue française de finances publiques. – Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. – N.º 39 (1992); p. 122-164

França. Tribunal de Contas – Poder Judicial / Finanças Públicas – França

92-0613 336.1/.5
GAUDEMET, Paul-Marie, e outro GAU*Fin
Finances publiques / P. M. Gaudemet, J. Molinier. – 6ème. ed. – Paris: Montchrestien, 1992. – v.; 23 cm. – (Domat droit public). – 1.º vol.: Budget/trésor. – 565 p.
ISBN 2-7074-0521-2

Finanças Públicas – Orçamento do Estado / Execução do Orçamento – Controlo Financeiro / Contabilidade Pública – Despesas Públicas / Dívida Pública – França

CDU 336.1/.5
336.12

92-0614 336.1/.5
NOBES, Christopher NOB*Acc
Accounting harmonisation in Europe: process, progress and prospects / Christopher Nobes. – London: Financial Times Business Information, 1992. – VIII, 143 p.; 30 cm. – (Financial Times Management Report)
ISBN 1-85334-164-9

Finanças Públicas – Relatório – CE Países / Contabilidade Pública – Directivas Comunitárias

CDU 336.1/.5

336.126

92-0615 PP 524
GUERREIRO, António Cândido
A eficiência do sistema financeiro português / António Guerreiro
In: Valor. – Lisboa: S.T. & S.F., Sociedade de Publicações. – A. 1, n.º 35 (Jul. 1992); p. 12-14

Finanças Públicas – Sistema Financeiro / Dívida Pública – Privatização / Mercado de Capitais

336.126.55
92-0616 CON*Aud
CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES (CLADEFS), 9.º, Buenos Aires, 1990
Auditorias de gestão aos subsídios concedidos pelo Estado às entidades públicas e privadas / IX Congresso Latinoamericano de Entidades Fiscalizadoras Superiores. – Lisboa: Tribunal de Contas, 1990. – 21 p.; 29 cm

Portugal. Tribunal de Contas – Auditoria das Práticas de Gestão / Financiamento Público – Gestão Financeira – Auditoria / Ajuda do Estado – Empresa Pública – Empresa Privada

CDU 336.126.55
658
336.64

336.126.55(410)
92-0617 NAO*Sal
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office
The sale of scottishpower and hydro-electric / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 29 p.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Indústria Eléctrica – Privatização – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)
338.246.025(410)

336.126.55(410)
92-0618 NAO*Civ
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office
Civianisation of police posts in the Royal Ulster Constabulary / National Audit Office. – London: HMSO, 1992 . – 20 p.; 30 cm. – Sep. de «Report of the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Polícia – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)
351.74(410)

92-0619 PP 133
TROSA, Sylvie
Programmes pluriannualité et procédure budgétaire dans les pays de l'OCDE / Sylvie Trosa
In: Revue française de finances publiques. – Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. – N.º 39 (1992); p. 42-52

Política Orçamental – OCDE Países

92-0620 PP 55
ESTADOS UNIDOS. General Accounting Office
A auditoria de sistemas de processamento electrónico de dados / Entidade Fiscalizadora Superior dos Estados Unidos
In: Revista do Tribunal de Contas da União. – Brasília: Tribunal de Contas da União. – N.º 47 (Jan.-Mar. 1991); p. 81-94

Estados Unidos. Tribunal de Contas / Processamento Electrónico de Dados – Auditoria

336.126.55(410)
92-0621 NAO*Pro
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office
Protecting and managing England's heritage property / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 55 p.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Protecção do Património – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)

92-0622 PP 59
EASTEAL, Martin
La vérification des ressources humaines / par Martin Easteal
In: Revue internationale de la vérification des comptes publics. – Washington: INTOSAI. – Vol. 19, n.º 1 (Jan. 1992); p. 10-11

Recursos Humanos – Auditoria

336.126.55(410)
92-0623 NAO*Nhs
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office 2
NHS accident & emergency departments in England / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 36 p.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Serviço de Saúde – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)
614.2(410)

336.126.55(410)
92-0624 NAO*Nhs
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office
NHS accident & emergency departments in Scotland / National Audit Office. – London: HMSO, 1992. – 32 p.; 30 cm. – Sep. de «Report by the Comptroller and Auditor General»

Reino Unido. Tribunal de Contas – Relatório / Serviço de Saúde – Reino Unido

CDU 336.126.55(410)
614.2(410)

FISCALIDADE

92-0625 PP 132
LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes
Interpretação de benefícios fiscais: acordão de 30 de Outubro de 1991: proc.º n.º 13 496 / Luis Manuel Teles de Menezes Leitão
In: Fisco. – Lisboa: Edifisco. – A. 4, n.º 45 (Jul. 1992); p. 27-35

Benefício Fiscal / Contribuição Predial – Isenção Fiscal / Imposto Local

92-0626 PP 62
LEITÃO, Luís Manuel de Menezes
Benefícios tributários à concentração e cooperação de empresas / Luís Menezes Leitão

In: Ciência e técnica fiscal. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – N.º 366 (Abr.-Jun. 1992); p. 7-33

Benefífio Fiscal – Cooperação Interempresas / Sociedade Comercial – Benefício Fiscal

92-0627 PP 132
FARIA, Maria Teresa Barbot Veiga de
Regime fiscal das sociedades e fundos de investimento de capital de risco: algumas reflexões / Maria Teresa Barbot Veiga de Faria
In: Fisco. – Lisboa: Edifisco. – A. 4, n.º 47 (Out. 1992); p. 16-24

Capital de Risco – Sociedade Comercial / Capital de Risco – Fiscalidade

92-0628 336.2
GUIA FISCAL 92 Gui
Guia fiscal 92 / Américo Brás Carlos... [e outros]. – 2.ª ed . – Lisboa: Edifisco, 1992. – 567 p.; 23 cm
ISBN 972-95431-4-3

Direito Fiscal / Fiscalidade – 1992

CDU 336.2

92-0629 PP 184
PARDAL, Francisco Rodrigues
Garantias dos contribuintes no direito tributário / Francisco Rodrigues Pardal
In: Revista de direito público. – Lisboa: Vulgus. – A. 5, n.º 10 (Jul.-Dez. 1991); p. 33-44

Direito Fiscal – Contribuintes / Fiscalidade – Jurisdição Administrativa / Fraude Fiscal – Reciclagem de Capitais

92-0630 PP 62
CRUZ, Rui António da
Fiscalidade e desenvolvimento económico e social de Angola / Rui António da Cruz

In: Ciência e técnica fiscal. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – N.º 366 (Abr.-Jun. 1992); p. 71-102

Fiscalidade – Angola

92-0631 PP 62
GOMES, Nuno de Sá
Considerações em torno da contribuição predial autárquica / Nuno Sá Gomes
In: Ciência e técnica fiscal. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – N.º 365 (Jan.-Mar. 1992); p. 7-52

Imposto Local – Contribuição Predial

92-0632 PP 132
MEIRELES, Manuel Sousa
Alterações ao código do IRC e ao Dec.-Lei n.º 422-B/88, de 30 de Novembro, introduzidas pelo Dec.-Lei n.º 138/92, de 17 de Julho: breves notas / Manuel Sousa Meireles
In: Fisco. – Lisboa: Edifisco. – A. 4, n.º 47 (Out. 1992); p. 35-38

Imposto sobre Empresas – Código Jurídico

92-0633 PP 541
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.
A lei n.º 2/92 – Orçamento do Estado para 1992: alteração ao sistema fiscal
In: Fiscália. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – A. 1, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 31-34

Orçamento do Estado – Regime Fiscal – 1992

92-0634 PP 133
FLECHEUX, Georges
La spécificité de la fiscalité de l'avocat / Georges Flécheux
In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 41-46

Profissão Liberal – Fiscalidade – França

92-0635 PP 133
LANTERI, Richard
Y-a-t-il une fiscalité des professions libérales? / Richard Lanteri
In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 13-22

Profissão Liberal – Fiscalidade – França

92-0636 PP 133
LE BERRE, Jean-Michel
L'exercice en groupe et la fiscalité des professions libérales / Jean-Michel Le berre
In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 33-40

Profissão Liberal – Fiscalidade – França

92-0637 PP 133
LUPPI, Philippe
Contrôle fiscal et secret professionnel chez les professionnels de santé libéraux: l'exemple des chirurgiens dentistes / Philippe Luppi
In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 47-74

Profissão Liberal – Fiscalidade – França / Profissão Liberal – Segredo Profissional – França

92-0638 PP 133
PLAGNET, Bernard
L'évolution générale de la fiscalité des professions libérales / Bernard Plagnet
In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 3-12

Profissão Liberal – Fiscalidade – França

92-0639 PP 133
ROBERT, Guy
La fiscalité des professions libérales et la question de l'équité / Guy Robert

In: Revue française des finances publiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 37 (1992); p. 23-32

Profissão Liberal – Fiscalidade – França

92-0640 PP 62
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÉ DE REFLEXÃO DOS PERITOS INDEPENDENTES SOBRE A FISCALIDADE DAS EMPRESAS
Conclusões e recomendações do Comité de reflexão dos peritos independentes sobre a fiscalidade das empresas / trad. Teresa Curvelo
In: Ciência e técnica fiscal. – Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. – N.º 366 (Abr.-Jun. 1992); p. 115-158

Sociedade Comercial – Regime Fiscal / Harmonização Fiscal

DIREITO FINANCEIRO

92-0641 347.73
PIZARRO, Sebastião Nóbrega PIZ*Con
Contratos financeiros: leasing, agência, franchising, factoring, permuta, mútuo / Sebastião Nóbrega Pizarro, Margarida Mendes Calixto. – Coimbra: Almedina, 1991. – 185 p.; 23 cm
ISBN 972-40-0645-X

Direito Financeiro – Contrato / Serviços Financeiros – Contrato

CDU 347.73
347.44

92-0642 PP 552
FRANCO, António Luciano de Sousa
As indemnizações e as privatizações como institutos jurídico-financeiros / António L. de Sousa Franco
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 5 (1991); p. 115-129

Nacionalização – Indemnização / Privatização – Análise Financeira / Direito Financeiro – Nacionalização – Privatização

QUESTÕES SOCIAIS

92-0643 331.5
A SITUAÇÃO DOS JOVENS EM PORTUGAL Sit
A situação dos jovens em Portugal: transição entre a escola e a vida profissional: 1983-1990 / Hermínia Galvão Correia...[e outros]. – Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. – 103 p.; 23 cm. – (Série D: emprego, formação e reabilitação profissional; 7)
ISBN 972-704-107-8

Política do Emprego – Mercado do Trabalho – Trabalho dos Jovens / Sistema de Ensino – Formação Profissional – Portugal

CDU 331.5

FAMÍLIA

92-0644 347.6
MATIAS, Carlos MAT*Cas
O casamento e o divórcio / Carlos Matias. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1991. – 40 p.; 21 cm. – (Cidadão e justiça;)

Direito da Família / Casamento / Divórcio

CDU 347.6

92-0645 PP 552
SILVA, Clóvis V. do Couto e
Direito patrimonial de família no projecto do código civil brasileiro e no direito português / Clóvis V. de Couto e Silva
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 1, n.º 1 (1980); p. 125-171

Direito da Família

92-0646 PP 552
VARELA, João de Matos Antunes
Evolução histórica da sociedade familiar / Antunes Varela

In: Direito e justiça: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 2 (1981-1986); p. 33-55

Direito da Família – História

92-0647 PP 182
CARDOSO, Augusto Lopes
Procriação humana assistida: alguns aspectos jurídicos / Augusto Lopes Cardoso
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 5-27

Procriação Artificial – Regime Jurídico / Direito da Família – Filiação

VIDA SOCIAL

92-0648 343.57
PORTUGAL. Ministério da Justiça POR*Dro
Droga: sumários de informação estatística: tráfico, consumo, tratamento: 1990 / Ministério da Justiça. – Lisboa: Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga, 1991. – 44 p.: gráf.; 30 cm
ISBN 972-9345-14-7

Estupefaciente – Toxicomania – Dados Estatísticos – 1990

CDU 343.57

343.57
92-0649 POR*Dro
PORTUGAL. Ministério da Justiça 1
Droga: sumários de informação estatística: justiça penal: 1989 / Ministério da Justiça. – Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, 1991. – 31 p.: gráf.; 30 cm
ISBN 972-9345-13-9

Estupefaciente – Toxicomania – Dados Estatísticos – 1990

CDU 343.57

URBANISMO E CONSTRUÇÃO CIVIL

92-0650 347.453.3
GOMES, M. Januário C. GOM*Arr
Arrendamento para habitação / M. Januário C. Gomes. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1991. – 62 p.; 21 cm. – (Cidadão e justiça)

Arrendamento Urbano

CDU 347.453.3

92-0651 PP 182
ASCENSÃO, José de Oliveira
Subarrendamento e direitos de preferência no novo regime do arrendamento urbano / José de Oliveira Ascensão
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 41-73

Arrendamento Urbano – Regime Jurídico

92-0652 PP 182
FRADA, Manuel A. Carneiro da
O novo regime do arrendamento urbano: sistematização geral e âmbito material de aplicação / Manuel A. Carneiro da Frada
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 153-180

Arrendamento Urbano – Regime Jurídico

92-0653 365
CORDEIRO, A. Mendes COR*Hab
Habitação própria: compra e venda / A. Mendes Cordeiro, A. Ribeiro Mendes. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1991. – 22 p.; 21 cm. – (cidadão e justiça)

Habitação – Compra – Venda

CDU 365

EDUCAÇÃO

371.3
92-0654 POR*Azu
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Azulejos: um projecto de trabalho com a linguagem LOGO / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. – Lisboa: GEP, 1992. – 78 p.: il.; 30 cm. – (Série G: cooperação, tecnologia e formação)
ISBN 972-614-202-4

Educação – Informática Aplicada / Educação – Nova Tecnologia

CDU 371.3

37.014.542
SEM*Car
92-0655 1
SEMINÁRIO SOBRE A CARTA ESCOLAR PARA A REGIÃO DO ALENTEJO, Évora, 1991
Carta escolar da região do Alentejo: Seminário de Évora / promovido e realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Direcção Regional de Educação do Sul. – Lisboa: GEP, 1992. – 259 p.: gráf.; 30 cm. – (Série E: rede escolar e recursos físicos)
ISBN 972-614-203-2

Educação – Planeamento Regional – Alentejo / Rede Escolar – Alentejo

CDU 37.014.542

37
92-0656 POR*Imp
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
O impacto económico da educação sobre a produtividade do trabalho / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. – Lisboa: GEP, 1992. – 166 p.: gráf.; 30 cm. – (Série recursos humanos)
ISBN 972-614-144-3

Educação – Produtividade do Trabalho / Planeamento da Educação – Desenvolvimento Económico

CDU 37
331.214.3

37.014
92-0657 POR*Lin
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
LINSSE: modelo de simulação do sistema educativo / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. – Lisboa: GEP, 1992. – 101 p.: gráf.; 30 cm. – (Recursos humanos)
ISBN 972-614-206-7

Política da Educação – Recursos Humanos / Planeamento da Educação – Informática Aplicada

CDU 37.014

ENSINO

92-0658 378.4
UNIVERSIDADE DE COIMBRA UNI*Mem
memoria professorum universitatis Conimbrigensis / dir. Manuel Augusto Rodrigues. – Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992. – 3 p. v.: il.; 30 cm. – Obra comemorativa do 7.º centenário da Universidade de Coimbra. – Só existe o 2.º volume. – 2.º vol.: 1772-1937. – XLV, 431 p.

Ensino Superior – Coimbra / Coimbra – Universidade – Professor – Séc. 18- 20

CDU 378.4(469.322)
371.1

378
92-0659 POR*Ana
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Análise conjuntural: ensino superior: pessoal docente-1988/1989: alunos--1988/1989 e 1989/1990 / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. – Lisboa: GEP, 1992. – 84 p.: gráf.; 30 cm. – (Série A: base de dados, estatística e análise conjuntural)
ISBN 972-614-200-8

Ensino Superior – Dados Estatísticos – 1988-1990

CDU 378
311

92-0660 378.4
SOUSA, Marcelo Rebelo de SOU*Nat
A natureza jurídica da Universidade no direito português / Marcelo Rebelo de Sousa. – Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992. – 55 p.; 21 cm

Universidade – Estado Jurídico

CDU 378.4

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

371
92-0661 SAN*Cul
SANCHES, Maria de Fátima Chorão da Fonseca Cavaleiro
Cultura organizacional: um paradigma de análise da realidade escolar / Maria de Fátima Chorão da Fonseca Cavaleiro Sanches. – Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1992. – 97 p.; 24 cm. – (Desenvolvimento dos sistemas educativos)
ISBN 972-614-188-5

Organização do Ensino

CDU 371

371
POR*Ana
92-0662 1
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Análise conjuntural: estudo complementar sobre pessoal docente: 1987-88/1988-89 / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. – Lisboa: GEP, 1992. – 122, [9] p.; 29 cm. – (Série A: base de dados, estatística e análise conjuntural)

Professor – Dados Estatísticos – 1987-1989

CDU 371.4

DOCUMENTAÇÃO

030
Gra
92-0663 3
GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA
Grande enciclopédia portuguesa e brasileira: livro do ano: 1988. – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989. – 582 p.: il.; 25 cm

Anuário

CDU 030

030
Gra
92-0664 4
GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA
Grande enciclopédia portuguesa e brasileira: livro do ano: 1989. – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1990. – 614 p.: il.; 25 cm

Anuário

CDU 030

030
Gra
92-0665 5
GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA
Grande enciclopédia portuguesa e brasileira: livro do ano : 1990. – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1991. – 591 p.: il.; 25 cm
ISBN 972-625-008-0

Anuário

CDU 030

INFORMÁTICA

92-0666 681.3.07
ROCHA, Natália Nunes ROC*Bas

Base de dados bibliográficos da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República / Natália Nunes Rocha, Jacinto Ramos. – Lisboa: Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, 1987. – 52 p.: gráf.; 23 cm

Base de dados

CDU 681.3.07
02

CIÊNCIAS HUMANAS

92-0667 030
ATLAS DA HISTÓRIA MUNDIAL Atl
Atlas da história mundial. – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1992. – 387 p.: il.; 36 cm
ISBN 972-625-009-9

Atlas / História

CDU 030
93/99

HISTÓRIA

92-0668 PP 72
MÓNICA, Maria Filomena
Negócios e política: os tabacos: 1800-1900 / Maria Filomena Mónica
In: Análise social. – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. – Vol. 27, 4.ª série, n.º 116-117 (1992); p. 461-479

História Económica – Tabaco – Séc. 19

92-0669 PP 72
COSTA, Fernando Dores
Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII / Fernando Dores Costa

In: Análise social. – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. – Vol. 27, 4.ª série, n.º 116-117 (1992); p. 441-460

Portugal. Tribunal de Contas – Arquivo – Documentação / História Económica – Séc. 18

929.71

92-0670 ENC*Ord

ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES, 1.º, Palmela, 1989

As ordens militares em Portugal: actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares. – Palmela: Câmara Municipal, 1991. – 319 p.; 24 cm. – (Estudos locais; 3)

Ordens Militares – Congresso – 1989

CDU 929.71

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

92-0671 PP 225

EYBEN, Diane

Les instruments communautaires d'information et de coopération des entreprises / Diane Eyben, Jimmy Jamar

In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2284 (Jul. 1992); p. 29-32

Cooperação Interempresas – CE Países

92-0672 PP 196

SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada: anteprojecto de lei / A. Ferrer Correia...[e outros]

In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Jun. 1977) p. 153-224; A. 3, n.º 2 (Jul.-Dez. 1977); p. 349-423; A. 5, n.º 1 (Jan.-Jun. 1979), p. 111-200

Direito das Sociedades Comerciais

92-0673 PP 552

TOMÉ, Maria João Romão Carreiro Vaz

Algumas notas sobre as restrições contratuais à livre transmissão de acções / Maria João Romão Carreiro Vaz Tomé In: Direito e justiça: revista da

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Universidade Católica. – Vol. 4 (1989-1990); p. 211-220; Vol. 5 (1991); p. 199-218

Direito das Sociedades Comerciais – Acção Financeira / Direito Comercial – Sociedade Anónima – Responsabilidade Contratual

92-0674 347.736
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. POR*Dec
Decreto-lei relativo ao código das falências: projecto de diploma para apreciação pública / Ministério do Emprego e Segurança Social. – Lisboa: Serviço de Informação Científica e Técnica do M.E.S.S., 1992. – 46 p.; 30 cm. – sep. de «Boletim do Trabalho e Emprego», n.º 8 (Set. 1992)

Falência – Código Jurídico / Direito das Sociedades Comerciais – Falência

CDU 347.736

TIPOS DE EMPRESA

92-0675 PP 57
PORTUGAL. Procuradoria-Geral da República
Nacionalização: empresa nacionalizada: acto de gestão: responsabilidade dos administradores / Procuradoria Geral da República
In: Boletim da Ministério da Justiça. – Lisboa: Ministério da Justiça. – N.º 392 (Jan. 1990); p. 87-103

Empresa Pública – Nacionalização

92-0676 PP 57
ABREU, Jorge Manual Coutinho de
Definição de empresa pública / Jorge Manuel Coutinho de Abreu
In: Boletim da Faculdade de Direito. – Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade. – Suplemento vol. 34 (1991); p. 287-497

Empresa Pública – Regime Jurídico

92-0677 PP 552
SENDIM, Paulo M.
Nota breve sobre o registo das empresas públicas / Paulo M. Sendim
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 1, n.º 1 (1980); p. 173-178

Empresa Pública – Registo Comercial

GESTÃO ADMINISTRATIVA

92-0678 PP 532
MOURA, Rui
Auditoria sócio-organizacional: instrumento de gestão: 1.ª parte / Rui Moura
In: Dirigir. – Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional. – A. 4, n.º 26 (Out. 1992); p. 29

Gestão de Empresa / Auditoria das Práticas de Gestão

GESTÃO CONTABILÍSTICA

336.126
92-0679 POR*Aud
PORTUGAL. Câmara dos Revisores Oficiais de Contas
A auditoria em Portugal = The auditing profession in Portugal / Câmara dos Revisores Oficiais de Contas. – [Lisboa]: Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, 1992. – 18 p.; 29 cm

Auditoria Financeira / Auditoria Contabilística / Revisor Oficial de Contas

CDU 336.126
657.6

92-0680 PP 532
NABAIS, Carlos
Elementos de contabilidade analítica / Carlos Nabais
In: Dirigir: revista para chefias. – Lisboa: IEFP. – N.º 25 (Jul.-Ago. 1992); p. 41-45

Contabilidade

657
92-0681 BOR*Ele
BORGES, António 2
Elementos de contabilidade geral / António Borges, Azevedo Rodrigues, Rogério Rodrigues. – 11.ª ed. actual. e melhor. – Lisboa: Rei dos Livros, 1991. – 1054 p.; 24 cm

Contabilidade Geral / Plano Oficial de Contabilidade

CDU 657

CONCORRÊNCIA

92-0682 PP 314
FERREIRA, João Eduardo Pinto
Objectivos de uma política de concorrência / João E. Pinto Ferreira
In: Boletim da concorrência e preços. – Lisboa: Direcção-Geral da Concorrência e Preços. – 3.ª série, n.º 11 (Jul.-Set. 1992); p. 25-34

Política da Concorrência

EMPREGO

92-0683 PP 376
MATIAS, Jorge
Custos da formação profissional / Jorge Matias
In: Formar. – Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional. – N.º 7 (Ago.-Set.-Out. 1992); p. 59-63

Formação Profissional

92-0684 PP 376
NEVES, José de Carvalho das
Formação, educação e competividade internacional / José de Carvalho das Neves
In: Formar. – Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional. – N.º 7 (Ago.-Set.-Out. 1992); p. 55-58

Formação Profissional / Gestão de Recursos Humanos

377
92-0685 POR*Exe
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Departamento de Estatística
Execução de acções de formação profissional em 1990 / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. – Lisboa: M.E.S.S., 1992. – 84 p.: gráf.; 30 cm. – (Série estatísticas: relatórios e análises; 30)

Formação Profissional – Dados Estatísticos

CDU 377

377
POR*For
92-0686 1
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Departamento de Estatística
A formação profissional nos instrumentos de regulamentação colectiva / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. – Lisboa: M.E.S.S., 1992. – 37 p.: gráf.; 23 cm. – (Série D: emprego, formação e reabilitação profissional; 9)
ISBN 972-704-113-2

Formação Profissional – Dados Estatísticos

CDU 377

92-0687 371.13
CASTRIM, José CAR*For
Formação de formadores: estratégias e programas / José Cardim. – Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992. – 121 p.; 22 cm. – (Série D: emprego e reabilitação profissional)
ISBN 972-704-111-6

Formação Profissional – Formação de Professores

CDU 371.13
377

92-0688 PP 225
CAPDEVILLE, Philippe
Le rôle de la formation professionelle dans la diffusion des technologies en Europe / Philippe Capdevielle, Frédéric Héran, Pascal Politanski
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2294 (Out. 1992); p. 14-21

Formação Profissional – Nova Tecnologia

331.5
92-0689 POR*Jov
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
Jovens saídos do 9.º ano: via de ensino no ano 1984/85 / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, Instituto do Emprego e Formação Profissional. – Lisboa: GEP, 1992. – 177 p.: gráf.; 30 cm. – (Observatório de entradas na vida activa)

Política do Emprego – Trabalho dos Jovens – Dados Estatísticos / Jovem – Vida Activa – Acesso ao Emprego

CDU 331.5

MERCADO DO TRABALHO

92-0690 PP 225
OCDE
Le marché du travail dans les pays de l'OCDE: évolution récente et perspectives / OCDE
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2294 (Out. 1992); p. 1-5

Mercado do Trabalho – OCDE Países

92-0691 PP 72
SOUSA, Raúl Soeiro de
Evolução dos serviços públicos de emprego / Raúl Soeiro de Sousa

In: Análise social. – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. – 4.ª série, vol. 27, n.º 115 (1992); p. 207-214

Mercado do Trabalho – Serviço de Emprego – 1905-1990

CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

2-0692 PP 225
MARCHAND, Olivier
Une comparaison internationale des temps de travail / Olivier Marchand
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2294 (Out. 1992); p. 9-14

Condições de Trabalho – Duração do Trabalho

92-0693 331.322
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. POR*Alt
Alteração ao regime jurídico dos feriados: projecto de diploma para apreciação pública / Ministério do Emprego e da Segurança Social. – Lisboa: M.E.S.S., 1992. – 3 p.; 30 cm. – Sep. de «Boletim do trabalho e emprego», n.º 6 (Jun. 1992)

Dia feriado – Legislação

CDU 331.322

92-0694 327CE
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão CEE*Seg
A segurança e a saúde no trabalho: um desafio para a Europa / Comissão das Comunidades Europeias. – Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. – 11 p.; 23 cm. – (O Dossier da Europa; 5/92)

Política Comunitária – Segurança no Trabalho

CDU 327CE
331.45

92-0695 331.45(094.5)
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. POR*Col
Colectânea de legislação: segurança, higiene e saúde no trabalho: instrumentos comunitários e legislação portuguesa / Ministério do Emprego e da Segurança Social. – Lisboa: M.E.S.S., 1992. – VII, 248, 71 p.; 30 cm

Segurança no Trabalho – Higiene do Trabalho – Legislação

CDU 331.45(094.5)

331.45
92-0696 POR*Con
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
Convenção nº 115 relativa à protecção dos trabalhadores contra as radiações ionizantes: processo de ratificação para apreciação pública / Ministério do Emprego e da Segurança Social. – Lisboa: Serviço de Informação Científica e Técnica do M.E.S.S., 1992. – 96 p.; 30 cm. – Sep. de «Boletim do Trabalho e Emprego», n.º 7 (Set. 1992)

OIT – Convenção Internacional / Segurança no Trabalho – Radioprotecção

CDU 331.45

ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

92-0697 331.106
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. POR*Con
Contrato de trabalho: notas práticas / Abílio Neto. – 11.ª ed. – [Lisboa]: Ediforum, 1992. – 1148 p.; 24 cm
ISBN 972-8035-00-4

Contrato de Trabalho – Legislação

CDU 331.106

RELAÇÕES E DIREITO DO PESSOAL

92-0698 PP 552
CORREIA, Luis Brito
Les relations de travail et l'entreprise au Portugal / Luis Brito Correia

In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 1, n.º 1 (1980); p. 189-208

Análise Social – Relações do Trabalho / Gestão de Empresa – Mudança Social

92-0699 349.2
CARVALHO, J. A. Cruz de CAR*Dir
Direitos e deveres do trabalhador na relação de trabalho / J. A. Cruz Carvalho. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1991. – 43 p.; 21 cm. – (Cidadão e justiça)

Direito do Trabalho / Relações do Trabalho

CDU 349.2
331.104

92-0700 PP 552
CORDEIRO, António Menezes
O princípio no tratamento mais favorável no direito do trabalho actual / António Menezes Cordeiro
In: Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. – Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica. – Vol. 3 (1987-1988); p. 111-139

Direito do Trabalho

92-0701 PP 196
ALMEIDA, F. J. Coutinho de
Os poderes da entidade patronal no direito português / F. J. Coutinho de Almeida
In: Revista de direito e economia. – Coimbra: Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos. – A. 3, n.º 2 (Jul.-Dez. 1977); p. 301-348

Direito do Trabalho – Patronato

92-0702 349.2
FERNANDES, António L. Monteiro FER*Dir
Direito do trabalho / António L. Monteiro Fernandes. – Coimbra: Almedina, 1991. – 2 v.; 21 cm. – O 2.º volume é intitulado «Noções fundamentais do

direito do trabalho». – 1° vol.: Introdução. Relações individuais de trabalho. - 7.ª ed., rev. e act. – 1991. – 522 p. – 2.° vol.: Relações colectivas de trabalho. – 2.ª ed., rev. e aum. – 1990. – 332 p.

Direito do Trabalho – Relações do Trabalho

CDU 349.2
331.104

351.8
92-0703 POR*Lei
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.
Lei geral do trabalho. – 12.ª ed., rev. e actualizada. – Lisboa: Rei dos Livros, 1992. – 748 p.; 23 cm

Trabalho – Legislação

CDU 351.8

POLÍTICA DO AMBIENTE

92-0704 PP 225
CAIRNCROSS, Frances
Protection de l'environnement et commerce international / Frances Cairncross
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – n.° 2301 (25 Nov. 1992); p. 17-24

Protecção do Ambiente / Poluição / Comércio Internacional

POLÍTICA AGRÍCOLA

332.122
92-0705 POR*Por
PORTUGAL. Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura
Portugal rural: da tradição ao moderno / Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura; texto de Carminda Cavago; colaboração de Antero Monteiro, Ludovina Palmeiro e Carmen Alexandrino. – Lisboa: Ministério da Agricultura, 1992. – 167 p.: il., gráf.; 30 cm
ISBN 972-9175-46-2

Política Agrícola / Portugal – Região Rural

CDU 332.122(469)

92-0706 PP 225
COLCHESTER, Nico
La réforme de la PAC: impératif communautaire et defi pour les pays de l'AELE / Nico Colchester
In: Problèmes économiques. – Paris: La Documentation Française. – N.º 2300 (Nov. 1992); p. 9-11

Política Agrícola Comum / Reforma da PAC

SISTEMA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

92-0707 347.453.1
SEIA, Jorge Alberto Aragão SEI*Arr
Arrendamento rural / Jorge Alberto Aragão Seia. – Lisboa: Ministério da Justiça, 1991. – 23 p.; 21 cm. – (Cidadão e justiça;)

Arrendamento Rural

CDU 347.453.1

PESCA

92-0708 PP 314
FELGAS, Luís Filipe
Breve análise do sector das pescas a nível comunitário / Luís Filipe Felgas
In: Boletim da concorrência e preços. – Lisboa: Direcção-Geral da Concorrência e Preços. – 3.ª série, n.º 11 (Jul.-Set. 1992); p. 11-18

Indústria de Pesca – CE Países

INVESTIGAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

92-0709 PP 182
PEREIRA, António Maria
O direito de autor na publicidade / António Maria Pereira
In: Revista da Ordem dos Advogados. – Lisboa: Ordem dos Advogados. – A. 51, n.º 1 (Abr. 1991); p. 87-99

Direito de Autor – Publicidade

POLÍTICA E ESTRUTURA INDUSTRIAIS

92-0710 PP 68
SANTOS, Vitor Manuel da Silva
Investimento estrangeiro: a eficiência da indústria portuguesa / Vitor Santos
In: Estudos de economia. – Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão. – Vol. 9, n.º 2 (Jan.-Mar. 1991); p. 181-202

Desenvolvimento Industrial – Investimento Estrangeiro

92-0711 PP 390
CONFRARIA, João
Dilemas da política industrial do Estado Novo / João Confraria
In: Competir: informação para a indústria. – Lisboa: Direcção-Geral da Indústria. – A. 3, n.º 1 (Jan.-Abr. 1992); p. 51-53

Estado Corporativo – Política Industrial

92-0712 330.341.42
RODRIGUES, Eduardo Lopes ROD*Coo
Cooperação industrial: uma via para a competitividade e para a coesão / Eduardo Lopes Rodrigues. – Lisboa: Ministério da Indústria e Energia. – 40 p.; 21 cm. – (Cadernos de divulgação; 19)

Política Industrial – Política Comunitária / Cooperação Industrial

CDU 330.341.42

CONSTRUÇÃO CIVIL

351.712
92-0713 SIL*Reg
SILVA, Jorge Andrade da 1
Regime jurídico das empreitadas de obras públicas / Jorge Andrade da Silva. – 3.ª ed. – Coimbra: Almedina, 1992. – 919 p.; 23 cm

Empreitada de Obras Públicas – Regime Jurídico

CDU 351.712
340.134

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

92-0714 PP 268
ACIDENTES DE TRABALHO. Lisboa, [198-]
Acidentes de trabalho / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: Serviço de Informação Científica e Técnica, [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao 1.º trimestre de 1989. - Recebemos neste semestre os exemplares relativos aos 1.º e 2.º trim. 1992. - Trimestral

92-0715 PP 67
ACÓRDÃOS DOUTRINAIS DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO. Cacém, 1962
Acórdãos doutrinais do Supremo Tribunal Administrativo / dir. António Simões Correia; colab. António Rodolfo, José Manuel Simões Correia. - Cacém: António Simões Correia, 1962- 4 p. - 23 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 31, n.^{os} 367 (Jul. 1992), 368/369 (Ago.-Set. 1992) e 370 (Out. 1992)
ISSN 0870-2721

92-0716 PP 486
LES ACTIVITES DE LA COUR DE JUSTICE DES COMMUNAUTES EUROPEENNES. Luxemburgo, [19--]
Lès activités de la Cour de Justice des Communautés Européennes. - Luxembourg: Cour de Justice des Communautés Européennes, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 4 (Fev. 1989). - Recebemos neste semestre os n.^{os} 16 a 26 e 28 (1992)

92-0717 PP 176

ALFANDEGA. Lisboa, [1985]

Alfândega: revista aduaneira / dir. Nuno da Rocha. - Lisboa: Direcção-Geral das Alfândegas, [1985]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de 1985. - Recebemos neste semestre o n.º 26 (1992)

92-0718 PP 72

ANALISE SOCIAL. Lisboa, [19--]

Análise social: revista / do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; dir. A. Sedas Nunes. - Lisboa: Universidade de Lisboa, [19--]- 4 p. - 27 cm. - A partir do vol. 26, n.º 110 (1991), o director é Manuel Braga da Cruz. - Descrição baseada em: Vol. 21, n.º 85, 3.ª série (1985). - Recebemos neste semestre o vol. 27, 4.ª série, n.os 115 e 116/117 (1992)

ISSN 003-2573

92-0719 PP 61

ASIAN JOURNAL OF GOVERNMENT AUDIT. New Delhi, 1983

Asian journal of Government Audit / ASOSAI; ed. T.N. Chatuverdi. - 1983- 4 p. - New Delhi: ASOSAI, 1983- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989. - Recebemos neste semestre o relatório de 1992. - Anual

92-0720 PP 292

BEI INFORMAÇÃO. Luxemburgo, [19--]

BEI informação / Banco Europeu de Investimento. - Luxemburgo: BEI, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 60 (Jun. 1989). - Recebemos neste semestre os n.os 72 (Jun. 1992) e 73 (Set. 1992)

ISSN 0258-2147

92-0721 PP 492

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, [19--]

Boletim bibliográfico / Biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão. - Lisboa: ISEG, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 12, n.º 11/12 (Nov.-Dez. 1990). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 14, n.os 5 (Maio 1992), 6 (Jun. 1992), 7 (Jul. 1992), 8 (Ago. 1992) e 9 (Set. 1992)

92-0722 PP 206
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Centro de Informação e Documentação do Instituto de Informática do Ministério das Finanças. Lisboa, 1985
Boletim bibliográfico / Centro de Informação e Documentação do Instituto de Informática do Ministério das Finanças. - n.º 1 (Out. 1985)- 4 p. - Lisboa: C.D.I. do M.F., 1985- 4 p. - 21 cm. - Recebemos neste semestre os n.os 2 e 3 (1992)

92-0723 PP 293
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Divisão de Informação e Documentação da Direcção-Geral dos Serviços de Informática. Lisboa, [197-]
Boletim bibliográfico / Divisão de Informação e Documentação da Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. - Lisboa: D.G.S.I., [197-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 12, n.º 66 (1.º trim. 1985). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 18, n.º 93 (4.º trim. 1991), A. 19, n.os 94 (1.º trim. 1992), 95 (2.º trim. 1992) e 96 (3.º trim. 1992)

92-0724 PP 314
BOLETIM DA CONCORRÊNCIA E PREÇOS. Lisboa, [198-]
Boletim da concorrência e preços / Direcção-Geral da Concorrência e Preços. - Lisboa: D.G.C.P., [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 6, n.º 5-6, 2.ª série (Abr.-Jun. 1988). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 3, n.os 10, 11, 15 a 17 (1992)

92-0725 PP 478
BOLETIM DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Bruxelas, [1967]
Boletim das Comunidades Europeias / Comissão das Comunidades Europeias. - Bruxelas: C. C. E., [1967]- 4 p. - 25 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 23, n.º 9 (1990). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 25, n.os 4 a 6/7 (1992)

92-0726 PP 232
BOLETIM DE DOCUMENTAÇÃO. Direcção-Geral do Comércio Externo. Lisboa, [1979]
Boletim de documentação / Direcção-Geral do Comércio Externo. - Lisboa: S.E.C.E., [1979]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada em: A. 1, n.º 4 (Nov.-Dez. 1979). - Recebemos neste os exemplares referentes a: A. 14, n.os 149 (Maio 1992), 150 (Jun. 1992), 151 (Jul. 1992), 152 (Ago. 1992), 153 (Set. 1992) e 154 (Out. 1992)

92-0727 PP 187

BOLETIM DE SUMÁRIOS. Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. Lisboa, [198-]

Boletim de sumários / Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça. - Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Informática do M.J., [198-] 4 p. - 24 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 3, n.º 9, (2.º trimestre de 1983). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 13, n.os 43 (4.º trim. 1991), 44 (1.º trim. 1992), 45 (2.º trim. 1992) e 46 (3.º trim. 1992)

92-0728 PP 64

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Lisboa, 1947

Boletim do Ministério da Justiça. - 1947-. - Lisboa: Ministério da Justiça, 1947- 4 p. - 23 cm. - Recebemos neste semestre os n.os 390 a 393 e suplemento aos n.os 390/391. - Mensal

92-0729 PP 185

BOLETIM DO PORTO DE LISBOA. Lisboa, [195-]

Boletim do Porto de Lisboa; dir. A. da Costa Neves. - Lisboa: Serviço de Relações Públicas da Administração do Porto de Lisboa, [195-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada em: n.º 19 (Ago. 1952). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 41, n.º 295/296 (Jan.-Jul. 1992)

92-0730 PP 231

BOLETIM DO SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO. Lisboa, [19--]

Boletim do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado / dir. Filipe Almeida Ferreira. - Lisboa: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 5, n.º 3/4, 2.ª série (1983). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 7, 3.ª série, n.os 2 (Jan.-Abr. 1992), 3 (Maio-Jun. 1992) e 4 (Jul.-Ago. 1992)

92-0731 PP 214

BOLETIM IGF. Lisboa, [19--]

Boletim IGF / Inspecção-Geral de Finanças. - Lisboa: IGF, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 10, n.º 36/37 (Maio 1992). - Trimestral

92-0732 PP 201

BOLETIM JAE. Lisboa, [19--]

Boletim JAE / Junta Autónoma das Estradas. - Lisboa: J.A.E., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de (Abr. 1980). - Recebemos neste semestre o exemplar referente ao 2.º trim. de 1992

92-0733 PP 129

BOLETIM MENSAL DE ESTATISTICA. Lisboa, [19--]

Boletim mensal de estatística Bulletin mensuel de statistique / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa: INE, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 34, n.º 5 (Maio 1962). - Recebemos neste semestre o vol. 65, n.º 5 (Maio 1992)

92-0734 PP 180

BOLETIM SEMESTRAL. Delegação Regional da Madeira do Banco de Portugal. Funchal, 1985

Boletim semestral = Bulletin / Delegação Regional da Madeira do Banco de Portugal. - 1985- 4 p. - Funchal: Delegação da Madeira do Banco de Portugal, 1985- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o n.º 13 (Mar. 1992)

92-0735 PP 151

BOLETIM TRIMESTRAL. Inspecção-Geral da Administração do Território. Lisboa, [1988]

Boletim trimestral / Inspecção-Geral da Administração do Território. - Lisboa: I.G.A.T., [1988]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, n.º 2 (Dez. 1988). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 1, n.^{os} 1 (Mar. 1992) e 2 (Jun. 1992)

92-0736 PP 274

BOLETIN INFORMATIVO DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE TRIBUNALES DE CUENTAS. Salta, [1974]

Boletin informativo del Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas. - Salta: S.P.T.C., [1974]- 4 p. - 22 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 13, n.º 49-50 (Jan.-Jun. 1987). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 15, n.º 57-60 (Jan.-Dez. 1989), A. 16, n.^{os} 61-62 (Jan.-Jun. 1990), 63-64 (Jul.-Dez. 1990), A. 17, n.^{os} 65-66 (Jan.-Jun. 1991) e 67-68 (Jul.-Dez. 1991)

92-0737 PP 550
BULLETIN. Conseil International des Archives. Paris, [19--]
Bulletin / Conseil International des Archives. - Paris: CIA, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 38 (Jun. 1992) e recebido neste semestre
ISSN 0252-9785

92-0738 PP 420
BYTE. Hightstown, [19--]
BYTE / McGraw-Hill Publication. - Hightstown: McGraw-Hill, [19--]- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada no vol. 6, n.º 8 (Ago. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 17, n.os 7 (Jul. 1992), 8 (Ago. 1992), 9 e 10 (Set. 1992), 11 (Out. 1992), 12 (Nov. 1992) e 14 (Dez. 1992)
ISSN 0360-5280

92-0739 PP 212
CADERNOS DE ECONOMIA. Lisboa, 1987
Cadernos de Economia: revista de análise / dir. José de Almeida Serra. - A. 1, n.º 1 (Out.-Dez. 1987)- 4 p. - Lisboa: MIDESA [distrib.], 1987- 4 p. - 29 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 5, n.º 20 (Jul.-Set. 1992). - Trimestral

92-0740 PP 256
CAHIER DE LA COUR DE COMPTES. Bruxelas, [19--]
Cahier de la Cour de Comptes / Commission du Budget de la Chambre des Répresentants. - Bruxelas: C.B.C.R., [19--]- 4 p. - 33 cm. - Esta publicação é também editada em flamengo. - Recebemos neste semestre os n.os 148 e 149 (1991-1992)

92-0741 PP 484
CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL. Lisboa, [19--]
Conta da segurança social: relatório / Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. - Lisboa: I.G.F.S.S., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989. - Recebemos neste semestre o relatório de 1990

92-0742 PP 62
CIÊNCIA E TÉCNICA FISCAL. Lisboa, 1935
Ciência e técnica fiscal / Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. - 1935- 4 p. - Lisboa: Imprensa Nacional, 1935-. - 23 cm. - Até 1961 a publicação designou-se: «Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos». - Recebemos neste semestre os n.os 365 (Jan.-Mar. 1992) e 366 (Abr.-Jun. 1992)

92-0743 PP 126
CIRCULARES. Viena, [19--]
Circulares / Organisation Internationale des Institutions Supérieures de Contrôle des Finances Publiques. - Viena: INTOSAI, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 15 (Dez. 1968). - Recebemos neste semestre o n.º 51

92-0744 PP 390
COMPETIR. Lisboa, 1990
Competir: informação para a indústria / Direcção-Geral da Indústria; dir. Eduardo Lopes Rodrigues. - A. 1, n.º 1 (Jan.-Abr. 1990)- 4 p. - Lisboa: Direcção-Geral da Indústria, 1990- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 3, n.os 1 (Jan.-Abr. 1992) e 2 (Maio-Ago. 1992)
ISSN 6552

92-0745 PP 479
COMPTES NATIONAUX TRIMESTRIELS. Luxemburgo, [19--]
Comptes nationaux trimestriels / Serviço de Estatística das Comunidades Europeias. - Luxemburgo: EUROSTAT, [19--]- 3 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 1 (1991). - Recebemos neste semestre o n.º 2 (1992)
ISSN 1010-1772

92-0746 PP 548
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA. Funchal, [19--]
Conta da Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional das Finanças. - [Funchal]: Secretaria Regional das Finanças, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada na conta de 1990 e recebido neste semestre

92-0747 PP 335
DADOS ASTRONÓMICOS PARA OS ALMANAQUES. Lisboa, [19--]
Dados astronómicos para os almanaques / Instituto Nacional de Investigação Científica. - Lisboa: INIC, [19--]- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada no relatório de 1990. - Recebemos neste semestre o relatório de 1993

92-0748 PP 517
DBMS. Redwood City [EUA], [19--]
DBMS: developing comparate applications / dir. Kevin Strehlo. - Redwood City [EUA]: M & T Publishing, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 4, n.º 11 (Out. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 5, n.os 7 a 9 e 13 (1992)

92-0749 PP 349
DECISIONE E RELAZIONE DELLA CORTE DEI CONTI SUL RENDICONTO GENERALE DELLO STATO. Roma, [19--]
Decisione e relazione della corte dei conti sul rendiconto generale dello stato / Camera dei Deputati. - Roma: Instituto Poligrafico e Zecca dello Stato, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar refente a 1985. - Recebemos neste semestre os vols. 1, 2 - tomos 1 e 2; e o anexo ao vol. 4 (1990)

92-0750 PP 508
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MARCHA. Lisboa, 1991
Desenvolvimento regional em marcha / Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional. - N.º 1 (Ago. 1991)- 4 p. - Lisboa: D.G.D.R., 1991- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o n.º 3 (Jul. 1992)

92-0751 PP 197
DIÁRIO ECONÓMICO. Lisboa, [198-]
Diário económico / dir. Jaime Antunes. - Lisboa: Proinfec, [198-]- 4 p. - 44 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, n.º 22. - Recebemos neste mês os exemplares relativos a: Semanário: n.^{os} 287, 289, 292, 294 e 297 a 300 (1992). - Diário. - A sexta-feira é semanal

92-0752 PP 551
DIRECTORY. Conseil International des Archives. Paris, [19--]
Directory Annuaire / Conseil International des Archives. - Paris: CIA, [19--]- 4 p. - 25 cm. - Descrição baseada no anuário de 1992 e recebido neste semestre

92-0753 PP 552
DIREITO E JUSTIÇA. Lisboa, 1980
Direito e justiça: revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. - Vol. 1, n.º 1 (1980)- 4 p. - Lisboa: Universidade Católica, 1980--4 p. - 23 cm. - Recebemos neste semestre os vols. 2 (1981-1986); 3 (1987--1988); 4 (1989-1990) e 5 (1991)
ISSN 0871-0376

92-0754 PP 532
DIRIGIR. Lisboa, [198-]
Dirigir: revista para chefias / Instituto do Emprego e Formação Profissional; dir. José Casqueiro Cardim. - Lisboa: IEFP, [198-]- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada

no n.º 21 (Nov.-Dez. 1991). - Recebemos neste semestre os n.os 23 (Mar.-Abr. 1992), 24 (Maio-Jun. 1992), 25 (Jul.-Ago. 1992) e 26 (Set.-Out. 1992)
ISSN 0-0871-7354

92-0755 PP 513
DR. DOBB'S JOURNAL. Redwood City [EUA], [19--]
Dr. Dobb's journal / ed. Jonathan Erickson. - Redwood City [EUA]: M & T Publishing, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 15, n.º 9 (Set. 1990). - Recebemos neste semestre o vol. 17, n.os 6 (Jun. 1992), 7 (Jul. 1992), 8 (Ago. 1992), 9 (Set. 1992), 10 (Out. 1992), 11 (Nov. 1992) e 12 (Dez. 1992)

92-0756 PP 131
THE ECONOMIST. London, [19--]
The Economist / dir. Domenico Tassirani. - London: The Economist Newspaper, [19--]- 4 p. - 27 cm. - Descrição baseada no vol. 302, n.º 7483 (Jan. 1987). - Recebemos neste semestre os n.os 7762 a 7773, 7775 a 7779, 7786 e 7787 (1992)

92-0757 PP 391
ELEIÇÕES. Lisboa, 1990
Eleições: revista de assuntos eleitorais / Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral; dir. Duarte Nuno de Vasconcelos. - N.º 0 (Out. 1990)-. - Lisboa: STAPE, 1990- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o n.º 3 (Jul. 1992)
ISSN 0871-7451

92-0758 PP 112
ESTATISTICAS DA JUSTIÇA. Lisboa, [198-]
Estatísticas da Justiça: estatísticas provisórias / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça . - Lisboa: G.E.P., [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no ano de 1984. - Recebemos neste semestre os dados provisórios referentes a 1991. - Anual

92-0759 PP 68
ESTUDOS DE ECONOMIA. Lisboa, 1980
Estudos de Economia / Instituto Superior de Economia; dir. Manuela Silva. - vol. 1, n.º 1 (Set.-Dez. 1980)- 4 p. - Lisboa: ISE, 1980- 4 p. - A partir do vol. 10, n.º 1 (Out.-Dez. 1989) e até ao vol. 10, n.º 4 (Jul.-Set. 1990) o director foi

Ferreira do Amaral. - A partir do vol. 11, n.º 1 (Out.-Dez. 1990) o director é M. Avelino de Jesus. - Recebemos neste semestre o vol. 11, n.os 2 (Jan.-Mar. 1992), 3 (Abr.-Jun. 1992) e 4 (Jul.-Set. 1991)

92-0760 PP 258
ETUDES ÉCONOMIQUES. Paris, [19--]
Etudes économiques / Organisation de Coopération et de Développement Économiques. - Paris: OCDE, [19--]- 4 p. - 23 cm. - Descrição baseada no exemplar de 1985/1986 (Maio 1986). - Recebemos neste semestre os exemplares relativos a: Bélgica, Luxemburgo, Turquia e Suécia e os exemplares relativos a: Finlândia, Grécia e Canadá, França, Islândia, Suiça e México

92-0761 PP 522
EXAME. Lisboa, [1989]
Exame: negócios em revista / dir. Álvaro de Mendonça. - Lisboa: Exame, [1989]- 4 p. - 30 cm. - A partir do n.º 34 (Jan. 1992) o director é Carlos Rosado de Carvalho. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 3, n.º 33 (Dez. 1991). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 4, n.os 39 (Jan. 1992), 41 (Ago. 1992) 42 (Set. 1992) e 43 (Out. 1992). - Mensal

92-0762 PP 241
EXPANSÃO. Lisboa, [19--]
Expansão / dir. Jaime Antunes. - Lisboa: Expansão Económica, [19--]- 4 p. - 29 cm. - Descrição baseada no n.º 2 (Maio 1992). - Recebemos neste semestre os n.os 3 (Jun. 1992) e 6 (Set. 1992)

92-0763 PP 541
FISCÁLIA. Lisboa, 1992
Fiscália / Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. - A. 1, n.º 1/2 (Jan.-Abr. 1992)- 4 p. - Lisboa: D.G.C.I., 1992- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 1, n.º 3/4 (Maio-Jun. 1992). - Trimestral

92-764 PP 132
FISCO. Lisboa, 1988
Fisco: doutrina, jurisprudência, legislação / dir. Jaime Antunes. - 1988- 4 p. - Lisboa: Proinfec, 1988- 4 p. - 28 cm. - Recebemos neste semestre os n.os 43/44 (Jun. 1992), 45 (Jul. 1992) e 47 (Out. 1992). - Mensal

92-0765 PP 468
FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Lisboa, [19--]
Formação profissional / Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional. - N.º 1 (1990)- 4 p. - Lisboa: CEDEFOP, [19--]- 4 p. - 30 cm

92-0766 PP 376
FORMAR. Lisboa, 1990
Formar: revista dos formadores / dir. José Casqueiro Cardim. - n.º 1 (Out. 1990)- 4 p. - Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional [propr.], 1990- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre os n.º 6 (Maio-Jun.-Jul. 1992) e 7 (Ago.-Set. 1992)

92-0767 PP 533
FORTUNA. Lisboa, [1992]
Fortuna / dir. Álvaro de Mendonça. - Lisboa: Fortuna Comunicação Social, [1992]- 4 p. - 29 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, n.º 2 (Maio 1992). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 1, n.º 7 (Out. 1992)

92-0768 PP 58
THE GAO JOURNAL. Washington, 1968
The GAO journal: quarterly sponsored / by the U.S. General Accounting Office. - (Spring 1968). - Washington: GAO, [19--]- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: Primavera de 1968. - Rebemos neste semestre o n.º 14 (Inverno 1991/1992)

92-0769 PP 496
HARVARD BUSINESS REVIEW. Boston, [19--]
Harvard business review / Harvard Business School of Harvard University; ed. Rosabeth Moss Kanter. - Boston: Harvard Business School, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 69, n.º 3 (Maio-Jun. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 70, n.^{os} 4 (Ju.-Ago. 1992), 5 (Set.-Out. 1992) e 6 (Nov.--Dez. 1992). - Bimensal
ISSN 0017-8012

92-0770 PP 154
ÍNDICE DE SALÁRIOS CONVENCIONAIS. Lisboa, [198-]
Índice de salários convencionais / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: M.E.S.S., [198-]- 4 p. - 30 cm. -

(Informação Estatística: síntese). - Descrição baseada no n.º de Dez. de 1986. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes aos 3.º e 4.º trim. de 1991

92-0771 PP 334
INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Centro de Documentação e Informação Autárquica. Lisboa, 1989
Informação bibliográfica / Centro de Documentação e Informação Autárquica da Direcção-Geral da Administração Autárquica. - 1989- 4 p. - Lisboa: Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1989- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 2, n.º 1 (Jan.-Mar. 1990). - Recebemos neste semestre o vol. 14, n.os (Jan.-Mar. 1992) e 2 (Abr.-Jun. 1992). - Trimestral

92-0772 PP 208
INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Divisão de Documentação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Lisboa, [198-]
Informação bibliográfica / Divisão de Documentação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. - [Lisboa]: D.G.C.I., [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 12, n.º 3 (Abr. 1989). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 3, n.os 2 (Mar.-Abr. 1992) e 3 (Maio-Jun. 1992)

92-0773 PP 542
INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. Lisboa, 1989
Informação bibliográfica / Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. - 1989-. - Lisboa: GEP, 1989- 4 p. - 30 cm. - (Série H: documentação e informação). - Descrição baseada no n.º 2 (Jul.-Dez. 1991) e recebido neste semestre
ISSN 0871-4347

92-0774 PP 136
INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA. Amadora, 1987
Informação e informática: revista das tecnologias da informação na Administração Pública / dir. M.A. Fernandes Costa; propr. Instituto de Informática do Ministério das Finanças. - A. 1, n.º 1 (Nov. 1987)- 4 p. - Amadora: Instituto de Informática do Ministério das Finanças, 1987-. - 28 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 6, n.os 9 e 10 (1992)
ISSN 0871-1364

92-0775 PP 477
INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA. Lisboa, [1985]
Informação especializada / Assembleia da República. - Lisboa: A. R., [1985]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 6, n.º 4 (Jan. 1991). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 7, n.º 9 /Jun. 1992), A. 8, n.os 1 (Out. 1992) e 2 (Nov.-Dez. 1992)

92-0776 PP 398
INFORMAÇÃO EUROPEIA. Lisboa, 1987
Informação europeia: boletim mensal / Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República. - Lisboa: Assembleia da República, 1987- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 5, n.º 4 (Jan. 1991). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 7, n.º 1 (Out. 1992)

92-0777 PP 155
INFORMAÇÃO PARA AS EMPRESAS. Lisboa, [198-]
Informação para as empresas / Caixa Geral de Depósitos. - n.º 1, 1988- 4 p. - Lisboa: C.G.D., [198-]- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre os n.os 5 (Maio 1992), 6 (Jun. 1992), 8 (Ago. 1992) e 10 (Out. 1992)

92-0778 PP 51
INFORMAR O CONSUMIDOR. Lisboa, [1984]
Informar o consumidor / Instituto Nacional de Defesa do Consumidor; dir. Manuel Lucas Estevão. - Lisboa: I.N.D.C. , [1984]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 5 (Nov./Dez.1985). - Recebemos neste semestre o n.º 38 (Maio--Jun. 1992). - Bimestral

92-0779 PP 546
INFORME DEL CONTRALOR DE LA REPUBLICA DE PANAMÁ. [S.l.], [19--]
Informe del Contralor de la Republica de Panamá Direccion de Responsabilidad Patrimonial de la Contraloria General de la Republica; dir. Markela de Reys. - [S.l.]: Contraloria General de la Republica, [19--]- 4 p. - 27 cm. - Descrição baseada no relatório de 1991 e recebido neste semestre

92-0780 PP 507
INQUÉRITO AO EMPREGO ESTRUTURADO. Lisboa, 1991
Inquérito ao emprego estruturado / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - 1.º trim. 1991- 4 p. - Lisboa: M.E.S.S.,

1991-. - 30 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes aos 1.º e 2.º trim. 1992
ISSN 0872-0339

92-0781 PP 267
INQUÉRITO AOS GANHOS. Lisboa, 1989
Inquérito aos ganhos: restaurantes e hotéis / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - (Jan. 1989)- 4 p. - Lisboa: Departamento de Estatística do M.E.S.S., 1989- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar relativo a Janeiro de 1992. - Semestral

92-0782 PP 386
INQUÉRITO AOS SALÁRIOS POR PROFISSÕES. Lisboa, [19--]
Inquérito aos salários por profissões: construção civil e obras públicas / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: Departamento de Estatística do M.E.S.S., [19--]- 4 p. - 30 cm. - (Informação estatística: síntese. - Descrição baseada no exemplar de Jan. 1990. - Recebemos neste semestre os exemplares relativos a Jan., Abr. e Jun. de 1992

92-0783 PP 59
INTERNATIONAL JOURNAL OF GOVERNMENT AUDITING. Washington, 1971
International Journal of Government Auditing / Intosai. - N.º 1 (1971)- 4 p. - Washington: Intosai, 1971- 4 p. - 30 cm . - Existe também em francês, alemão e espanhol. - Recebemos neste semestre o vol. 18 , n.^{os} 4 (Out. 1991), vol. 19, n.º 1 (Jan. 1992) e índices aos vols. 1-18
(1974-1991). - Trimestral

92-0784 PP 275
JOURNAL OF MANAGEMENT AND TRAINING. New Delhi, [198-]
Journal of management and training / Office of the Comptroller and Auditor General of India. - New Delhi: I.R. Krishnamachari, [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: V. 7, n.º 1 (Abr. 1989). - Recebemos neste semestre o vol. 9, n.º 4 (Jan. 1992) e o vol. 10, n.º 1 (Abr. 1992)

92-0785 PP 188
LEGISLAÇÃO. Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral da Marinha do Comércio. Lisboa, [197-]

Legislação / Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral da Marinha de Comércio. - Lisboa: D.G.M.C., [197-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: vol. 3, n.º 11, 1979. - Recebemos neste semestre o vol. 16, n.os 5 (Maio 1992), 6 (Jun. 1992) e 7 (Jul. 1992)

92-0786 PP 92
MEMORIA. Tribunal de Contas da Nação. Buenos Aires, [19--]
Memoria / Tribunal de Cuentas de la Nacion. - [Buenos Aires]: Tribunal de Cuentas, [19--]- 4 p. - 22 cm. - Descrição baseada no exemplar relativo a 1967. - Recebemos neste semestre o exemplar relativo a 1990

92-0787 PP 504
MERCADO INTERNO. Lisboa, 1990
Mercado interno: indústria / Secretariado Europa 1992, Caixa Geral de Depósitos. - N.º 1 (1990)- 4 p. - Lisboa: C.G.D., 1991- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o n.º 11 (1992)

92-0788 PP 157
O MUNICIPAL. Santarém, [198-]
O Municipal / dir. A. Vieira Dias; propr. Associação dos Técnicos Administrativos Municipais - ATAM. - [1987 ?] - Santarém: A.T.A.M., [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada em: A. 1, n.º 11 (Jan. 1981). - Recebemos neste semestre os n.os 136 (Maio 1992), 137 (Jun. 1992), 140 (Set. 1992), 141 (Out. 1991) e 178/179 (Jul.-Ago. 1992)
ISSN 0870-8037

92-0789 PP 491
NORTHERN IRELAND TRADING AND OTHER ACCOUNTS. London, [19--]
Northern Ireland trading and other accounts / Comptroller and Auditor General for Northern Ireland. - London: NIAO, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989-1990. - Recebemos neste semestre o exemplar relativo a 1990-1991

92-0790 PP 158
OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS. Lisboa, 1987
Oportunidades de negócios / Instituto do Comércio Externo de Portugal. - n.º 1 (1987)-. - Lisboa: ICEP, 1987- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre os n.os: 454 a 462, 466 a 485, 487, 488, 498 a 502 (1992). - Bisemanal

92-0791 PP 514
PC MAGAZINE. New York, [19--]
PC Magazine / dir. Bill Machrone. - New York: ZIFF-Davis Publishing Company, [19--]- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada no vol. 10, n.º 16 (Set. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 11, n.os 9 (Maio 1992), 10 (Maio 1992), 11 e 12 (Jun. 1992), 13 (Jul. 1992), 14 (Ago. 1992), 15 e 16 (Set. 1992), 17 e 18 (Out. 1992)

92-0792 PP 215
PERSONAL COMPUTER WORLD. Lisboa, [1987]
Personal Computer World / dir. H. J. Carreiro. - Edição portuguesa. - Lisboa: Electroliber [distrib.], [1987]- 3 p. - 30 cm. - Descrição baseada no Vol. 2, n.º 19 (Jul. 1988) . - Recebemos neste semestre o vol. 6, n.os 66 (Jun. 1992), 67 (Jul. 1992), 68 (Jul. 1992), 69 (Set. 1992) e 70 (Out. 1992). - Mensal

92-0793 PP 506
PERSONAL COMPUTER WORLD. London, [19--]
Personal computer world / dir. Guy Swarbrick. - London: Editorial VNU House, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no vol. 14, n.º 1 (Set. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 15, n.os 8 (Ago. 1992), 9 (Set. 1992), 10 (Out. 1992), 11 (Nov. 1992), 12 (Dez. 1992) e vol. 16, n.º 1 (Jan. 1993)

92-0794 PP 221
PERSPECTIVES ECONOMIQUES DE L'OCDE. Paris, [19--]
Perspectives économiques de L'OCDE / Organisation de Coopération et de Développement Economiques. - Paris: O.C.D.E., [19--]- 4 p. - 27 cm. - Descrição baseada em: n.º 41 (Jun. 1981). - Recebemos neste semestre o n.º 51 (Jun. 1992)
ISSN 0304-3274

92-0795 PP 399
PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA. Lisboa, 1991
Planeamento civil de emergência / Conselho Nacional de Planeamento Civil. - N.º 1 (Jan. 1991)- 4 p. - Lisboa: C.N.P.C., 1991- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o n.º 4 (Maio 1992)

92-0796 PP 294
PORTUGAL. Lisboa, [198-]
Portugal: situação económica em números / Departamento Central de Planeamento da Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento

Regional. - Lisboa: S.E.P.D.R., [198-]- 4 p. - 15 cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao ano de 1987. - Recebemos no semestre o exemplar referente ao ano de 1991

92-0797 PP 481
PORTULANO. Lisboa, 1991
Portulano: revista dos portos de Setúbal e Sesimbra / Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra. - Lisboa: APPS, 1991- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 1, n.º 2 (Mar. 1991). - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 2, n.º 5 (Mar. 1992). - Trimestral

92-0798 PP 225
PROBLEMES ECONOMIQUES. Paris, [19--]
Problèmes économiques: sélection de textes français et étrangers / dir. Jean Jenger. - Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 2106 (Jan. 1989). - Recebemos neste mês os n.ºs 2276, 2281 a 2295, 2299 a 2301 (1992)

92-0799 PP 543
PROGRAMA DE ACTIVIDADES. Coimbra, [198-]
Programa de actividades / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, [198-]- 4 p. - 24 cm. - Descrição baseada no programa de 1992 e recebido neste semestre

92-0800 PP 547
PROGRAMA OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ACESSIBILIDADES. Lisboa, [19--]
Programa operacional de desenvolvimento das acessibilidades : relatório de execução / Unidade de Gestão do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. - Lisboa: M.O.P.T.C., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989/90. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0801 PP 81
RAPPORT AU PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE. Paris, 1968
Rapport au Président de la République: suivi des reponses des administrations, collectivités, organismes et entreprises / Cour de Comptes. - (1968)- 4 p. - Paris: Direction des Journaux Officiels, 1968- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a Maio 1992
ISSN 0767-4538

92-0802 PP 530
UMA REGIÃO DA EUROPA. Lisboa, 1991
Uma região da Europa: jornal dos programas operacionais da Região de Lisboa e Vale do Tejo / Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo; dir. Maria Teresa Bengala. - A. 1, n.º 1 (Nov. 1991)- 4 p. - Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1991- 3 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 1, n.º 4 (Set. 1992)

92-0803 PP 270
REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO. Lisboa, [19--]
Regulamentação colectiva de trabalho / Direcção-Geral do Trabalho do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: D.G.T., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada nos exemplares: 13-D (1988). - Recebemos neste semestre o n.º 18-B (Dez. 1990)
ISSN 0870-4899

92-0804 PP 217
RELATÓRIO ANUAL. Banco Europeu de Investimento. Luxemburgo, [1958]
Relatório anual / Banco Europeu de Investimento. - Luxemburgo: Banco Europeu de Investimento, [1958]- 4 p. - Descrição baseada no relatório de 1988. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991. - anual

92-0805 PP 320
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES. Direcção-Geral do Tribunal de Contas. Lisboa, [1987]
Relatório de actividades / Direcção-Geral do Tribunal de Contas. - Lisboa: D.G.T.C., [1987]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1989. - Recebemos neste semestre os relatórios de 1990 e 1991

92-0806 PP 502
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Lisboa, [19--]
Relatório de actividades: balanço social / Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação . - Lisboa: MAPA, [19--]- 4 p. - 24 cm. - Descrição baseada no relatório de 1990. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0807 PP 271
RELATÓRIO DE CONJUNTURA. Lisboa, [19--]
Relatório de conjuntura / Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: Serviço de

Informação Científica e Técnica, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a: 4.º trim. 1987. - Recebemos neste semestre o exemplar referente ao 2.º trim. 1991
ISSN 0870-4813

92-0808 PP 167
RELATÓRIO DOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Lisboa, [19-]
Relatório dos Serviços do Ministério Público. - Lisboa: Ministério Público, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no Relatório de 1988. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991. - anual

92-0809 PP 549
RELATÓRIO E CONTAS. Banco Nacional de Crédito Imobiliário. Lisboa, [19--]
Relatório e Contas / Banco Nacional de Crédito Imobiliário. - Lisboa: B.N.C.I., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1991 e recebido neste semestre

92-0810 PP 544
RELATÓRIO E CONTAS. Banco Pinto & Sotto Mayor. Lisboa, [19--]
Relatório e contas / Banco Pinto & Sotto Mayor. - Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1991 e recebido neste semestre

92-0811 PP 46
RELATÓRIO E CONTAS. Caixa Geral de Depósitos. Lisboa, [19--]
Relatório e Contas / Caixa Geral de Depósitos. - Lisboa: C.G.D., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1947. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991. - Anual

92-0812 PP 501
RELATÓRIO E CONTAS. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa, [19--]
Relatório e contas / Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. - Lisboa: F.L.A.D., [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no relatório de 1990. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

92-0813 PP 526
REMUNERAÇÕES E DURAÇÃO DO TRABALHO. Lisboa, [19--]
Remunerações e duração do trabalho / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: Departamento de

Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar referente ao 3.º trim. de 1991. - Recebemos neste semestre o exemplar relativo ao 4.º trim. 1991. - Trimestral

92-0814 PP 490
REPORT BY THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL FOR NORTHERN IRELAND. London, [19--]
Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland. - London: NIAO, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de Fev. 1991. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: 27 de Fev., 24 de Maio e 16 de Julho de 1992

92-0815 PP 545
REPORT OF THE DIRECTOR ON THE PUBLIC ACCOUNTS. Floriana, [19--]
Report of the Director on the Public Accounts / The Accounts of the Government of Malta. - Floriana: Ministry of Finance, [19--]- 4 p. - 29 cm. - Descrição baseada no relatório de 1990 e recebido neste semestre

92-0816 PP 473
REVISTA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. Lisboa, [19--]
Revista da administração local / ed. Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e local; dir. António Rosa Montalvo. - Lisboa: CEDREL, [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 127 (Jan.-Fev. 1992). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A.15, n.os 128 (Mar.-Abr. 1992) e 129 (Maio-Jun. 1992)
ISSN 0870-810-X

92-0817 PP 213
REVISTA DA BANCA. Lisboa, [1987]
Revista da Banca / dir. Braz Teixeira; propr. Associação Portuguesa de Bancos. - Lisboa: A.P.B., [1987]- 3 p. - 23 cm. - Descrição baseada no n.º 3 (Jul.-Set. 1987). - Recebemos neste semestre o n.º 1 (Jan.-Mar. 1992)

92-0818 PP 182
REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS. Lisboa, [1948]
Revista da Ordem dos Advogados / dir. Eridano de Abreu. - [1948]- 3 p. - Lisboa: Ordem dos Advogados, [1948]- 4 p. - 23 cm. - Recebemos neste semestre o exemplar referente a: A. 51, vol. 1 (Abr. 1991)

92-0819 PP 196

REVISTA DE DIREITO E ECONOMIA. Coimbra, [1975]

Revista de direito e economia / dir. A. Ferrer Correia; propr. Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos do Instituto de Alta Cultura. - [1975]- 4 p. - Coimbra: Almedina, [1975]- 4 p. - Descrição baseada no exemplar referente a: A. 2, n.º 1 (Jan.-Jul. 1976). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 3, n.º 2 (Jul.-Dez. 1977); A. 10/11 (1984-1985) e A. 13 (1987)

92-0820 PP 184

REVISTA DE DIREITO PÚBLICO. Lisboa, 1985

Revista de direito público / Pires Machado... [e outros]. - A. 1, n.º 1 (Nov. 1985)- 4 p. - Lisboa: Vulgus, 1985- 4 p. - 27 cm. - A partir do A. 2, n.º 3 (Jan. 1988) o editor passou a ser «M. P. Fernandes Rei». - Recebemos neste semestre o n.º 10 (Jul.-Dez. 1991). - Semestral

92-0821 PP 66

REVISTA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. Lisboa, [19--]

Revista de legislação e jurisprudência / dir. João de Matos Antunes Varela. - Lisboa: [s.n.], [19--]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada em: A. 92, n.º 3142 (1959). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 124, n.º 3813 (Abr. 1993), A. 125, n.os 3814 (Maio 1992), 3815 (Jun. 1992), 3816 (Jul. 1992), 3817 (Ago. 1992), 3818 (Set. 1992), 3819 (Set. 1992) e 3820 (Out. 1992). - Mensal

ISSN 0870-8487

92-0822 PP 55

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Brasília, 1970

Revista do Tribunal de Contas da União. - A. 1, n.º 1 (1970)- 4 p. - Brasília: Tribunal de Contas da União, 1970- 4 p. - 27 cm. - Recebemos neste semestre o vol. 22, n.os 47 (Jan.-Mar. 1991); 48 (Abr.-Jun. 1991)

92-0823 PP 54

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, [1957]

Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. - São Paulo: Centro de Documentação Jurídica, [1957]- 4 p. - 27 cm. - Descrição baseada no n.º 33 (1.º semestre 1973). - Recebemos neste semestre o n.º 66 (Jul.-Dez. 1991). -

Fusão de: «Jurisprudência e instruções» e «Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: jurisprudência e legislação».

92-0824 PP 389
REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, [1985]
Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. - Porto Alegre: Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, [1985]- 4 p. - 24 cm. - Descrição baseada no V. 7, n.º 11 (Dez. 1989). - Recebemos neste semestre o vol. 9, n.º 15 (Dez. 1991)

92-0825 PP 120
REVISTA TRIMESTRAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. Lisboa, 1989
Revista trimestral do Tribunal de Contas. - 1989- 4 p. - Lisboa: Tribunal de Contas, 1989- 4 p. - 20 cm. - Continuação de: Boletim trimestral da Direcção--Geral do Tribunal de Contas. - Descrição baseada no n.º 1 (Jan.-Mar. 1989). - Recebemos neste semestre o n.º 9/10 (Jan.-Jun. 1991)

92-0826 PP 476
REVUE DU DROIT PUBLIC ET DE LA SCIENCE POLITIQUE EN FRANCE ET L'ETRANGER. Paris, [19--]
Revue du droit public et de la science politique en France et l'étranger / dir. Jacques Robert, Jean-Marie Auby. - Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, [19--]- 4 p. - 25 cm. - Descrição baseada no tomo 107, n.º 1 (1991). - Recebemos neste semestre os n.^{os} 3 (Maio-Jun. 1992), 4 (Jul.-Ago. 1992) e 5 (Set.-Out. 1992)

92-0827 PP 220
REVUE ECONOMIQUE DE L'OCDE. Paris, [19--]
Revue économique de l'OCDE / Organisation de Coopération et de Développement Économiques. - Paris: OCDE, [19--]- 4 p. - 20 cm. - Descrição baseada no n.º 9 (Outono 1987). - Recebemos neste semestre o n.º 18 (Primavera 1991)

92-0828 PP 133
REVUE FRANÇAISE DES FINANCES PUBLIQUES. Paris, [198-]
Revue française des finances publiques / dir. Vincent Marty, Michel Bouvier, Marie-Christine Esclassan. - Paris: Librairie Générale de Droit et de

Jurisprudence, [198-]- 4 p. - 23 cm. - Descrição baseada no n.º 21, 1988. - Recebemos neste semestre os n.os 37, 38 e 39 (1992)
ISSN 0294-0833

92-0829 PP 170
SALÁRIO MÍNIMO. Lisboa, [198-]
Salário mínimo / Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social. - Lisboa: M.E.S.S., [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no exemplar de 1988. - Recebemos neste semestre o relatório referente ao 4.º trim. 1991

92-0830 PP 140
SCALA. Frankfurt am Main, [198-]
Scala / red. Gerhard Hofmann. - Frankfurt am Main: Wernen Wirthle, [198-]- 4 p. - 30 cm. - Descrição baseada no n.º 6 (1983). - Recebemos neste semestre os n.os 3 (Maio-Jun. 1992) e o especial (Ago.-Set. 1992)

92-0831 PP 237
SÍNTESE MENSAL DA CONJUNTURA. Lisboa, 1987
Síntese mensal da conjuntura / Banco de Portugal. - Lisboa : Banco de Portugal, 1987- 4 p. - 30 cm. - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 6, n.os 5 (Maio 1992), 6 (Jun. 1992), 7 (Jul. 1992), 8 (Ago. 1992), 9 (Set. 1992) e 10 (Out. 1992). - Mensal
ISSN 0870-807-X

92-0832 PP 269
TC JURE. Lisboa, 1989
TC jure / Tribunal de Contas. - 1989. - Lisboa: Tribunal de Contas, 1989- 4 p. - 30 cm. - Existem novos exemplares com outra numeração. - Descrição baseada no n.º 1 (Jan. Mar. 1989). - Recebemos neste semestre o n.º 9/10 (Jan.-Jun. 1991)

92-0833 PP 519
UNIX WORLD. Mountain View [EUA], [19--]
Unix world: McGraw-Hill's Magazine of open systems computing / dir. David L. Flack. - Mountain View [EUA]: McGraw-Hill, [19--]- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada no vol. 8, n.º 10 (Out. 1991). - Recebemos neste semestre o vol. 9, n.os 5 (Maio 1992), 6 (Jun. 1992), 7 (Jul. 1992), 8 (Ago. 1992), 9 (Set. 1992), 10 (Out. 1992) e 11 (Nov. 1992) . - Mensal

92-0834 PP 524

VALOR. Lisboa, 1991

Valor: a semana em negócios / dir. Maria Suzana Ferreira. - Lisboa: propr. S. T.-& S. F., Sociedade de Publicações, 1991- 4 p. - 27 cm. - Descrição baseada no exemplar referente a A. 1, n.º 3 (Nov. 1991). - Recebemos neste semestre os exemplares referentes a: A. 1, n.os 30 (Maio 1992), 31 e 33 (Jun. 1992), 35, 37 e 39 (Jul. 1992), 41 a 43 (Ago. 1992), 44 a 46 (Set. 1992), 47 a 49 (Out. 1992)

92-0835 PP 56

VERSLAG VAN DE ALGEMENE REKENKAMER. Gravenhage, 1980

Verslag van de Algemene Rekenkamer / Tweede Kamer der Staten-General. - Gravenhage: Tweed Kamer, 1980- 4 p. - 28 cm. - Descrição baseada no relatório de 1980. - Recebemos neste semestre o relatório de 1991

ÍNDICES

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ACORDO COMERCIAL – TROCAS COMERCIAIS – OCDE PAÍSES
92-0559
ACTO ADMINISTRATIVO – AUDITORIA – BRASIL
92-0574
ADESÃO À COMUNIDADE EUROPEIA – ALARGAMENTO DA COMUNIDADE
92-0433
ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL – QUADRO SUPERIOR
92-0398
ADMINISTRAÇÃO LOCAL – FRANÇA
92-0416
ADMINISTRAÇÃO LOCAL – RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
92-0399
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ACESSO AO EMPREGO
92-0400
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL – 1992
92-0401
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONTRATO DE TRABALHO – LEGISLAÇÃO
92-0402
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FORMAÇÃO PROFISSIONAL
92-0403
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
92-0398
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – REFORMA ADMINISTRATIVA
92-0404, 92-0405
AJUDA AO DESENVOLVIMENTO – DADOS ESTATÍSTICOS
92-0422
AJUDA COMUNITÁRIA – POLÍTICA ESTRUTURAL – ACP PAÍSES
92-0423
AJUDA DO ESTADO – EMPRESA PÚBLICA – EMPRESA PRIVADA
92-0616
AJUDA JUDICIAL
92-0520, 92-0533
ANÁLISE ECONOMICA – CE PAÍSES – JAPÃO – ESTADOS UNIDOS
92-0553

ANÁLISE SOCIAL – RELAÇÕES DO TRABALHO
92-0698
ANUÁRIO
92-0663, 92-0664, 92-0665
ARRENDAMENTO RURAL
92-0707
ARRENDAMENTO URBANO
92-0650
ARRENDAMENTO URBANO – REGIME JURÍDICO
92-0651, 92-0652
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – DADOS ESTATÍSTICOS – 1991
92-0396
ASSISTÊNCIA JUDICIARIA – REINO UNIDO
92-0575
ATLAS
92-0667
AUDITORIA CONTABILÍSTICA
92-0679
AUDITORIA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO
92-0678
AUDITORIA FINANCEIRA
92-0679
AUDITORIA FINANCEIRA – DICIONÁRIO
92-0560
AUDITORIA FINANCEIRA – EMPRESA PÚBLICA
92-0576
AUDITORIA – BIBLIOGRAFIA – MÉXICO
92-0603
AUTARQUIA LOCAL – AUTONOMIA FINANCEIRA
92-0406
AUTARQUIA LOCAL – CONTABILIDADE
92-0587
AUTARQUIA LOCAL – NOMEAÇÃO DE PESSOAL
92-0407
AUTARQUIA LOCAL – REFERENDO
92-0408
AUTARQUIA LOCAL – SITUAÇÃO ECONÓMICA
92-0406
AUTARQUIA LOCAL – TUTELA ADMINISTRATIVA
92-0409
BASE DE DADOS
92-0666
BEI – FINANCIAMENTO DA EMPRESA
92-0565
BEI – INVESTIMENTO COMUNITÁRIO
92-0429
BENEFÍCIO FISCAL
92-0625

BENEFÍFIO FISCAL – COOPERAÇÃO INTEREMPRESAS
92-0626
BOLSA DE VALORES
92-0462
BOLSA DE VALORES – ACÇÃO FINANCEIRA
92-0566
BRASIL – ANÁLISE ECONÓMICA – 1980-1987
92-0547
BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0574, 92-0585
BRASIL.TRIBUNAL DE CONTAS – COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL
92-0415
BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS – ESTRUTURA ORGÂNICA
92-0600
CAPITAIS DE RISCO – FINANCIAMENTO DA EMPRESA
92-0571
CAPITAL DE RISCO – FISCALIDADE
92-0627
CAPITAL DE RISCO – SOCIEDADE COMERCIAL
92-0627
CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS – RESOLUÇÃO ONU
92-0419
CASAMENTO
92-0644
CEE
92-0430
COIMBRA – UNIVERSIDADE – PROFESSOR – SÉC. 18-SÉC. 20
92-0658
COMERCIALIZAÇÃO – ARBITRAGEM INTERNACIONAL
92-0556
COMÉRCIO EXTERNO – PAÍS EM DESENVOLVIMENTO
92-0541
COMÉRCIO EXTERNO – PALOP – CE PAÍSES
92-0557
COMÉRCIO INTERNACIONAL
92-0704
COMÉRCIO INTERNACIONAL – ANÁLISE ECONÓMICA
92-0558
COMÉRCIO INTERNACIONAL – OCDE PAÍSES – 1961-1989
92-0559
COMPANHIA DE SEGUROS – CONTROLO FINANCEIRO – ISRAEL
92-0577
COMPANHIA DE SEGUROS – GESTÃO FINANCEIRA
92-0573
COMUNIDADE EUROPEIA – DESPORTO
92-0434
COMUNIDADE EUROPEIA – POLÍTICA COMUNITÁRIA
92-0459

COMUNIDADE EUROPEIA – PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – 1992
92-0435
CONCENTRAÇÃO ECONÓMICA
92-0462
CONCURSO ADMINISTRATIVO
92-0400
CONDIÇÕES DE TRABALHO – DURAÇÃO DO TRABALHO
92-0692
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL – PRESIDENTE DO PARLAMENTO – PORTUGAL – ESPANHA – AMÉRICA LATINA
92-0397
CONTABILIDADE
92-0680
CONTABILIDADE GERAL
92-0681
CONTABILIDADE PÚBLICA – DESPESAS PÚBLICAS
92-0613
CONTABILIDADE PÚBLICA – DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS
92-0614
CONTRATO DE TRABALHO – LEGISLAÇÃO
92-0697
CONTRIBUIÇÃO PREDIAL – ISENÇÃO FISCAL
92-0625
CONVENÇÃO DE LÓME IV
92-0423
CONVENÇÃO DE LÓME – AJUDA AO DESENVOLVIMENTO – ACP PAÍSES
92-0424
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA
92-0460
COOPERAÇÃO INDUSTRIAL
92-0712
COOPERAÇÃO INTEREMPRESAS – CE PAÍSES
92-0671
COOPERAÇÃO JUDICIARIA – PORTUGAL – PALOP
92-0425
COOPERAÇÃO JURÍDICA – PORTUGAL – PALOP
92-0425
COSTA RICA. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0604
CRESCIMENTO ECONÓMICO – PAÍS EM DESENVOLVIMENTO
92-0540
CRISE MONETÁRIA – CE PAÍSES
92-0563
DEFESA ESTRATÉGICA – PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO – REINO UNIDO
92-0578
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
92-0710

DESENVOLVIMENTO REGIONAL – REDE DE TRANSPORTE
92-0438
DESENVOLVIMENTO RURAL – POLÍTICA COMUNITÁRIA
92-0456
DESPESAS DE DEFESA – GESTÃO DO MATERIAL – REINO UNIDO
92-0594
DESPESAS DE DEFESA – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS – REINO UNIDO
92-0599
DESPESAS DE DEFESA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – REINO UNIDO
92-0579
DESPESAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO – BRASIL
92-0580
DIA FERIADO – LEGISLAÇÃO
92-0693
DIREITO ADMINISTRATIVO
92-0504, 92-0505
DIREITO ADMINISTRATIVO – INFRACÇÃO – MULTA
92-0506
DIREITO CIVIL
92-0483
DIREITO CIVIL – ACORDOS E PRÁTICAS ILICITAS
92-0484
DIREITO CIVIL – ALEMANHA – SEC. 19-20
82-0485
DIREITO CIVIL – CÓDIGO JURÍDICO
92-0486
DIREITO CIVIL – CÓDIGO JURÍDICO – REVISÃO DA LEI
92-0487
DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES
92-0488, 92-0489, 92-0490, 92-0491
DIREITO CIVIL – PESSOA COLECTIVA
92-0492
DIREITO CIVIL – PROPRIEDADE DE BENS – EXECUÇÃO POR DÍVIDAS
92-0493
DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE
92-0494
DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE CIVIL
92-0495
DIREITO COMERCIAL
92-0529
DIREITO COMERCIAL – SOCIEDADE ANÓNIMA
92-0516
DIREITO COMERCIAL – SOCIEDADE ANÓNIMA – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL
92-0673
DIREITO COMUNITÁRIO
92-0430

DIREITO COMUNITÁRIO – DIREITO DERIVADO
92-0431
DIREITO COMUNITÁRIO – JURISPRUDÊNCIA
92-0432
DIREITO CONSTITUCIONAL
92-0469, 92-0531
DIREITO CONSTUTUCIONAL – AÇORES – MADEIRA
92-0474
DIREITO CONSTITUCIONAL – DIREITO COMPARADO
92-0475
DIREITO CONSTITUCIONAL – INQUÉRITO JUDICIÁRIO
92-0481
DIREITO CONSTITUCIONAL – LEI
92-0470
DIREITO CONSTITUCIONAL – PRIVATIZAÇÃO
92-0471
DIREITO CONSTITUCIONAL – PROCESSO PENAL
92-0472
DIREITO CONSTITUCIONAL – RELAÇÃO IGREJA-ESTADO
92-0473
DIREITO DA FAMÍLIA
92-0644, 92-0645
DIREITO DA FAMÍLIA – FILIAÇÃO
92-0647
DIREITO DA FAMÍLIA – HISTÓRIA
92-0646
DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
92-0672
DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS – ACÇÃO FINANCEIRA
92-0673
DIREITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS – FALÊNCIA
92-0674
DIREITO DE AUTOR – PUBLICIDADE
92-0709
DIREITO DO AMBIENTE
92-0462, 92-0510
DIREITO DO AMBIENTE – INFRACÇÃO
92-0511, 92-0512
DIREITO DO MAR – ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA
92-0527
DIREITO DO TRABALHO
92-0699, 92-0700
DIREITO DO TRABALHO – PATRONATO
92-0701
DIREITO DO TRABALHO – RELAÇÕES DO TRABALHO
92-0702
DIREITO ECONÓMICO
92-0462

DIREITO ECONÓMICO – SOCIEDADE COMERCIAL
92-0521
DIREITO FINANCEIRO – CONTRATO
92-0641
DIREITO FINANCEIRO – NACIONALIZAÇÃO – PRIVATIZAÇÃO
92-0642
DIREITO FISCAL
92-0628
DIREITO FISCAL – CONTRIBUINTES
92-0629
DIREITO FISCAL – DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS
92-0442
DIREITO INTERNACIONAL
92-0528
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
92-0529, 92-0530
DIREITO INTERNACIONAL – DIREITO INTERNO
92-0476
DIREITO PENAL
92-0518, 92-0519, 92-0520, 92-0522
DIREITO PENAL INTERNACIONAL
92-0523
DIREITO PENAL – ECOLOGIA
92-0511, 92-0512
DIREITO PENAL – ENSINO SUPERIOR
92-0524
DIREITO PENAL – PROCESSO PENAL
92-0525
DIREITO PENAL – REGISTO CRIMINAL
92-0526
DIREITO PRIVADO – PRIVATIZAÇÃO – EXPROPRIAÇÃO
92-0477
DIREITO ROMANO
92-0463, 92-0464, 92-0465
DIREITO – BIBLIOGRAFIA
92-0466
DIREITOS DO INDIVÍDUO – DEFICIENTE MENTAL
92-0532
DIREITOS DO INDIVÍDUO – DIREITO À JUSTIÇA
92-0520, 92-0533
DIREITOS SOCIAIS – LIBERDADE DE ENSINO
92-0534
DISCURSO
92-0581, 92-0582
DÍVIDA PÚBLICA – AUDITORIA FINANCEIRA
92-0583
DÍVIDA PÚBLICA – AUDITORIA FINANCEIRA – JAMAICA
92-0584

DÍVIDA PÚBLICA – DÍVIDA EXTERNA – HISTÓRIA
92-0608
DÍVIDA PÚBLICA – FRANÇA
92-0613
DÍVIDA PÚBLICA – PRIVATIZAÇÃO
92-0615
DIVÓRCIO
92-0644
DUPLA TRIBUTAÇÃO – HARMONIZAÇÃO FISCAL
92-0440
ECONOMIA AGRÍCOLA – INTEGRAÇÃO EUROPEIA – TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
92-0436
ECONOMIA DE MERCADO – ANÁLISE SOCIAL – EUROPA
92-0542
ECONOMIA INTERNACIONAL – ANÁLISE ECONÓMICA
92-0543
ECONOMIA INTERNACIONAL – DADOS ESTATÍSTICOS – OCDE PAÍSES – 1990-1991
92-0544
ECONOMIA INTERNACIONAL – MOVIMENTO DE CAPITAIS
92-0545
ECONOMIA NACIONAL – ANÁLISE INPUT-OUTPUT
92-0546
ECONOMIA NACIONAL – BRASIL
92-0547
ECONOMIA NACIONAL – INDICADOR ECONÓMICO – 1986-1991
92-0548
ECONOMIA POLÍTICA – ECONOMIA DE MERCADO
92-0549
EDUCAÇÃO – INFORMÁTICA APLICADA
92-0654
EDUCAÇÃO – NOVA TECNOLOGIA
92-0654
EDUCAÇÃO – PLANEAMENTO REGIONAL – ALENTEJO
92-0655
EDUCAÇÃO – PRODUTIVIDADE DO TRABALHO
92-0656
EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – REGIME JURÍDICO
92-0713
EMPRESA PÚBLICA – NACIONALIZAÇÃO
92-0675
EMPRESA PÚBLICA – REGIME JURÍDICO
92-0676
EMPRESA PÚBLICA – REGISTO COMERCIAL
92-0677
EMPRÉSTIMO BEI
92-0565

ENSINO SUPERIOR – COIMBRA
92-0658
ENSINO SUPERIOR – DADOS ESTATÍSTICOS – 1988-1990
92-0659
ESPANHA. TRIBUNAL DE CONTAS – COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL
92-0591
ESTADO CORPORATIVO – POLÍTICA INDUSTRIAL
92-0711
ESTADOS UNIDOS. GAO
92-0605
ESTADOS UNIDOS. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0605, 92-0620
ESTATÍSTICA – MÉTODO ESTATÍSTICO
92-0554
ESTRUTURA INSTITUCIONAL – LUXEMBURGO
92-0410
ESTUPEFACIENTE – TOXICÓMANIA – DADOS ESTATÍSTICOS – 1990
92-0648, 92-0649
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – CONTROLO FINANCEIRO
92-0613
EXPORTAÇÃO – ORGANIZAÇÃO DO MERCADO – PREÇO DE MERCADO
92-0555
EXPROPRIAÇÃO – CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS
92-0496
FALÊNCIA – CÓDIGO JURÍDICO
92-0674
FILOSOFIA DO DIREITO
92-0467, 92-469
FINANÇAS LOCAIS – ADMINISTRAÇÃO FISCAL – PAÍS EM DESENVOLVIMENTO
92-0609
FINANÇAS LOCAIS – CONTROLO FINANCEIRO – BRASIL
92-0585
FINANÇAS LOCAIS – FISCALIDADE
92-0586
FINANÇAS LOCAIS – GESTÃO FINANCEIRA
92-0587
FINANÇAS LOCAIS – ORÇAMENTO – ESPANHA
92-0588
FINANÇAS PÚBLICAS
92-0589, 92-0790
FINANÇAS PÚBLICAS – AUDITORIA FINANCEIRA
92-0591, 92-0592, 92-0593
FINANÇAS PÚBLICAS – AUDITORIA FINANCEIRA – REINO UNIDO
92-0594, 92-0595, 92-0596, 92-0597, 92-598, 92-0599
FINANÇAS PÚBLICAS – BRASIL
92-0600

FINANÇAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO
92-0601, 92-0602
FINANÇAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO – BIBLIOGRAFIA – MÉXICO
92-0603
FINANÇAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO – COSTA RICA
92-0604
FINANÇAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO – ESTADOS UNIDOS
92-0605
FINANÇAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO – IEMEN
92-0606
FINANÇAS PÚBLICAS – CONTROLO FINANCEIRO – IRLANDA DO NORTE
92-0607
FINANÇAS PÚBLICAS – CRESCIMENTO ECONÓMICO – SEC. 19-20
92-0608
FINANÇAS PÚBLICAS – ECONOMIA URBANA – PAÍS EM DESENVOLVIMENTO
92-0609
FINANÇAS PÚBLICAS – EMPRESA PÚBLICA
92-0610, 92-0611
FINANÇAS PÚBLICAS – FRANÇA
92-0612
FINANÇAS PÚBLICAS – GESTÃO FINANCEIRA
92-0562
FINANÇAS PÚBLICAS – ORÇAMENTO DO ESTADO
92-0613
FINANÇAS PÚBLICAS – RELATÓRIO – CE PAÍSES
92-0614
FINANÇAS PÚBLICAS – SISTEMA FINANCEIRO
92-0615
FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO – PAÍS EM DESENVOLVIMENTO
92-0423
FINANCIAMENTO PÚBLICO – GESTÃO FINANCEIRA – AUDITORIA
92-0616
FINLÂNDIA. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0583
FISCALIDADE – 1992
92-0628
FISCALIDADE – ANGOLA
92-0630
FISCALIDADE – DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS
92-0437, 92-0440, 92-441
FISCALIDADE – JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA
92-0629
FORÇAS ARMADAS – ESTATUTO DO PESSOAL
92-0426
FORÇAS ARMADAS – LEGISLAÇÃO
92-0426
FORMAÇÃO PROFISSIONAL
92-0683, 92-0684

FORMAÇÃO PROFISSIONAL – DADOS ESTATÍSTICOS
92-0685, 92-0686
FORMAÇÃO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO DE PROFESSORES
92-0687
FORMAÇÃO PROFISSIONAL – NOVA TECNOLOGIA
92-0688
FRANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS – PODER JUDICIAL
92-0612
FRAUDE FISCAL
92-0446
FRAUDE FISCAL – RECICLAGEM DE CAPITAIS
92-0629
FUNÇÃO PÚBLICA – REGIME JURÍDICO
92-0411
FUNCIONÁRIO PÚBLICO – FORMAÇÃO PROFISSIONAL – FUNDOS ESTRUTURAIS
92-0412
FUNDOS COMUNITÁRIOS – PRODAC
92-0438
FUNDOS ESTRUTURAIS – DESENVOLVIMENTO REGIONAL
92-0551
GESTÃO DE EMPRESA
92-0678
GESTÃO DE EMPRESA – MUDANÇA SOCIAL
92-0698
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
92-0684
HABITAÇÃO – COMPRA – VENDA
92-0653
HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS – NORMA EUROPEIA
92-0439
HARMONIZAÇÃO FISCAL
92-0445, 92-0640
HARMONIZAÇÃO FISCAL – IVA
92-0448
HARMONIZAÇÃO FISCAL – SOCIEDADE COMERCIAL – CE PAÍSES
92-0440, 92-0441, 92-0442, 92-0443
HISTÓRIA
92-0667
HISTÓRIA DE PORTUGAL – APLICAÇÃO DA LEI
92-0468
HISTÓRIA DO DIREITO – SÉC. 18
92-0468
HISTÓRIA ECONÓMICA – SÉC. 18
92-0669
HISTÓRIA ECONÓMICA – TABACO – SÉC. 19
92-0668

IEMEN. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0606
IMPOSTO LOCAL
92-0625
IMPOSTO LOCAL – CONTRIBUIÇÃO PREDIAL
92-0631
IMPOSTO SOBRE EMPRESAS – CÓDIGO JURÍDICO
92-0632
IMPRENSA – REGIME JURÍDICO
92-0531
INDÚSTRIA DE PESCA – CE PAÍSES
92-0708
INDÚSTRIA ELÉCTRICA – PRIVATIZAÇÃO – REINO UNIDO
92-0617
INFLAÇÃO – CE PAÍSES
92-0564
INTEGRAÇÃO EUROPEIA – EUROPA DO NORTE
92-0444
INTOSAI – CONGRESSO – 1953-1989
92-0601
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO – EMPRESA MULTINACIONAL – ESPANHA
92-0572
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO – PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
92-0551
IRLANDA DO NORTE. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0607
IVA – DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS
92-0445
JOVEM – VIDA ACTIVA – ACESSO AO EMPREGO
92-0689
JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA
92-0413
JURISDIÇÃO COMUM – COMPETÊNCIA JURISDICIONAL – RELAÇÃO INTERNACIONAL
92-0500
JURISPRUDÊNCIA – SÉC. 18
92-0468
LIBERDADE DE IMPRENSA
92-0531
LIBERDADE RELIGIOSA
92-0473
LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS
92-0446
LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS – CE PAÍSES
92-0447
LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS – FISCALIDADE
92-0448
LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS
92-0446

LUXEMBURGO – ESTRUTURA INSTITUCIONAL
92-0410
MERCADO DE CAPITAIS
92-0615
MERCADO DE CAPITAIS – ANÁLISE FINANCEIRA
92-0567
MERCADO DO TRABALHO – DESEMPREGO – CE PAÍSES
92-0564
MERCADO DO TRABALHO – OCDE PAÍSES
92-0690
MERCADO DO TRABALHO – SERVIÇO DE EMPREGO – 1905-1990
92-0691
MERCADO FINANCEIRO – VALORES MOBILIARIOS
92-0568
MERCADO ÚNICO EUROPEU – 1993
92-0446
MERCADO ÚNICO EUROPEU – MERCADO FINANCEIRO – SERVIÇOS FINANCEIROS
92-0569
MERCADO ÚNICO EUROPEU – POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA
92-0570
MERCADO ÚNICO EUROPEU – POLÍTICA FISCAL
92-0448
MÉXICO. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0603
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – FORMAÇÃO PROFISSIONAL
92-0412
NACIONALIZAÇÃO
92-0462
NACIONALIZAÇÃO – FRANÇA
92-0535
NACIONALIZAÇÃO – INDEMNIZAÇÃO
92-0478, 92-0479, 92-0480, 92-0642
NOVA TECNOLOGIA – FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO – ACP PAÍSES
92-0424
OBRIGAÇÕES – CONTRATO
92-0497
OIT – CONVENÇÃO INTERNACIONAL
92-0696
ORÇAMENTO COMUNITÁRIO – CONTROLO FINANCEIRO
92-0427, 92-0428
ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO – REINO UNIDO
92-0595
ORÇAMENTO DO ESTADO – REGIME FISCAL – 1992
92-0633
ORDENS MILITARES – CONGRESSO – 1989
92-0670
ORGANIZAÇÃO DO ENSINO
92-0661

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
92-0571
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – LIVRE-CONCORRÊNCIA – CE PAÍSES
92-0449
PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
92-0656
PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO – INFORMÁTICA APLICADA
92-0657
PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE
92-0681
POBREZA – AJUDA COMUNITÁRIA
92-0452
POLÍCIA – REINO UNIDO
92-0618
POLÍTICA AGRÍCOLA
92-0705
POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM
92-0706
POLÍTICA COMERCIAL – PAÍS EM DESENVOLVIMENTO
92-0541
POLÍTICA COMERCIAL – POLÍTICA DE EXPORTAÇÕES
92-0555
POLÍTICA COMUNITÁRIA – CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO
92-0449
POLÍTICA COMUNITÁRIA – SEGURANÇA NO TRABALHO
92-0694
POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA
92-0462, 92-0682
POLÍTICA DA CONCORRÊNCIA – CE PAÍSES
92-0450
POLÍTICA DA EDUCAÇÃO – RECURSOS HUMANOS
92-0657
POLÍTICA DAS EXPORTAÇÕES
92-0557
POLÍTICA DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO – CE PAÍSES
92-0452
POLÍTICA DE FINANCIAMENTO – FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO
92-0429
POLÍTICA DO AUDIOVISUAL – CE PAÍSES
92-0451
POLÍTICA DO EMPREGO – MERCADO DO TRABALHO – TRABALHO DOS JOVENS
92-0643
POLÍTICA DO EMPREGO – TRABALHO DOS JOVENS – DADOS ESTATÍSTICOS
92-0689
POLÍTICA ECONÓMICA – ESTADOS UNIDOS – CE PAÍSES
92-0536

POLÍTICA ECONÓMICA – INDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO
92-0537
POLÍTICA ECONÓMICA – PRIVATIZAÇÃO
92-0538
POLÍTICA INDUSTRIAL – POLÍTICA COMUNITÁRIA
92-0712
POLÍTICA INTERNA – TIMOR PORTUGUÊS
92-0414
POLÍTICA INTERNACIONAL
92-0421
POLÍTICA INTERNACIONAL – PAÍSES DO LESTE
92-0420
POLÍTICA ORÇAMENTAL – OCDE PAÍSES
92-0619
POLÍTICA SOCIAL EUROPEIA
92-0452, 92-0453
POLUIÇÃO
92-0704
PORTUGAL – REGIÃO RURAL
92-0705
PORTUGAL. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO – PARECER – 1991
92-0504
PORTUGAL. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO – PARECER – 1992
92-0505
PORTUGAL. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
92-0413, 92-0496
PORTUGAL. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0581, 92-0582
PORTUGAL. TRIBUNAL DE CONTAS – ACÓRDÃO – 1990-1992
92-0602
PORTUGAL. TRIBUNAL DE CONTAS – ARQUIVO – DOCUMENTAÇÃO
92-0669
PORTUGAL. TRIBUNAL DE CONTAS – AUDITORIA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO
92-0616
PORTUGAL. TRIBUNAL DE CONTAS – CONTROLO FINANCEIRO
92-0593
PORTUGAL. TRIBUNAL DE CONTAS – REFORMA INSTITUCIONAL
92-0589, 92-0590
PRIVATIZAÇÃO
92-0462, 92-0479
PRIVATIZAÇÃO – ALEMANHA
92-0539
PRIVATIZAÇÃO – ANÁLISE FINANCEIRA
92-0642
PRIVATIZAÇÃO – REGIME JURÍDICO
92-0480

PROCESSAMENTO ELECTRÓNICO DE DADOS – AUDITORIA
92-0620
PROCESSO ADMINISTRATIVO – CÓDIGO JURÍDICO
92-0507
PROCESSO ADMINISTRATIVO – CÓDIGO JURÍDICO – 1991
92-0508, 92-0509
PROCESSO CIVIL
92-0498
PROCESSO CIVIL – ALEMANHA – SEC. 19-20
92-0485
PROCESSO CIVIL – CÓDIGO JURÍDICO
92-0499, 92-0500, 92-0501
PROCESSO CIVIL – OBRAS PÚBLICAS
92-0502
PROCESSO PENAL – CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS
92-0481
PROCRIAÇÃO ARTIFICIAL – REGIME JURÍDICO
92-0647
PROFESSOR – DADOS ESTATÍSTICOS – 1987-1989
92-0662
PROFISSÃO LIBERAL – FISCALIDADE – FRANÇA
92-0634, 92-0635, 92-0636, 92-0637, 92-0638, 92-0639
PROFISSÃO LIBERAL – SEGREDO PROFISSIONAL – FRANÇA
92-0637
PROMULGAÇÃO DA LEI
92-0482
PROPRIEDADE DE BENS – EXPROPRIAÇÃO
92-0479
PROPRIEDADE INTELECTUAL
92-0462
PROTECÇÃO DO AMBIENTE
92-0704
PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO – REINO UNIDO
92-0621
PROVA JUDICIAL
92-0498
PROVEDOR DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO
92-0415
PUBLICAÇÃO DA LEI
92-0482
RECURSOS HUMANOS – AUDITORIA
92-0622
REDE ESCOLAR – ALENTEJO
02-0655
REFORMA DA PAC
92-0706
REGIME FISCAL
92-0437

REINO UNIDO. TRIBUNAL DE CONTAS
92-0592
REINO UNIDO. TRIBUNAL DE CONTAS – RELATÓRIO
92-0575, 92-0578, 92-0579, 92-0617, 92-0618, 92-621,
92-0623, 92-0624
RELAÇÕES DO TRABALHO
92-0699
REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA
92-0421
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
92-0679
SAÚDE PÚBLICA – APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇOES
92-0447
SEGURANÇA NO TRABALHO – HIGIENE DO TRABALHO – LEGISLAÇÃO
92-0695
SEGURANÇA NO TRABALHO – RADIOPROTECÇÃO
92-0696
SERVIÇO DE SAÚDE – REINO UNIDO
92-0623, 92-0624
SERVIÇO PÚBLICO – GESTÃO – FRANÇA
92-0416
SERVIÇO PÚBLICO – PRIVATIZAÇÃO
92-0417
SERVIÇOS FINANCEIROS – CONTRATO
92-0641
SISTEMA DE ENSINO – FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PORTUGAL
92-0643
SISTEMA ELEITORAL – CE PAÍSES
92-0395
SISTEMA FINANCEIRO
92-0462, 92-0561
SISTEMA FINANCEIRO – ANÁLISE FINANCEIRA
92-0562
SISTEMA MONETÁRIO
92-0462
SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU
92-0563
SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU – CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS
92-0564
SOCIEDADE COMERCIAL
92-0529
SOCIEDADE COMERCIAL – BENEFÍCIO FISCAL
92-0626
SOCIEDADE COMERCIAL – CÓDIGO JURÍDICO
91-0513, 92-0514, 92-0515, 92-0516, 92-0517
SOCIEDADE COMERCIAL – REGIME FISCAL
92-0640
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
92-0418

TIMOR PORTUGUÊS – TERRITORIO NÃO AUTÓNOMO
92-0419
TIMOR PORTUGUÊS – VIDA POLÍTICA – DOCUMENTO
92-0414
TRABALHO – LEGISLAÇÃO
92-0703
TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE – EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA – CE PAÍSES
92-0503
TRATADO COMUNITÁRIO – UNIÃO EUROPEIA
92-0454
TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA
92-0455, 92-0457, 92-458
TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
92-0427, 92-0428
TRIBUNAL DE JUSTIÇA EUROPEU – JURISPRUDÊNCIA
92-0431
TROCA INTERCOMUNITÁRIA – RESTRIÇÃO ÀS TROCAS
92-0447
UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA
92-0459, 92-0550
UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA – CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS
92-0551, 92-0552
UNIÃO EUROPEIA – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
92-0460
UNIÃO EUROPEIA – REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO – FRANÇA
92-0461
UNIVERSIDADE – ESTADO JURÍDICO
92-0660
URBANISMO – FISCALIDADE
92-0609

ÍNDICE DE AUTORES E TÍTULOS DE OBRAS ANÓNIMAS

L' ABOLITION DES FRONTIERES FISCALES AU 1ER. JANVIER 1993
92-0446
ABREU, Eridano de
92-0818
ABREU, Jorge Manual Coutinho de
92-0676
AGLIETTA, Michel
92-0563
AL-IRYANI, Ahmad Mohamed
92-0606
ALEXANDRINO, Carmen
92-0705
ALMEIDA, F. J. Coutinho de Almeida
92-0701
ALMEIDA, José Carlos Moitinho de
92-0447
AMARAL, Diogo Freitas do
92-0478, 92-0508
AMARAL, Ferreira do
92-0759
AMARAL, Luís Mira
92-0551
ANTUNES, António Roque
92-0554
ANTUNES, Jaime
92-0751, 92-0762, 92-0764
ARGENTINA. Secretariado Permanente de Tribunales de Cuentas
92-0736
ARGENTINA. Tribunal de Contas
92-0786
ARNAU BERNIA, Vicente J.
92-0588
ASCENSÃO, José de Oliveira
92-0484, 92-0651

ÁSIA. Organisation of Supreme Audit Institutions
92-0719
ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS
92-0788
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS
92-0817
ATLAS DA HISTÓRIA MUNDIAL
92-0667
AUBY, Jean-Marie
92-0826
BADURA, Peter
92-'539
BAHL, Roy W.
92-0609
BALZAN, Romildo
2773
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
92-0809
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
92-0810
BAPTISTA, Mário António Rodrigues da Silva
92-0553
BARATA, José Monteiro
92-0424
BARRE, Raymond
92-0549
BARROS, Manuel Freire
92-0400
BEDJAOUI, Mohammed
92-0528
BEI
92-0429, 92-0565, 92-0720, 92-804
BELEZA, José Manuel Merêa Pizarro
92-0521
BELEZA, Miguel
92-0548
BÉLGICA. Commission du Budget de la Chambre des Répresentants
92-0740
BENGALA, Maria Teresa
92-0802
BOLUFER NIETO, Ricardo
92-0560
BORGES, António
92-0681
BOULIN, Philippe
92-0439
IBOUVIER, Michel
92-0828

BRASIL. Tribunal de Contas da União
92-0822
BRASIL. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
92-0823
BRASIL. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
92-0600
BRASIL. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
92-0824
BRITO, José de Sousa e
92-0518
CAEIRO, António Miguel
92-0513, 92-0514
CAIRNCROSS, Frances
92-0704
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
92-0777, 92-0787, 92-0811
CALIXTO, Margarida Mendes
92-0641
CÂMARA, Francisco de Sousa da
92-0440
CAMPOS, Américo
92-0496
CANOTILHO, José Joaquim Gomes
92-0426
CAPDEVILLE, Philippe
93-0688
CARDIM, José Casqueiro
92-0754, 92-0766
CARDOSO, Augusto Lopes
92-0647
CARLOS, Américo Fernando Brás
92-0628
CARREIRO, H. J.
92-0792
CARTON, Louis
92-0455
CARVALHO, Carlos Rosado de
92-0761
CARVALHO, J. A. Cruz de
92-0699
CASANOVA, J. F. de Salazar
92-0466
CASTRIM, José
92-0687
CASTRO, Carlos Osório de
92-515
CAVACO, Carminda
92-0705

CHATUVERDI, T. N.
92-0719
CID, José Salter
92-0587
COLCHESTER, Nico
92-0706
COLLOQUE "VERS D'EUROPE DES ETATS DE DROIT: evolutions à l'Est et Citoynneté Européenne, Paris, 1989
92-0420
COLLOQUE INTERNATIONAL DES SERVICES PUBLICS, 1.º, Paris, 1989
92-0416
COMUNIDADE EUROPEIA
92-0430
COMUNIDADE EUROPEIA. Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
92-0765
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão
92-0433, 92-0434, 92-0450, 92-0451, 92-0452, 92-0456, 92-0460, 92-0569, 92-694, 92-0725
COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Desenvolvimento
92-0423
COMUNIDADE EUROPEIA. Conselho
92-0445
COMUNIDADE EUROPEIA. Serviço de Estatística
92-0745
COMUNIDADE EUROPEIA. Tribunal de Justiça
92-0716
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÉ DE REFLEXÃO DOS PERITOS INDEPENDENTES SOBRE A FISCALIDADE DAS EMPRESAS
92-0640
CONFERÊNCIA DOS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS MEMBROS, Maastricht, 1992
92-0454
CONFRARIA, João
92-0711
CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES (CLADEFS), 9.º, Buenos Aires, 1990
92-0616
CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES
92-0737, 92-0752
CORDEIRO, A. Mendes
92-0653
CORDEIRO, António Menezes
92-0477, 92-0488, 92-0492, 92-0700
CORREIA, A. Ferrer
92-0500, 92-0556, 92-0672, 92-0819
CORREIA, António Simões
92-0715

CORREIA, Arlindo
92-0448
CORREIA, Hermínia Galvão
92-0643
CORREIA, José Manuel Ribeiro Sérvulo
92-0413
CORREIA, José Manuel Simões
92-0715
CORREIA, Luis Brito
92-0698
COSTA, Américo Campos
92-0496
COSTA, António Manuel de Almeida
92-0526
COSTA, Fernando Dores
92-0669
COSTA, Joaquim Pedro Formigal Cardoso da
92-0506
COSTA, Manuel Augsto G. Fernandes
92-0418, 92-0774
COSTA, Mário Júlio de Almeida
92-0524
CRUZ, José Maria Teixeira da
92-0398
CRUZ, Manuel Braga da
92-0718
CRUZ, Rui António da
92-0630
CUNHA, Júlio do Nascimento Peixoto Pereira da
92-0586
CUNHA, Paulo Ferreira da
92-0469
CURA, António Alberto Vieira
92-0463
CURTO, Helena Santos
92-0587
CURVELO, Maria Teresa Madeira
92-0640
DELESSY, Henri
92-0563
DEREGULATION OR RE-REGULATION ?
92-0536
DIAS, A. Vieira
92-0788
DIAS, Jorge de Figueiredo
92-0519
DOURADO, Ana Paula
92-0441

DROIT INTERNATIONAL
92-0528
DUARTE, Maria Luísa
92-0442
EASTEAL, Martin
92-0622
EGEBO, Thomas
92-0564
ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES, 1.°, Palmela, 1989
92-0670
ENGLANDER, A. Steven
92-0564
ERICKSON, Jonathan
92-0755
ESCLASSAN, Marie-Christine
92-0828
ESPANHA. Tribunal de Contas
92-0591
ESTADOS UNIDOS. General Accounting Office
92-0605, 92-0620, 92-0768
ESTEVÃO, Manuel Lucas
92-0778
THE EUROPEAN COMMUNITY AT THE GROSSROADS
92-0459
EYBEN, Diane
92-0671
FARIA, Luís
92-0538
FARIA, Maria Teresa Barbot Veiga de
92-0627
FELGAS, Luís Filipe
92-0708
FERNANDES, António L. Monteiro
92-0702
FERNANDES, Flávio Satiro
92-0585
FERNANDES, Manuel Castro
92-0571
FERNANDEZ PENA, Enrique
92-0560
FERREIRA, Filipe Almeida
92-0730
FERREIRA, João Eduardo Pinto
92-0682
FERREIA, Maria Suzana
92-0834
FINLÂNDIA. Tribunal de Contas
92-0583

FLACK, David L.
92-0833
FLECHEUX, Georges
92-0634
FONTANEL, Jacques
92-0549
FONTOURA, M. Paula
92-0557
FRADA, Manuel A. Carneiro da
92-0652
FRANÇA. Tribunal de Contas
92-0801
FRANCO, António Luciano de Sousa
92-0534, 92-0581, 92-0582, 92-0589, 92-0590, 92-0602,
92-0610, 92-0642
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO
92-0812
GASPAR, António Silva Henriques
92-0407
GATT
92-0558
GAUDEMET, Paul-Marie
92-0613
GOMES, José Osvaldo
92-0496
GOMES, Júlio Pereira
92-0494
GOMES, M. Januário C.
92-0650
GOMES, Nuno de Sá
92-0631
GONÇALVES, Maria Eduarda
92-0462
GRÃ-BRETANHA. House of Commons. Committee of Public Accounts
92-0594, 92-0595, 92-0596, 92-0597, 92-0598, 92-0599
GRÃ-BRETANHA. National Audit Office
92-0575, 92-0578, 92-0579, 92-0617, 92-0618, 92-0621,
92-0623, 92-0624
GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA
92-0663, 92-0664, 92-0665
GRELLET, Gérard
92-0540
GREMION, Pierre
92-0420
GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho
92-0415
GUEDES, Agostinho Cardoso
92-0516

GUERREIRO, António Cândido
92-0615
GUIA FISCAL 92
92-0628
HARVARD UNIVERSITY. Harvard Business School
92-0769
HASSNER, Pierre
92-0420
HENZLER, Herbert A.
92-0542
HERAN, Frédéric
92-0688
HERVOUET, François
92-0431
HOFMANN, Gerhard
92-0830
HOLANDA. Tweed Kamer der Staten. General
92-0835
INDIA. Comptroller and Auditor General
92-0784
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
92-0733
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO. Biblioteca
92-0721
IRLANDA DO NORTE. Audit Office. Comptroller and Auditor General
92-0789, 92-9814
IRLANDA DO NORTE. Tribunal de Contas
92-0607
ISRAEL. Bureau du Contrôleur Général
92-0577
ITÁLIA. Assembleia de Deputados
92-0749
JACQUEMIN, Alexis
92-0570
JAMAICA. Bureau du Vérificateur Général
92-0584
JAMAR, Jummy
92-0671
JENGER, Jean
92-0798
JESCHECK, Hans-Heinrich
92-0523
JESUS, M. Avelino de
92-0759
JUSTO, António dos Santos
92-0464, 92-0465
KANTER, Rosabeth Mosse
92-0769

KORDES, Frans
92-0576
LACHARME, Mireille
92-0572
LAMFALUSSY, M. Alexendre
92-0543
LANTERI, Richard
92-0635
LE BERRE, Jean-Michel
92-0636
LEITÃO, Luís Manuel de Menezes
92-0626
LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes
92-0625, 92-0626
LIMA, Joaquim Pires de
92-0486, 92-0499
LIMA, Maria Fernanda
92-0414
LINHARES, José Manuel Aroso
92-0498
LINN, Johannes F.
92-0609
LISBOA. Administração do Porto de Lisboa. Serviço de Relações Públicas
92-0729
LLOYD, Peter J.
92-0559
LOUSA, Maria dos Prazeres Rito
92-0443
LUCHAIRE, François
92-0461
LUPPI, Philippe
92-0637
MACHADO, Pires
92-0820
MACHADO, Miguel Nuno Pedrosa
92-0511, 92-0525
MACHETE, Pedro
92-0527
MACHRONE, Bill
92-0791MACIEL, Frederico
92-0406
MAIA, José
92-0567
MAJERUS, Pierre
92-0410
MAJONE, Giandomenico
92-0536
MALTA. Accounts of Government
92-0815

MARCHAND, Olivier
92-0692
MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo
92-0468
MARQUES, Maria Manuel Leitão
92-0462
MARQUES, Mário Reis
92-0483
MARSALET, Jacques Delmas
92-0562
MARTINEZ, Pedro Romano
92-0476
MARTINS, Manuel Victor
92-0555
MARTY, Vincent
92-0829
MATA, Eugénia
92-0608
MATIAS, Carlos
92-0644
MATIAS, Jorge
92-0683
MATTEI, Jacqueline
92-0572
MAXIMIANO, Fernando
92-0567
MCGRAW-HILL PUBLICATION
92-0738
MEIRELES, Manuel Sousa
92-0632
MENDES, A. Ribeiro
92-0653
MENDES, João de Castro
92-0489, 92-0490, 92-0502
MENDES, Pedro
92-0396
MENDONÇA, Alváro de
92-0761, 92-0767
MÉXICO. Contaduria Mayor de Hacienda. H. Câmara de Diputados
92-0603
MIRANDA, Jorge
92-0471, 92-0473, 92-0474, 92-0475
MODERNE, Franck
92-0535
MOLINIER, Joel
92-0550, 92-0613
MÓNICA, Maria Filomena
92-0668

MONTALVO, António M. Rebordão
92-0408, 92-0507, 92-0509
MONTALVO, Arménio Rosa
92-0816
MONTEIRO, Antero
92-0705
MONTEIRO, António Pinto
92-0495
MOREIRA, José Carlos Barbosa
92-0495
MORENO, Carlos
92-0427
MOURA, Rui
92-0678
LES MOUVEMENTS INTERNATIONAUX DE CAPITAUX DANS LES ANNEES QUATRE-VINGTS
92-0545
NABAIS, Carlos
92-0680
NEDEL, António Carlos
92-0467
NETO, Abílio
92-0697
NEVES, A. da Costa
92-0729
NEVES, José de Carvalho das
92-0684
NIETO, Ricardo Bolufer
92-0560
NOBES, Christopher
92-0614
NUNES, Sedas
92-0718
OCDE
92-0422, 92-544, 92-0690, 92-0760, 92-0794, 92-0827
OLIVEIRA, João de
92-0403, 92-0417
ORSONI, Gilbert
92-0428, 92-0612
PALMEIRO, Ludovina
92-0705
PALOP. Tratados, etc. - Portugal, 1976
92-0425
PANAMÁ. Contraloria General de la Republica. Direccion de Responsabidad Patrimonial
92-0779
PARDAL, Francisco Rodrigues
92-0629
LES PAYS NORDIQUES EN MARCHE VERS UNE INTEGRATION EUROPEENNE
92-0444

PEDROSO, Carlos Alberto de Sá
92-0602
PEREIRA, António Maria
92-0709
PEREIRA, Manuel Henrique de Freitas
92-0437
PERRIER-CORNET, Philippe
92-0503
PICANÇO, Leodonfo Bettencourt
92-0730
PIJPERS, Alfred
92-0459
PINTO, Carlos Amoêdo
92-0449
PINTO, F. A. Ferreira
92-0500
PIRES, J. Remédio
92-0482
PISANI-FERRY, Jean
92-0563
PIZARRO, Sebastião Nóbrega
92-0641
PLAGNET, Bernard
92-0638
POETA, Maria Isolina
92-0436
POLITANSKI, Pascal
92-0688
PORTUGAL. Assembleia da República
92-0397
PORTUGAL. Assembleia da República. Direcção-Geral de Apoio Parlamentar
92-0414, 92-0419
PORTUGAL. Assembleia da República. Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
92-0396
PORTUGAL. Câmara dos Revisores Oficiais de Contas
92-0679
PORTUGAL. Comissão de Revisão do Código Civil
92-0501
PORTUGAL. Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, 1986-(António Luciano de Sousa Franco)
92-0581, 92-0582
PORTUGAL. Direcção-Geral da Administração Pública
92-0411
PORTUGAL. Direcção-Geral das Alfândegas
92-0717
PORTUGAL. Direcção-Geral das Contribuições e Impostos
92-0742, 92-0763

PORTUGAL. Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional
92-0402
PORTUGAL. Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Divisão de Documentação
92-0772
PORTUGAL. Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura
92-0705
PORTUGAL. Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
92-0750
PORTUGAL. Direcção-Geral do Tribunal de Contas
92-0805
PORTUGAL. Inspecção-Geral da Administração do Território
92-0735
PORTUGAL. Inspecção-Geral de Finanças
92-0731
PORTUGAL. Instituto de Alta Cultura. Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos
92-0819
PORTUGAL. Instituto do Comércio Externo de Portugal
92-0790
PORTUGAL. Instituto do Emprego e Formação Profissional
92-0754, 92-0766
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.
92-0411, 92-0589, 92-0590, 92-0633, 92-0674, 92-0693,
92-0695, 92-0697, 92-0703
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código Civil
92-0486
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Código do Procedimento Administrativo, 1991
92-0508, 92-0509
PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Lei de bases do ambiente, 1987
92-0510
PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral
92-0757
PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação
92-0806
PORTUGAL. Ministério da Educação. Direcção Regional de Educação do Sul
92-0655
PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete de Estudos e Planeamento
92-0654, 92-0656, 92-0657, 92-0659, 92-0662, 92-0689,
92-0773
PORTUGAL. Ministério da Justiça
92-0425, 92-0533, 92-0648, 92-0649, 92-0728
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Direcção-Geral dos Serviços de Informática
92-0727
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Direcção-Geral dos Serviços de Informática. Divisão de Informação e Documentação
92-0723
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Gabinete de Direito Comparado
92-0432

PORTUGAL. Ministério da Justiça. Gabinete de Estudos e Planeamento
92-0758
PORTUGAL. Ministério da Justiça. Grupo de Apoio e Defesa Jurídica de Doentes Mentais
92-0532
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
92-0568
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Conselho para o Sistema Financeiro
92-0561
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas
92-0611
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Instituto de Informática
92-0774
PORTUGAL. Ministério das Finanças. Instituto de Informática. Centro de Documentação e Informação
92-0722
PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
92-0438
PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Unidade de Gestão
92-0800
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social
92-0674, 92-0693, 92-0695, 92-0696
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Departamento de Estatística
92-0685, 92-0686, 92-0714, 92-0770, 92-0780, 92-0781,
92-0782, 92-0813, 92-0829
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Departamento de Estudos e Planeamento
92-0807
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Direcção-Geral do Trabalho
92-0803
PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
92-0741
PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região Centro
92-0799
PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
92-0504, 92-0505, 92-0587
PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros
92-0421
PORTUGAL. Ministério dos Transportes e Comunicações. Junta Autónoma de Estradas
92-0732
PORTUGAL. Ministério Público
92-0808
PORTUGAL. Portos de Setúbal e Sesimbra. Administração
92-0797
PORTUGAL. Procuradoria-Geral da República
92-0407, 92-0409, 92-0675

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Integração Europeia
92-0457
PORTUGAL. Secretaria de Estado da Integração Europeia. Secretariado Europa 1992
92-0457, 92-0787
PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo
92-0715
PORTUGAL. Tratados, etc. - PALOP, 1976
92-0425
PORTUGAL. Tribunal Constitucional
92-0496
PORTUGAL. Tribunal de Contas
92-0589, 92-0590, 92-0601, 92-0602, 92-0825, 92-0832
PUBLIC SECTOR CONFERENCE OF THE FEDERATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPEENS, 2.º, Rottach-Egern am Tegernsee
[Alemanha], 1990
92-0593
QUADROS, Fausto de
92-0479
RAMALHO, António
92-0566
RAMOS, Isabel
92-0395
RAMOS, Jacinto
92-0666
RAMOS, Rui Manuel Moura
92-0517
REHFELDT, Udo
92-0453
REI, M. P. Fernandes
92-0820
REINO UNIDO. Tribunal de Contas
92-0592
REIS, João Pereira
92-0510
REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 3.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)
92-0594
REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 4.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)
92-0595
REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 5.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)
92-0597
REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 6.º, Londres, Junho 1992 (Sessão 1992-93)
92-0597
REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 7.º, Londres, Julho 1992 (Sessão 1992-93)
92-0598

REPORT OF THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS, 8.°, Londres, Julho 1992 (Sessão 1992-93)
92-0599
REYS, Markela de
92-0779
RIBEIRO, Joaquim de Sousa
92-0497
ROBERT, Guy
92-0639
ROBERT, Jacques
92-0826
ROCHA, Manuel António Lopes
92-0512
ROCHA, Maria Victória Ferreira da
92-0530
ROCHA, Natália Nunes
92-0666
ROCHA, Nuno
92-0717
RODOLFO, António
92-0715
RODRIGUES, Azevedo
92-0681
RODRIGUES, Eduardo Lopes
92-0712, 92-0744
RODRIGUES, Gustavo
92-0520
RODRIGUES, Manuel Augusto
92-0658
RODRIGUES, Rogério Pereira
92-0681
RODRIK, Dani
92-0541
ROUX, Xavier de
92-0455
RUDOLPHI, Hans Joachim
92-0522
RUIVO, Fernando
92-0399
SÁ, Almeno de
92-0487
SANCHES, Maria de Fátima Chorão da Fonseca Cavaleiro
92-0661
SANFMEISTER, Hartmut
92-0547
SANTOS, António Carlos dos
92-0462
SANTOS, Victor Manuel da Silva
92-0537, 92-0555, 92-0710

SCANAVINO, Cynthia de Tubino
92-0574
LA SECURITE DES SYSTEMES FINANCIERS
92-0562
SEIA, Jorge Alberto Aragão
92-0707
SEMINÁRIO SOBRE A CARTA ESCOLAR PARA A REGIÃO DO ALENTEJO, Évora, 1991
92-0655
SENDIM, Paulo M.
92-0677
SERRA, José de Almeida
92-0739
SILVA, Carlos Manuel Pereira da
92-0573
SILVA, Clóvis V. do Couto e
92-0645
SILVA, Germano Marques da
92-0472, 92-0481
SILVA, João Calvão da
92-0491
SILVA, Jorge Andrade da
92-0713
SILVA, José M. Monteiro da
92-0546
SILVA, Manuela
92-0759
SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO
92-0401, 92-0730
A SITUAÇÃO DOS JOVENS EM PORTUGAL
92-0643
SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
92-0672
SOLER, Elias Soley
92-0604
SOUSA, Marcelo Rebelo de
92-0480, 92-0660
SOUSA, Miguel Teixeira de
92-0493
SOUSA, Nuno J. Vasconcelos de Albuquerque e
92-0531
SOUSA, Raúl Soeiro de
92-0691
ATREHLO, Kevin
92-0748
SWARBRICK, Guy
92-0793
TASSIRANI, Domenico
92-0756

TAVARES, José Fernandes Farinha
92-0404, 92-0405
TEIXEIRA, Luis Braz
92-0817
TOME, Maria João Romão Carreiro Vaz
92-0693
TORRES, Luís
92-0395
TRATADO DE MAASTRICHT, 1992
92-0458
TROSA, Sylvie
92-0619
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Faculdade de Direito
92-0753
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
92-0658
UNIVERSIDADE DE LISBOA. Instituto de Ciências Sociais
92-0718
VALENTE, Francisco H.
92-0412
VALÉRIO, Nuno
92-0608
VARELA, João de Matos Antunes
92-0486, 92-0646, 92-0821
VASCONCELOS, Duarte Nuno
92-0757
VAZ, António
92-0567
VAZ, Manuel Afonso
92-0470
VILAR, Rui
92-0552

SUMÁRIOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SELECCIONADAS



CÂMARA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A AUDITORIA EM PORTUGAL

JANEIRO - 1992

0964

THE AUDITING PROFESSION IN PORTUGAL

JANUARY - 1992

ÍNDICE		*CONTENTS*	*Pág.*
1.	**OBJECTIVO**	**OBJECTIVE**	1
2.	**O ACTUAL SISTEMA INSTITUCIONAL, ORGANIZATIVO E FUNCIONAL DA PROFISSÃO**	**THE PRESENT INSTITUTIONAL ORGANISATIONAL AND FUNCTIONAL STRUCTURE OF THE PROFESSION**	1
2.1.	As principais empresas ou entidades	The principal audit companies or entities	1
2.1.1.	A Câmara dos Revisores Oficiais de Contas	The Câmara dos Revisores Oficiais de Contas	1
2.1.2.	A Inspecção Geral de Finanças	The Finance Ministry's Inspectorate	2
2.1.3.	As empresas ou entidades privadas nacionais de auditoria	Portuguese private auditing firms or private entities	2
2.1.4.	As empresas internacionais de auditoria	International auditing firms	2
2.2.	O universo das empresas auditadas e a auditar	Companies subject to the statutory audit requirement	3
2.2.1.	As empresas inactivas ou de reduzida actividade	Dormant or relatively inactive companies	3
2.2.2.	As cooperativas	Cooperatives	3
2.3.	A natureza das funções de auditoria, as formas e a finalidade básica do seu exercício	The nature of auditing functions, their form and basic aims	4
2.3.1.	A natureza das funções de auditoria em Portugal	The nature of the audit function in Portugal	4
2.3.2.	As formas de exercício da auditoria	Ways of performing the audit function	4
2.3.2.1.	A auditoria integrada nos orgãos de fiscalização (a revisão legal)	Auditing integrated within supervisory boards (the statutory audit)	4
2.3.2.2.	A auditoria não integrada nos orgãos de fiscalização	Auditing not integrated within supervisory boards	5
2.3.3.	A finalidade básica da auditoria	The basic aims of auditing	5
2.3.3.1.	A imagem verdadeira e apropriada	True and fair view	5
2.3.3.2.	A certificação legal das contas nas suas várias modalidades	Various forms of statutory certification of accounts	5
2.3.3.3.	O valor jurídico do documento de certificação legal das contas	The legal significance of the statutory certification of accounts	6
2.3.3.4.	O parecer sobre os documentos de contas das empresas públicas não financeiras	Opinion on the financial statements of State-controlled non-financial enterprises	7
2.4.	A organização profissional	Professional organisation	7
2.4.1.	A natureza jurídica da CROC	The legal status of the CROC	7
2.4.2.	O acesso à profissão	Access to the profession	8
2.4.2.1.	O estágio profissional	The professional training period	8
2.4.2.2.	O exame	The qualifying examination	9
2.4.2.3.	A inscrição na lista dos ROC	Admission to the List of Members	9
2.4.3.	O estatuto específico dos ROC	The specific legal status of ROC's	9
2.4.3.1.	As suas funções de interesse público	His responsibilities in the public interest	10
2.4.3.2.	As modalidades de exercício das funções de revisão legal	Manner of exercising statutory audit functions	10
2.4.3.3.	A designação	Appointment	10
2.4.3.4.	Honorários	Fees	10
2.4.3.5.	Incompatibilidades específicas: o regime de pontuação	Specific disqualifications: the points system	11
2.4.3.6.	Os seus direitos e deveres específicos	His specific rights and duties	11

2.5.	O estatuto específico das SROC	The specific legal status of SROC	12
2.6.	As normas técnicas, éticas e deontológicas e sancionatórias	Technical standards, professional ethics and conduct, disciplinary action	13
2.6.1.	As Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas	Technical Standards governing the Statutory Audit of Accounts	13
2.6.2.	O Código de Ética e Deontologia Profissional	The Code of Professional Ethics and Conduct	14
2.6.3.	As normas sancionatórias aplicadas aos ROC.	The disciplinary rules applicable to ROC's	14
2.6.4.	Manual dos ROC	The ROC Manual	15
2.6.5.	Controlo de qualidade	Quality Control	15
2.7.	Outras atribuições legais dos ROC	Other legal responsibilities of ROC's	15
2.7.1.	O Código das Sociedades Comerciais	The Companies Code	15
2.7.2.	O Código do Mercado dos Valores Mobiliários	The Securities Market Code	16
2.7.3.	A auditoria às contas anuais dos Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL)	Auditing the annual financial statements of Limited Liability Individual Businesses	17
3.	**O IMPACTO NA PROFISSÃO DERIVADO DA ADESÃO DE PORTUGAL À CEE**	**IMPACT ON THE PROFESSION OF PORTUGAL'S ACCESSION TO THE EC.**	18

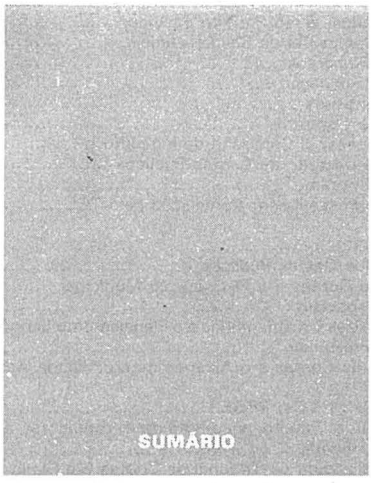


revista do

TRIBUNAL DE CONTAS

Estado do Rio Grande do Sul

Ano IX nº 15 – Dezembro de 1991



APRESENTAÇÃO 7

PARECER PRÉVIO 9
— Síntese da Análise Técnica da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta, relativa ao Exercício de 1990 .... à 28

PARECERES 29
— Ordenador de Despesa 31
— Provimento de Recursos 35
— Definição do Ordenador de Despesa 37
— Pagamento de Diárias a Prefeito 44
— Vereador; Incompatibilidade para Exercer Atividades no Executivo . 47
— Despesas Públicas; Publicidade e Legalidade 48
— Imóveis Municipais; Doação e Revogação 50
— Diárias de Vereadores 51
— Vereador; Exercício do Direito à Saúde 53
— Reajustamento e Revisão Contratual 54
— Depósitos Bancários Municipais 57
— Novo Código Tributário Municipal 59
— Horas Extras de Servidor Estatutário 62

DECISÕES DO PLENO 65
— Remuneração de Vereadores 67
— Remuneração de Férias em Regime Suplementar 68
— Cômputo de Tempo de Serviço 68
— Tomada de Contas Especial 71
— Aplicação da CLT a CCs 72
— Irregularidades em Execução de Obras 73
— FGTS de Cargos em Comissão 75
— Subsídios de Prefeito, Vice e Vereadores (1) 77
— Despesas sem Finalidade Pública 78
— Aposentadoria (1) 79
— Subsídios de Prefeito, Vice e Vereadores (2) 80
— Aposentadoria (2) 81

— Servidor Estadual eleito Prefeito ou Vice 83
— Custeio de Campanha de Solidariedade 83
— Recurso de Embargos 84
— Inspeção em Fundação 87
— Auxílios Financeiros 89
— Publicação de Contratos 92
— Cópia de Processo a Comissão de Inquérito 93
— Acúmulo Remunerado de Cargos Públicos 94
— Tomada de Contas 96
— Admissão de Pessoal sem Apreciação pelo TCE 97

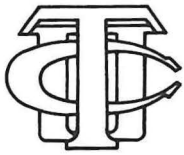
DOUTRINA 100
— O Controle dos Gastos Públicos 101
— O Tribunal de Contas e a Fiscalização Municipal 105
— Os Fundos Especiais 114
— A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Planejamento Econômico — Uma Abordagem Preliminar 119
— Os Tribunais de Contas e o Alcance da Moralidade Administrativa . 122

XVI CONGRESSO DOS TCs; TESES 127
— Remuneração de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores à Luz da nova Constituição Federal 129
— A Ação Fiscalizadora do Tribunal de Contas e o Sigilo Bancário 133
— Publicidade e Ação Administrativa, uma Interpretação do Art. 37, § 1.º da Constituição Federal 141

RELATÓRIO DE ATIVIDADES BIÊNIO 1990/91 147

NOTÍCIAS 173

ISSN 0103-1090



REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

JUL./SET.

49

1991

Brasília — DF

SUMÁRIO

COLABORAÇÕES ESPECIAIS

Auditoria Operacional

A Avaliação das Políticas e das Atividades Públicas
José Adelino da Mota 13

Painel — Auditoria Operacional e Avaliação de Impacto e Desempenho

Discurso de Abertura
Ministro *Adhemar Paladini Ghisi* 27
Auditoria Operacional e Avaliação de Impacto e Desempenho
Henrique Brandão Cavalcanti 31
Auditoria Operacional e Avaliação de Impacto e Desempenho
Luís Carlos Braga de Figueiredo 39
O Sistema Único de Planejamento, Orçamentação e Avaliação
Cláudia Maria Costin 57
Considerações sobre Auditoria Operacional no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo
Roberto Figueiredo Guimarães 65

DECISÕES DO TCU

Auditoria Operacional

AÇOMINAS
Relator: Ministro *Fernando Gonçalves* 79
SUDENE
Relator: Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 82
PROÁLCOOL
Relator: Ministro *Fernando Gonçalves* 105

BANCO DO BRASIL
Relator: Ministro *Fernando Gonçalves* 129
TELESP
Relator: Ministro *Luciano Brandão Alves de Souza* 163

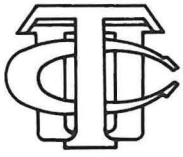
ATOS NORMATIVOS

Decisão Normativa nº 25/91 177
Resolução nº 254/91 178
Resolução nº 255/91 179
Resolução Administrativa nº 112/91 185
Resolução Administrativa nº 113/91 192
Resolução Administrativa nº 114/91 196
Portaria nº 99/90 196
Portaria nº 65/GP/91 207

DOCUMENTÁRIO

Contas do Governo — 1990 — Relatório e Parecer Prévio 213
XI Congreso Nacional de Tribunales de Cuentas — Relatório 253
II Reunião do Conselho Diretor da OLACEFS 255
Conferência Internacional sobre Controle Financeiro na América Latina — Relatório 257
Normas de Auditoria da INTOSAI 262
ÍNDICE GERAL 301

ISSN 0103-1090



REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

OUT./DEZ.

50

1991

Brasília — DF

SUMÁRIO

Apresentação 9

COLABORAÇÕES ESPECIAIS
XIV INCOSAI

Tema I — A Auditoria num Contexto em Transformação: A Evolução do Papel das Entidades Fiscalizadoras Superiores

Subtema 1A

Experiências en la Modificación del Alcance de la Fiscalización
Entidad Fiscalizadora Superior de Nueva Zelanda 15

Subtema 1B

La Evaluación de Programas: Una Forma de Análisis en Desarrollo
Entidad Fiscalizadora Superior de Francia 27

Subtema 1C

Examen de las Empresas Publicas: Cambio de enfoques y de Técnicas
Entidad Fiscalizadora Superior de India 43

Teses Apresentadas pelo TCU-Brasil

Subtema 1A

Experiências na Modificação da Fiscalização
Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 59

Subtema 1B

A Avaliação de Programas: Um Método em Fase de Implantação
Ministro *Adhemar Paladini Ghisi* 63

Subtema 1C

A Alteração dos Métodos e Técnicas de Fiscalização e Controle das Estatais
Ministro *Homero dos Santos* 71

DECISÕES DO TCU
Empresas Estatais

Acompanhamento e Controle dos Gastos
Requerimento: Ministro *Homero dos Santos* 81

PETROBRÁS — Política de Preços e Subsídios
Relator: Ministro *Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça* 88
Empresas não Controladas — Investimento da União
Requerimento: Ministro *Fernando Gonçalves* 98
PETROBRÁS — Acompanhamento de Processo Licitatório
Relator: Ministro *Carlos Átila Álvares da Silva* 104

ATOS NORMATIVOS DO TCU

Resolução nº 256/91 117
Resolução nº 257/91 119
Resolução nº 258/91 120
Resolução Administrativa nº 115/91 121
Resolução Administrativa nº 116/91 123
Resolução Administrativa nº 117/91 124
Resolução Administrativa nº 118/91 124
Resolução Administrativa nº 119/91 125
Resolução Administrativa nº 120/91 127
Resolução Administrativa nº 121/91 128
Resolução Administrativa nº 122/91 128
Portaria nº 054-GP/91 129
Portaria nº 088-GP/91 133

DOCUMENTÁRIO

O Tribunal de Contas da União na Nova Constituição
Ministro *Adhemar Paladini Ghisi* 137
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Cultural — TCU-Brasil/TC-Portugal 142
Homenagem ao Subprocurador-Geral Aposentado Dr. Laerte José Marinho 153
Posse do Presidente e Vice-Presidente do TCU para o ano de 1992 160
Homenagem do TCU — Dia da Bandeira
Ministra *Élvia Lordello Castello Branco* 176
Bibliografia sobre Tribunales de Cuentas
Por *Cr. Rubén C. A. Cardón* 177

ÍNDICE GERAL 189

ANO XIII NÚMERO 23

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCT

JULHO 1992

SUMÁRIO

. Presidente REYNALDO SANT'ANNA
– DA NECESSIDADE DE EXAME DO EDITAL DE LICITAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS
(Tese apresentada ao XVI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil) 17

. Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES
– Relatório e Parecer da tese apresentada pelo Conselheiro Reynaldo Sant'Anna 23

* COLABORAÇÕES

. Conselheiro HUMBERTO BRAGA
– Quem Traiu ? 29

. Professor MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO
-A Tutela Jurisdicional na Constituição Federal de 1988. 32

. Auditor WREMYR SCLIAR
– A Ação Fiscalizadora do Tribunal de Contas e o Sigilo Bancário 38

. Procurador RICARDO LOBO TORRES
– Os Direitos Fundamentais e o Tribunal de Contas 54

. Procurador JOÃO MARCELLO DE ARAUJO JUNIOR
– O Princípio do Quinto Constitucional na Carta de 1988 64

. Procurador JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO
– Observações sobre o Direito à Obtenção de Certidões 81

. Dr. CARLOS ALBERTO LANCELLOTI
– Licitação e o Critério de Preço-Base 86

. Dr. CARLOS RAMOS DE BARROS
– Jurisdição e Competência 88

. Dr. TITAO YAMAMOTO
– Papéis de Trabalho 107

. Prof. PAULO CEZAR DA SILVA NUNES
– Considerações sobre o Controle Interno no Âmbito dos Três Poderes e o Controle Externo 119

. Prof. WILMAR BRITO LAPA JÚNIOR
– Auditoria de Sistemas no Serviço Público 126

. Drª EVANGELINA MERIGOUX
– A Evolução Lingüística do Português 135

. Prof. JORAM PINTO DE LIMA
– A Crítica Textual no Rio de Janeiro 144

* VOTOS E PARECERES

Consulta – A autoridade administrativa que conceder melhorias consideradas indevidas pelo Tribunal de Contas, por serem ilegais, deve não só abster-se de pagá-las, como também propor a sua revogação.
Relator : Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 161

Consulta – A contratação pela Administração Municipal, de obras, serviços, compras e alienações com terceiros preceder-se-á, necessariamente, de licitação, excetuadas as hipóteses previstas nos arts. 22, incisos I a XI, e 23, incisos I a V, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 2.300, de 21.11.86.
Relator: Conselheiro PASCHOAL CITTADINO 173

Consulta – A inobservância ao estabelecido na Lei nº 1.604/90 e na Deliberação TCT nº 131/90 sujeitará os responsáveis às sanções previstas no inciso XIII, do art. 3º, combinado com o inciso II do art. 63 da Lei Complementar nº 63, de 01.08.90.
Relator: Conselheiro HEITOR BRANDON SCHILLER 175

Consulta – A obrigatoriedade do crédito aos Municípios da parcela de 25% do produto da arrecadação do ICMS é dos Estados. Os Municípios, embora titulares da conta instituída pela Lei Complementar Federal nº 63/90, não são competentes para movimentá-la, dependendo de transferência mediante crédito, em conta individual ou recebimento em dinheiro.
Relator: Conselheiro HEITOR BRANDON SCHILLER 181

Consulta – As despesas com o pagamento de pensão a cônjuge e a filhos menores ou inválidos, efetuados sem que haja amparo de legislação municipal, são ilegais.
Relator: Conselheiro HUMBERTO BRAGA..... 188

Consulta – Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, bem como fixar a respectiva remuneração.
Relator: Conselheiro PASCHOAL CITTADINO 194

Consulta – Em hipótese alguma poderá o Vereador perceber quantia superior à do Prefeito, conforme preceituam os arts. 37, inciso XI da Constituição Federal e 344 da Constituição do Estado.
Relator: Conselheiro PASCHOAL CITTADINO 198

Consulta – Não fere o mandamento constitucional, § 3º do art. 46 da Lei Orgânica do Município de Magé, que permite ao Vereador, automaticamente licenciado, pelo fato de ter sido investido no cargo de Secretário Municipal, optar pela manutenção de sua remuneração.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 201

Consulta – Nos contratos administrativos, se pactuado, previamente, o reajustamento de preços, não poderá a Administração Pública, ao adotar índices setoriais, deixar de propor a adoção daqueles que melhor atendam ao interesse público, sem que implique prejuízo do contratado.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 204

Consulta – Nos convênios celebrados pela Administração Pública, é inexigível a licitação nos termos do art. 23, **caput**, do Decreto-lei nº 2.300/86.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 218

Consulta – O critério costumeiro de pagamento do adicional por tempo de serviço aos servidores da Câmara Municipal de Niterói, computando-se o tempo de serviço prestado à União, ao Estado e ao Município, não tem amparo legal; as quantias pagas em sua decorrência e os respectivos recebimentos, realizados de boa fé, não estão sujeitos à reposição, mas devem ser cancelados a partir do conhecimento de decisão do Tribunal de Contas.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 226

Consulta – O exercício em funções de magistério, por médicos da UERJ - que à época, e antes da Lei nº 1.698, de 23.08.90, não eram titulares de cargos ou empregos de professor e nem após a mesma lei titulares do cargo de professor – não pode ser considerado para os efeitos da aposentadoria especial com proventos integrais, concedida aos professores e prevista no art. 89, inciso III, alínea *b*, da Constituição Estadual; nada impede, porém, que esse exercício seja computado para os efeitos dos disposto nas alíneas *a* e *c*, do inciso III do referido artigo.
Relator : Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 232

Consulta – Os Prefeitos Municipais estão obrigados a cumprir as disposições contidas na Lei nº 1.414, de 13.12.90, inclusive em seu art. 3º, razão por que deverá colocar à disposição da Câmara de Vereadores, até o dia 20 de cada mês, e respeitada a disponibilidade financeira do Erário Municipal, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 240

Consulta – Para a autorização dos créditos especiais necessários à realização de obras municipais, é imprescindível que se manifeste a respectiva Câmara Municipal, caso a caso, existam, ou não, saldos financeiros.
Relator : Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 243

Contrato – Os contratos decorrentes de dispensa de licitação, para prestação temporária de serviços de datilografia, não estão sujeitos às limitações de índole constitucional relativas aos servidores públicos civis, e sim, aos preceitos do Decreto-lei nº 2.300/86.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 258

Dispensa de Licitação – As sociedades de economia mista gozam de autonomia administrativa e financeira, não obstante sua vinculação a órgão da administração direta. A responsabilidade dos atos de seus administradores, de dispensa ou inexigibilidade de licitação e sua ratificação, deve circunscrever-se ao âmbito da própria administração.
Relator: Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA 262

Dispensa de Licitação – Não é aceitável a invocação de dispositivos legais que amparem a dispensa de licitação, em caso de "emergência quando caracterizada a urgência...", em se tratando de fornecimento de alimentação pelo período de vários meses.
Relator: Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA..... 270

Edital de Concorrência – Sujeita-se à nulidade, por decisão do Tribunal de Contas, o edital de licitação que não observar as normas do Decreto nº 2.300/86.
Relator : Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA 274

Edital de Concorrência – A fidúcia não se insere entre os casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação por absoluta imprevisibilidade legal.
Relator: Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 279

Edital de Concorrência – Aplica-se às sociedades de economia mista, estatutariamente submetidas às normas previstas no Título XI da Lei nº 287/79 e seu regulamento, Decreto nº 3.149/80, o disposto no art. 26, inciso II, alíneas *e* e *f* da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. (L. C. nº 21/81)
Relator : Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA 286

Edital de Concorrência – Deve o edital de licitação observar, no critério de julgamento, o que estabelece o art. 44 da Lei Complementar nº 63/90, sobre licitação por técnica-preço. Após a habilitação técnica, todos ficarão em igualdade de condições, devendo prevalecer o menor preço.
Relator: Conselheiro HEITOR BRANDON SCHILLER 298

Edital de Concorrência – Não é admissível a órgão público comprar sem a adequada caracterização do objeto da compra e indicação dos recursos financeiros para o respectivo pagamento.
Relator : Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA 306

Edital de Concorrência – Nas licitações por concorrência para obras e serviços na forma do art. 37, parágrafo único, inciso IV do Decreto-lei nº 2.300/86, em caso de empate, entre dois ou mais licitantes vencedores, o desempate dar-se-á por sorteio.
Relator : Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA 310

Edital de Concorrência – Nas concorrências internacionais de obras ou serviços, mediante financiamento do Banco Mundial (BIRD), devem ser observadas, prioritariamente, as diretrizes para contratação do organismo internacional, aplicando-se o Decreto-lei nº 2.300/86 naquilo que não conflitar com aquelas diretrizes.
Relator : Conselheiro REYNALDO SANT'ANNA 314

Edital de Concorrência – Não fere o mandamento Constitucional, art. 77, inciso II da Constituição Estadual, a exigência de limite máximo de idade em edital que torna pública a realização de concurso para admissão de servidores ao cargo de guarda municipal. A restrição é adequada, pois o vigor físico que escasseia na razão direta da idade mais avançada é condição essencial para o bom e regular exercício desse cargo.
Relator : Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 319

Tomada de Contas – As contas dos administradores e responsáveis aos quais se refere o art. 7°, da Lei Complementar n° 63/90, serão julgadas irregulares quando comprovada a ocorrência de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
Relator : Conselheiro HEITOR BRANDON SCHILLER 327

Tomada de Contas – Decorrido o prazo sem que o débito tenha sido recolhido, o Tribunal determinará o desconto em folha de pagamento, na forma da lei, sujeitando-se, ainda, o devedor, às sanções capituladas na Lei Complementar n° 63/90.
Relator : Conselheiro HUMBERTO BRAGA 330

Tomada de Contas – Na ocorrência de dano ao Erário Público, por servidor, só haverá responsabilidade civil se este tiver agido com dolo ou culpa.
Relator : Conselheiro JOSÉ LUIZ DE MAGALHÃES LINS 333

INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Processo nº 302.742/90
Instrução: Assessor da Presidência DOMINGOS PINTO DA ROCHA 341

* LEGISLAÇÃO

Emenda Constitucional nº 04, de 20 de agosto de 1991 – Suprime da Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispositivos relativos ao Conselho Estadual de Contas dos Municípios e adita dispositivos referentes ao Tribunal de Contas do Estado. 349

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1991 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. 356

Decreto nº 332, de 04 de novembro de 1991 – Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras. 368

Deliberação nº 145, de 19 de setembro de 1991 – Dispõe sobre fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro 394

Deliberação nº 151, de 09 de abril de 1992 – Altera redação do art. 55 do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação nº 45, de 09.11.82. 395

Ato Executivo nº 6.122, de 22 de agosto de 1991 – Cria Comissão Especial para estudar e propor medidas que viabilizem a reestruturação da 7ª Inspetoria-Geral de Controle Externo – 7ª IGE 397

* NOTICIÁRIO

O compromisso com a preservação do meio ambiente. 403

Tribunais de Contas do Brasil realizam, em Recife, seu XVI Congresso. 407

Assembléia Legislativa homenageia defensor de Tiradentes. 416

Modernização e descentralização do Controle Externo ... 429

Seminário Informativo sobre Controle Interno e Externo na Administração Municipal. 438

Nosso Assessor de Imprensa também é escritor. 447

A Corte de Contas perde um grande servidor: "Seu Sidney". 457

ano IX
número 11
setembro 1992
anual

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

edital: lei e ética da concorrência
revisão do estatuto das licitações
contra as investidas dos cartéis
três teses sobre publicidade, julgamento e impugnação
tribunal tem nova lei orgânica
as contas de 1991 do prefeito
reforma fiscal, o que reformar?
rio perde com repasse do icms
município, espaço da democracia real

SUMÁRIO

EDITAL

O segredo da transparência

Se a licitação é instituto que democratiza a gerência dos bens, obras e serviços públicos, o edital é peça básica do processo de licitação, já que vincula inteiramente a administração e os proponentes às suas cláusulas: "Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital porque ele é a lei interna da concorrência", escreve Hely Lopes Meirelles. O zelo pelo edital é a chave da transparência dos atos do governo: seja para conformar juridicamente o procedimento de cada licitação, seja para compatibilizar as propostas dos licitantes ou ainda para viabilizar o controle externo. **Página 8**

A revisão do 2300

As licitações para compras, obras e serviços têm sido manancial para todas as formas de irregularidades e ilegalidades, e a legislação que baliza os procedimentos nas concorrências públicas não é ainda salvaguarda contra essas atividades escusas. Tramita no Congresso Nacional projeto de lei que propõe alterações no Decreto nº 2.300, para impedir a consecução de tais delitos. Entre as medidas preventivas vale citar a que amplia o prazo entre a publicação do aviso de edital e a realização da licitação, o fim do desempate por nota técnica e a definição mais objetiva das dispensas de licitação por notória especialização. **Página** 15

O edital contra a cartelização

A combinação entre os licitantes para a obtenção do maior preço possível em concorrência pública, através do controle do mercado pelas empresas produtoras, frustra a administração de obter a proposta mais vantajosa para o patrimônio público. Esta é a prática deletérea, e de difícil comprovação, do processo de cartelização. Até que ponto um edital bem elaborado é capaz de reverter ou neutralizar os procedimentos da cartelização? Que outros dispositivos legais ou medidas administrativas podem impedir este atentado ao princípio de igualdade que rege a licitação? **Página 18**

449 contra a fraude

Pouco depois da divulgação dos rumorosos casos de superfaturamento ocorridos em diversas áreas da administração, foi assinado o Decreto federal 449, em fevereiro passado, unificando os catálogos de materiais e integrando os sistemas de registro de preços e de cadastro de fornecedores. O decreto contém dispositivos contra a prática do superfaturamento. **Página 22**

O princípio da imutabilidade

O edital está submetido ao princípio da imutabilidade, regra fundamental da concorrência pública. A controvérsia aqui consiste em saber se a administração pode alterar cláusulas do edital já publicado, em decorrência da assinatura de novo decreto que modificou as condições das licitações no Estado. **Página 23**

O dever de publicidade

A abertura das propostas é pública, devendo as designações da data e hora serem comunicadas com antecedência, para que todos os licitantes possam exercer a fiscalização do procedimento, através do princípio de publicidade. A violação desse princípio, que visa à igualdade nas licitações, é aqui analisada em parecer de Yves Gandra e Toshio Mukai. **Página 26**

Julgamento objetivo

A observância do julgamento objetivo prescreve que a avaliação das propostas deverá realizar-se segundo o tipo de licitação, o critério preestabelecido e os fatores indicados no edital. Estes dispositivos permitem conceituar fato de julgamento como o elemento que define objetivamente a vantagem pretendida pela administração em razão da qual os proponentes deverão formular suas ofertas. **Página 30**

Tempo de impugnar

Se o concorrente não impugnou o edital na fase de convocação dos interessados, ele não tem legitimidade para pleitear a sua anulação, depois de entregues os envelopes. Hely Lopes Meirelles mostra em parecer que há um tempo certo para impugnar uma concorrência. **Página 32**

O exame de editais

Dois anos depois da Deliberação 87 do TCMRJ, que dispõe sobre exame de editais, a Secretaria de Controle Externo avalia as principais e mais freqüentes falhas detectadas na elaboração dos editais. Estas falhas têm sido aos poucos sanadas em virtude das constantes recomendações e da adoção de medidas enérgicas por parte do Tribunal. **Página 38**

Tramitação coordenada

Dada a urgência exigida nos prazos de tramitação dos editais, seu percurso no Tribunal tem que ser dinâmico e coordenado. O controle da tramitação favorece ainda a coerência nos julgamentos, possibilitando assim a formação da memória das decisões e da jurisprudência da Corte de Contas. **Página 41**

25 questões sobre edital

Quem elabora o edital? Quem responde pelos seus erros ? É legal o critério de desempate por maior capital ? É lícita a subcontratação de obras? Essas e outras perguntas de ordem prática são respondidas de forma objetiva, à luz do Decreto-lei 2.300. **Página 44**

ENTREVISTA

Contabilidade e contribuinte

Defendendo a melhoria da informação a respeito do que é feito com o dinheiro do contribuinte, o professor Heraldo da Costa Reis fala sobre o desempenho limitado da contabilidade governamental, propondo, acima de tudo, a sua transparência. **Página 53**

MUNICÍPIO E DEMOCRACIA

A experiência ativa da democracia

A experiência política ateniense, na Antigüidade, recorda o significado da democracia participativa, cujo lugar ideal e moderno é o município. Aqui, as prioridades do bem-estar do homem e de sua família sobrepõem-se às razões de Estado, afirmando-se o sentimento de autonomia e de identidade da população. Ou seja, o centro de poder não emana do partido ou do representante mandatário, mas da comunidade ou do governo local, sob influência direta de uma consciência ativa dos participantes.**Página 56**

Partidos e autonomia municipal

O que pensam os partidos políticos brasileiros sobre o município e a relação entre uma instituição municipal forte e a possibilidade democrática? Que funções políticas e administrativas seus programas reservam ao governo local e sua importância para a vida nacional? Embora todos firmem compromisso com a democracia, poucos associam o processo democrático ao fortalecimento do município. É o que revela um estudo feito por pesquisador do Ibam. **Página 59**

O governo metropolitano

No século passado surgiu um instituto destinado a promover o controle do uso do solo nas cidades metropolitanas e organizar a prestação dos serviços públicos locais. O governo metropolitano, com funções administrativas bem delimitadas, não se sobrepõe ao governo local; ao contrário, ambos coexistem harmoniosamente no mesmo território. Tal idéia foi entretanto bombardeada, e o governo metropolitano chega ao fim da linha, deixando para raras cidades brasileiras os frutos de uma experiência bem sucedida. **Página 68**

A reforma fiscal

Se a reforma tributária de 1988 beneficiou os municípios, cuja participação no total de recursos tributários saltou de 18,3% em 87 para 23% em 91, a reforma fiscal prevista para 1992 pode afetar as finanças municipais, tanto pelo lado da despesa como da receita. A intenção do governo federal segundo o Secretário Especial do Ministério da Economia, Roberto Macedo, é que os municípios empreguem da melhor forma os recursos e controlem os gastos com pessoal. **Página 71**

Que reforma?

O novo projeto de reforma fiscal adotou o velho princípio de ajustar a receita à programação da política estatal financeira, transformando o tributo mais do que nunca numa prestação pecuniária compulsória capaz de atender às despesas orçamentárias. É o retorno ao centralismo arrecadador que reduz o município ao papel de mero expectador. **Página 73**

Rio perde no repasse do ICMS

Quase 70% da arrecadação do ICMS do Estado são feitos no Município do Rio que, desde a sua fundação até 1990, vinha mantendo um índice de participação no imposto de 58% a 68%. Em 91 este índice cai para 43% ; em 1992, para 41%. As perdas do Município com a alteração da legislação estadual em 1990 ultrapassam até agora a quantia de US$ 200 milhões de dólares e esta situação reflete distorções graves que precisam ser sanadas. **Página 76**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

A nova Lei Orgânica

A nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União apresenta aperfeiçoamentos indiscutíveis, definindo adequadamente os institutos e disciplinando a atuação interna *corporis* do Tribunal e a remissão apropriada dos direitos e prerrogativas dos seus componentes. Entre outras coisas, a Lei Orgânica inaugura pesadas sanções pecuniárias, poderes para o controle das licitações e a possibilidade de arrestar os bens dos responsáveis pela administração direta. Foram vetados sete dispositivos, vetos quase todos necessários e polêmicos. **Página 98**

Parecer vira relatório

O Tribunal de Contas da União, ao apreciar as contas do governo federal relativas ao ano de 1991, rompeu com mandamento constitucional, transmudando em simples relatório o parecer prévio ao julgamento pelo Legislativo. As razões desse procedimento foram analisadas pelo Ministro-Relator na introdução do relatório. **Página 104**

TCMRJ - Votos

Parecer sobre as contas do Prefeito.Exercício/91.**Página 112**
Hipoteca é garantia de contrato? **Página 134**
Sobrestação de reajuste de contrato. **Página 138**
Direito de funcionário à disposição. **Página 139**
O que exigir do Técnico de Controle Externo. **Página 141**
Para levar gratificação na aposentadoria. **Página 142**
Contratação urgente. **Página 145**
O Tribunal e os novos técnicos. **Página 146**

Nota: Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos seus autores

REVUE FRANÇAISE DE FINANCES PUBLIQUES

N° 39 1992

Prévision et pluriannualité budgétaire

L·G·D·J

SOMMAIRE
N° 39 - 1992

Éditorial, par Michel **Bouvier** 3

• PRÉVISION ET PLURIANNUALITÉ BUDGÉTAIRE

Avant-propos, par Pierre **Joxe** 5

LA PLURIANNUALITÉ EN QUESTION

Les problèmes posés par la pluriannualité budgétaire, par Laurent **Rabaté** et Pierre **Grapin** 12

Prévision et programmation pluriannuelle dans un contexte d'incertitude, par Michel **Bouvier** 16

La programmation des dépenses militaires, par Jean-Pierre **Guillard** 29

L'évolution des instruments traditionnels de la pluriannualité : la gestion des autorisations de programme et le problème des reports de crédits, par François **Logerot** . 33

Quelle pluriannualité ? par Robert **Fraisse** 38

LES TECHNIQUES DE LA PLURIANNUALITÉ

Programmes, pluriannualité et procédure budgétaire dans les pays de l'OCDE, par Sylvie **Trosa** 42

La pluriannualité dans trois budgets militaires étrangers : États-Unis, Grande-Bretagne, Allemagne, par Bernard **Lion** 47

Les techniques de pluriannualité budgétaire en France, par Jean-Luc **Pain** 53

La contractualisation interne dans une grande entreprise privée, par Yann **Delabrière** 70

La contractualisation : le cas de la SNCF, par Pierre **Lubeck** 75

Dans le contexte actuel, une loi de programmation militaire se justifie-t-elle encore ? par Jean-Paul **Gillybœuf** 82

Responsabilisation et contractualisation, par Serge **Vallemont** 86

Quelles solutions techniques, par Gabriel **Montagnier** 90

QUELLES NOUVELLES RÈGLES DU JEU

Renouveler les règles du jeu, par Michel **May** 94

Quelles règles du jeu seraient concevables en France aujourd'hui, par Isabelle **Bouillot** 96

Du bon usage de la pluriannualité, par Bernard **Cieutat** 100

La pluriannualité et la décision budgétaire : de nouvelles règles du jeu, par Michel **Paul** 107

L'intérêt de la pluriannualité, par François **Roussely** 114

CONCLUSION

Pluriannualité et procédures budgétaires de l'État, par Christian **Join-Lambert** 117

• ÉTUDE

Le Conseil d'État, juge de cassation des décisions de la Cour des comptes, par Gilbert **Orsoni** 122

• CHRONIQUE DE COMPTABILITÉ PUBLIQUE

Législation et réglementation, par Danièle **Lamarque** 166

Jurisprudence, par Jacques **Magnet** et Monique **Saliou** 169

• CHRONIQUE BUDGÉTAIRE

L'exécution de la loi de finances pour 1990, par Gilbert **Orsoni** 180

L'alignement de la procédure de vote de la loi de finances rectificative sur celle de la loi de finance initiale, par Jean-Pierre **Camby** 193

• CHRONIQUE BIBLIOGRAPHIQUE

I. – Comptes rendus d'ouvrages, par Pierre **Beltrame**, Gilbert **Orsoni**, Luc **Saïdj** ... 204

II. – Vient de paraître 211

III. – Annonce de colloque 214

REVUE FRANÇAISE DE FINANCES PUBLIQUES

N° 40 1992

Transparence et finances publiques

L·G·D·J

Transparence et finances publiques

SOMMAIRE
N° 40 - 1992

Éditorial, par Michel **Bouvier** 3

• TRANSPARENCE ET FINANCES PUBLIQUES

La structure des lois de finances, par Hervé **Message** 7

La comptabilité patrimoniale de l'État : une image fidèle ? par Emmanuel **Glimet** 48

TVA : produit apparent et produit réel, par Jean-Yves **Nizet** 67

Marchés publics et transparence, par André **Terrazzoni** 88

Quelques difficultés d'interprétation des données sur le secteur public, par Gérard **Bélanger** 100

Comment améliorer la transparence financière des comptes des collectivités locales, par Isabelle **de Kerviler** 113

Collectivités locales et marchés publics : nouvelles réalités, par Marie-Françoise **Lemaître** 124

Communautés européennes : éléments de transparence budgétaire, par Gilbert **Orsoni** 131

Les métamorphoses du budget général des Communautés européennes : effets sur sa transparence, par Daniel **Strasser** 150

• ÉTUDES

Les juridictions financières françaises, les institutions européennes de contrôle de l'État de droit, par Dominique **Malegat-Mély** 165

Le juge de l'impôt et les garanties du contribuable, par Jacques **Bruron** ... 175

• CHRONIQUE FISCALE

A propos des vices de procédure en droit fiscal, par Gérard **Tournié** 193

La convention fiscale algéro-française, par Pierre-Alain **Gourion** 210

• CHRONIQUE BIBLIOGRAPHIQUE

I. – Comptes rendus d'ouvrages, par Bernard **Plagnet,** Gilbert **Orsoni** et Gabriel **Montagnier** 217

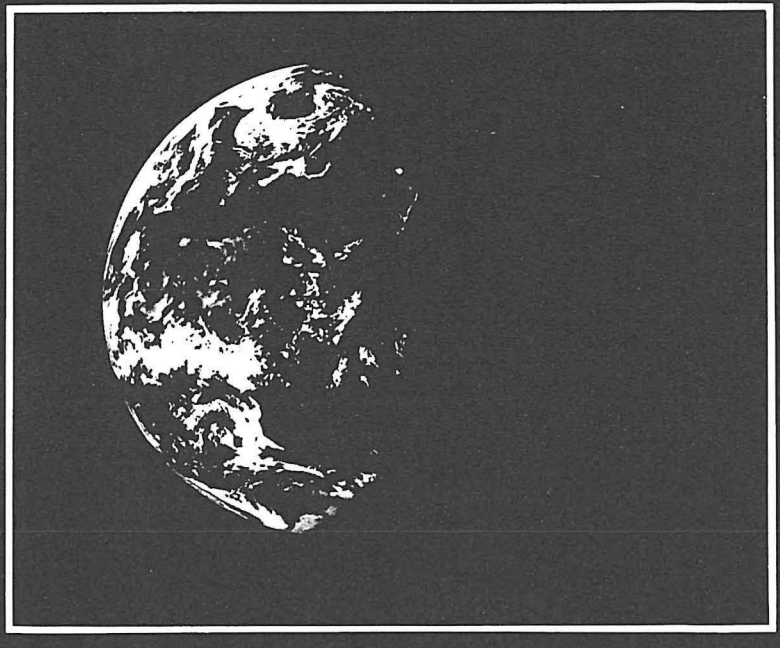
II. – Vient de paraître 223

III. – Annonce de colloque 226

IV. – Journée d'information Université – Cour des comptes 227

Revue internationale de la vérification des comptes publics

REVUE TRIMESTRIELLE • OCTOBRE 1991



Revue internationale de la vérification des comptes publics

Revue trimestrielle • octobre 1991
Vol. 18, n° 4

© 1991 International Journal of Government Auditing Inc.

La Revue internationale de la vérification des comptes publics est publiée tous les trimestres (janvier, avril, juillet et octobre) pour le compte de l'INTOSAI (Organisation internationale des Institutions supérieures de contrôle des finances publiques) en allemand, en anglais, en arabe, en espagnol et en français. La **Revue**, organe officiel de l'INTOSAI, vise au perfectionnement des procédés et techniques de vérification des comptes publics. Les opinions et idées émises n'engagent que la rédaction et les auteurs des textes et ne reflètent pas nécessairement les vues ou l'orientation de l'Organisation.

La rédaction invite les intéressés à soumettre des articles, des rapports speciaux ou des faits divers à ses bureaux, aux soins du *U.S. General Accounting Office*, Room 7806, 441 G Street NW Washington, D.C. 20548, U.S.A. (téléphone: (202) 275-4021). La **Revue** sert parfois de document pédagogique, notamment dans les pays en développement. La rédaction accorde donc la préférence aux articles traitant d'aspects pratiques de la vérification des comptes publics. Il peut s'agir d'études de cas, de commentaires sur de nouvelles méthodes de vérification. Les articles traitant surtout d'aspects théoriques ou de techniques très poussées (p.ex., l'utilisation de la modélisation en vérification) ne conviennent guère.

La **Revue** est distribuée aux directeurs de toutes les Institutions supérieures de contrôle des finances publiques de monde qui participent aux activités de l'INTOSAI. Les autres abonnés doivent s'abonner au coût de 5$ US par année. Pour toutes les versions, il faut acheminer correspondance et chèque au bureau administratif de la **Revue** - P.O. Box 50009, Washington, D.C. 20004, U.S.A.

Les articles de la **Revue** sont répertoriés dans l'**Accountants' Index** par l'*American Institute of Certified Public Accountants* et présentés dans la publication **Management Contents.** Des articles choisis figurent également dans les comptes rendus analytiques publiés par les sociétés *Anbar Management Services* de Wembley en Angleterre, et *University Microfilms International*, de Ann Arbour (Michigan) aux É.-U. La version française est rédigée par le Bureau de la traduction du gouvernement du Canada.

Table des matières

1	Éditorial
2	En Bref
5	Deuxième Congrès de la CAROSAI
8	La vérification de la dette publique
11	La vérification des institutions financières
13	Profil - Costa Rica
15	Publications à signaler
16	Dans le cadre de l'INTOSAI

Conseil de rédaction

Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de l'Autriche
L. Denis Desautels, vérificateur général du Canada
Hassine Cherif, premier président, Cour des comptes de la Tunisie
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis
Jose Ramon Medina, contrôleur général du Venezuela

Président, IJGA, Inc.

Peter V. Aliferis (É.-U.)

Rédacteur en chef

Donald R. Drach (É.-U.)

Adjointe au rédacteur en chef

Linda L. Weeks (É.-U.)

Rédacteurs

Hubert Weber (INTOSAI-Autriche)
Mark Hill (Canada)
Egbert Kaltenbach (République fédérale d'Allemagne)
Hisashi Okada (ASOSAI-Japon)
Luseane Sikalu (SPASAI-Tonga)
Sharma Ottley (CAROSAI-Trinité-et-Tobago)
Abderrazak Smaoui (Tunisie)
Diane Reinke (É.-U.)
Susana Gimon de Nevett (Venezuela)

Administration

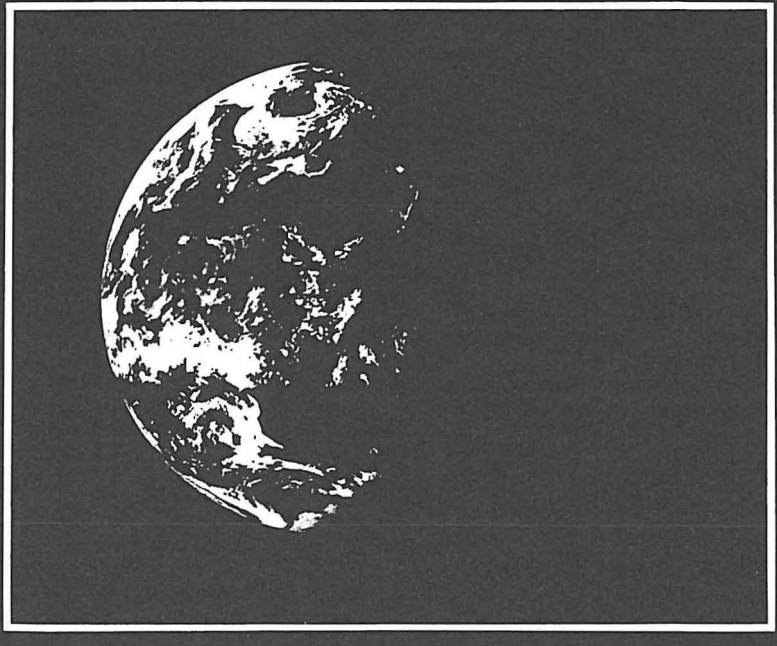
Sebrina Chase (É.-U.)

Membres du Conseil d'administration de l'INTOSAI

Heinz Günter Zavelberg, président de la Cour des comptes de la République fédérale d'allemagne, président
John C. Taylor, vérificateur général de l'Australie, Premier vice-président
Charles A Bowsher, contrôleur général des États-Unis, deuxième vice-président
Tassilo Broesigke, Président de la Cour des comptes de la République d'Autriche, secrétaire général
Elias Soley, contrôleur général de la République du Costa Rica
Esko Niskanen, vérificateur général de la Finlande
Istvan Hagelmayer, président du Bureau de vérificateur d'État de la Hongrie
M. Jusuf, président de la Commission supérieure de contrôle de l'Indonésie
David G. Njoroge, contrôleur et vérificateur général du Kenya
Luz Aurea Saenz, contrôleure générale de la République de Pérou
Eufemio Domingo, Président de la Commission de vérification de la République des Philippines
M. Sulieman Abdalla Haggar, vérificateur général du Soudan
Jocelyn Thompson, vérificatrice générale de Trinité-et-Tobago
Hassine Cherif, premier président de la Cour des comptes de la Tunisie

Revue internationale de la vérification des comptes publics

REVUE TRIMESTRIELLE • JANVIER 1992



Revue internationale de la vérification des comptes publics

Revue trimestrielle • janvier 1992
Vol. 19, n° 1

© *1992 International Journal of Government Auditing Inc.*

La Revue internationale de la vérification des comptes publics est publiée tous les trimestres (janvier, avril, juillet et octobre) pour le compte de l'INTOSAI (Organisation internationale des Institutions supérieures de contrôle des finances publiques) en allemand, en anglais, en arabe, en espagnol et en français. La **Revue**, organe officiel de l'INTOSAI, vise au perfectionnement des procédés et techniques de vérification des comptes publics. Les opinions et idées émises n'engagent que la rédaction et les auteurs des textes et ne reflètent pas nécessairement les vues ou l'orientation de l'Organisation.

La rédaction invite les intéressés à soumettre des articles, des rapports spéciaux ou des faits divers à ses bureaux, aux soins du *U.S. General Accounting Office*, Room 7806, 441 G Street NW, Washington, D.C. 20548, U.S.A. (téléphone : (202) 275-4021). La **Revue** sert parfois de document pédagogique, notamment dans les pays en développement. La rédaction accorde donc la préférence aux articles traitant d'aspects pratiques de la vérification des comptes publics. Il peut s'agir d'études de cas, de commentaires sur de nouvelles méthodes de vérification. Les articles traitant surtout d'aspects théoriques ou de techniques très poussées (p. ex., l'utilisation de la modélisation en vérification) ne conviennent guère.

La **Revue** est distribuée aux directeurs de toutes les Institutions supérieures de contrôle des finances publiques du monde qui participent aux activités de l'INTOSAI. Les autres intéressés doivent s'abonner au coût de 5 $ US par année. Pour toutes les versions, il faut acheminer correspondance et chèque au bureau administratif de la **Revue** - P.O. Box 50009, Washington, D.C. 20004, U.S.A.

Les articles de la **Revue** sont répertoriés dans l'**Accountants' Index** par l'*American Institute of Certified Public Accountants* et présentés dans la publication **Management Contents**. Des articles choisis figurent également dans les comptes rendus analytiques publiés par les sociétés *Anbar Management Services* de Wembley en Angleterre, et *University Microfilms International*, de Ann Arbour (Michigan) aux É.U. La version française est rédigée par le Bureau de la traduction du gouvernement du Canada.

Table des matières

1 Éditorial
2 En bref
7 Le deuxième Congrès de la SPASAI
10 La vérification des ressources humaines
12 L'analyse organisationnelle
13 Séminaire de l'EUROSAI
15 Profil - le Yémen
17 Publications à signaler
19 Dans le cadre de l'INTOSAI
24 Index de 1991

Conseil de rédaction

Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de l'Autriche
L. Denis Desautels, vérificateur général du Canada
Hassine Cherif, premier président, Cour des comptes de la Tunisie
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis
Jose Ramon Medina, contrôleur général du Venezuela

Président, IJGA, Inc.

Peter V. Aliferis (É.-U.)

Rédacteur en chef

Donald R. Drach (É.-U)

Adjointe du rédacteur en chef

Linda L. Weeks (É.-U.)

Rédacteurs

Hubert Weber (INTOSAI-Autriche)
Mark Hill (Canada)
Egbert Kaltenbach (République fédérale d'Allemagne)
Hisashi Okada (ASOSAI-Japon)
Luseane Sikalu (SPASAI-Tonga)
Sharma Ottley (CAROSAI-Trinité-et-Tobago)
Abderrazak Smaoui (Tunisie)
Diane Reinke (É.-U.)
Susana Gimon de Nevett (Venezuela)

Production / Administration

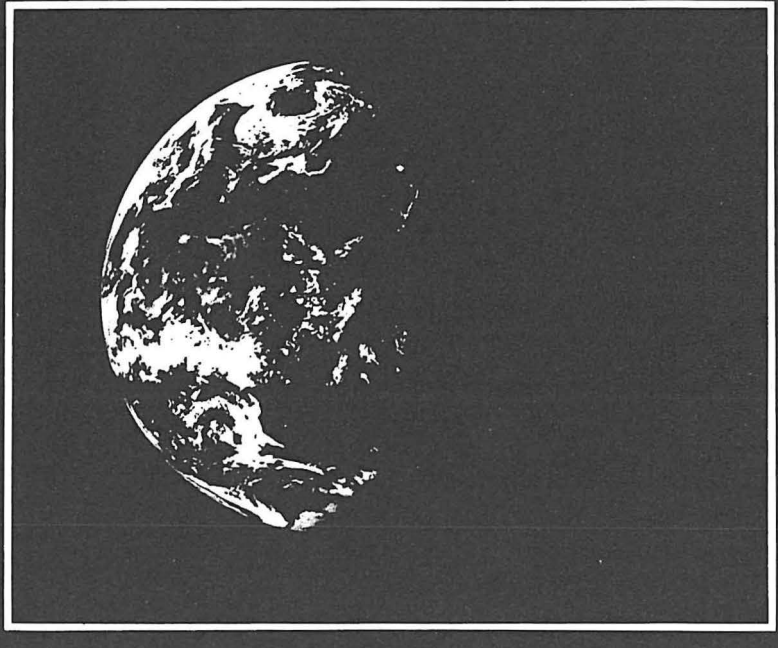
Sebrina Chase (É.-U.)

Membres du Conseil d'administration de l'INTOSAI

Heinz Günter Zavelberg, président de la Cour des comptes de la République fédérale d'Allemagne, président
John C. Taylor, vérificateur général de l'Australie, Premier vice-président
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États-Unis, deuxième vice-président
Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de la République d'Autriche, secrétaire général
Elias Soley, contrôleur général de la République du Costa Rica
Esko Niskanen, vérificateur général de la Finlande
Istvan Hagelmayer, président du Bureau de vérification d'État de la Hongrie
M. Jusuf, président de la Commission supérieure de contrôle de l'Indonésie
David G. Njoroge, contrôleur et vérificateur général du Kenya
Luz Aurea Saenz, contrôleure générale de la République du Pérou
Eufemio Domingo, président de la Commission de vérification de la République des Philippines
M. Sulieman Abdalla Haggar, vérificateur général du Soudan
Jocelyn Thompson, vérificatrice générale de Trinité-et-Tobago
Hassine Cherif, premier président de la Cour des comptes de la Tunisie

Revue internationale de la vérification des comptes publics

REVUE TRIMESTRIELLE • AVRIL 1992



Revue internationale de la vérification des comptes publics

Revue trimestrielle • avril 1992
Vol. 19, n° 2

© *1992 International Journal of Government Auditing Inc.*

La Revue internationale de la vérification des comptes publics est publiée tous les trimestres (janvier, avril, juillet et octobre) pour le compte de l'INTOSAI (Organisation internationale des Institutions supérieures de contrôle des finances publiques) en allemand, en anglais, en arabe, en espagnol et en français. La **Revue**, organe officiel de l'INTOSAI, vise au perfectionnement des procédés et techniques de vérification des comptes publics. Les opinions et idées émises n'engagent que la rédaction et les auteurs des textes et ne reflètent pas nécessairement les vues ou l'orientation de l'Organisation.

La rédaction invite les intéressés à soumettre des articles, des rapports spéciaux ou des faits divers à ses bureaux, aux soins du *U.S. General Accounting Office*, Room 7806, 441 G Street NW, Washington, D.C. 20548, U.S.A. (téléphone : (202) 275–4707, télécopieur : (202) 275–4021).

La **Revue** sert parfois de document pédagogique. La rédaction accorde donc la préférence aux articles traitant d'aspects pratiques de la vérification des comptes publics. Il peut s'agir d'études de cas, de commentaires sur de nouvelles méthodes de vérification ou de descriptions de programmes de formation en vérification. Les articles traitant surtout d'aspects théoriques ne conviennent guère.

La **Revue** est distribuée aux directeurs de toutes les Institutions supérieures de contrôle des finances publiques du monde qui participent aux activités de l'INTOSAI. Les autres intéressés doivent s'abonner au coût de 5 $ US par année. Pour toutes les versions, il faut acheminer correspondance et chèques au bureau administratif de la **Revue** – P.O. Box 50009, Washington, D.C. 20004, U.S.A.

Les articles de la **Revue** sont répertoriés dans l'**Accountants' Index** par l'American Institute of Certified Public Accountants et présentés dans la publication **Management Contents**. Des articles choisis figurent également dans les comptes rendus analytiques publiés par les sociétés Anbar Management Services, de Wembley en Angleterre, et University Microfilms International, de Ann Arbour (Michigan) aux É.-U. La version française est rédigée par le Bureau de la traduction du gouvernement du Canada.

Table des matières

1 **Editorial**
2 **En bref**
4 **Vérification des sociétés d'État**
6 **Vérification concertée de la défense**
8 **Vérification des sociétés parapubliques de Tanzanie**
12 **Profil – le Pakistan**
14 **Publications à signaler**
15 **Dans le cadre de l'INTOSAI**

Conseil de rédaction
Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de l'Autriche
L. Denis Desautels, vérificateur général du Canada
Hassine Cherif, premier président, Cour des comptes de la Tunisie
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États–Unis
Jose Ramon Medina, contrôleur général du Vénézuela

Président, IJGA, Inc.
Peter V. Aliferis (É.–U.)

Rédacteur en chef
Donald R. Drach (É.–U.)

Adjointe du rédacteur en chef
Linda L. Weeks (É.–U.)

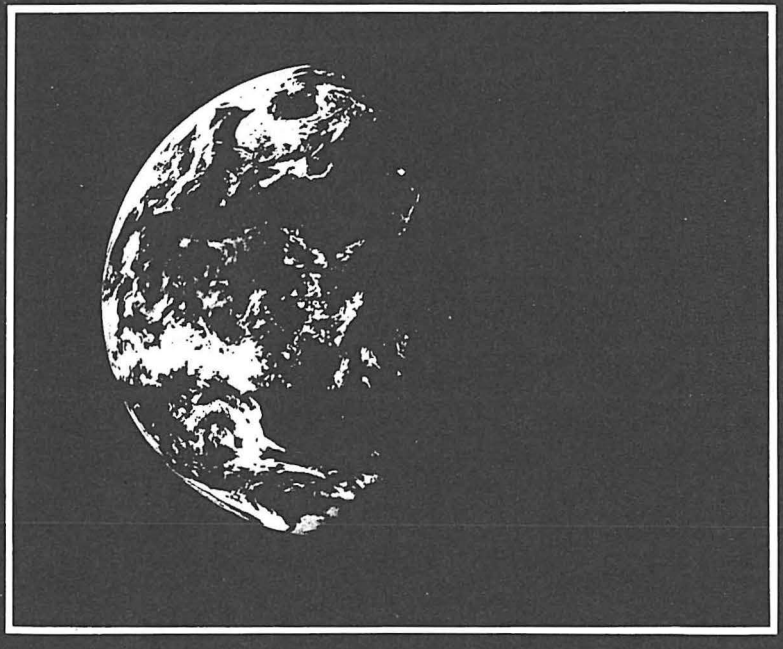
Rédacteurs
Hubert Weber (INTOSAI–Autriche)
Mark Hill (Canada)
Egbert Kaltenbach (République fédérale d'Allemagne)
Hisashi Okada (ASOSAI–Japon)
Luseane Sikalu (SPASAI–Tonga)
Sharma Ottley (CAROSAI–Trinité–et–Tobago)
Abderrazak Smaoui (Tunisie)
Diane Reinke (É.–U.)
Susana Gimon de Nevett (Vénézuela)

Production / Administration
Sebrina Chase (É.–U.)

Membres du Comité directeur de l'INTOSAI
Heinz Günter Zavelberg, président de la Cour des comptes de la République fédérale d'Allemagne, président
John C. Taylor, vérificateur général de l'Australie, premier vice–président
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États–Unis, deuxième vice–président
Tassilo Broesigke, président de la Cour des comptes de la République d'Autriche, secrétaire général
Elias Soley, contrôleur général de la République du Costa Rica
Tapio Leskinen, vérificateur général, Finlande
Istvan Hagelmayer, président du Bureau de vérification d'État de la Hongrie
M. Jusuf, président de la Commission supérieure de contrôle de l'Indonésie
David G. Njoroge, contrôleur et vérificateur général du Kenya
Luz Aurea Saenz, contrôleure générale de la République du Pérou
Eufemio Domingo, président de la Commission de vérification de la République des Philippines
M. Sulieman Abdalla Haggar, vérificateur général du Soudan
Jocelyn Thompson, vérificatrice générale de Trinité–et–Tobago
Hassine Cherif, premier président de la Cour des comptes de la Tunisie

Revue internationale de la vérification des comptes publics

REVUE TRIMESTRIELLE • OCTOBRE 1992



de la vérification des comptes publics

Revue trimestrielle • octobre 1992
Vol. 19, nº 4

© *1992 International Journal of Government Auditing Inc.*

La Revue internationale de la vérification des comptes publics est publiée tous les trimestres (janvier, avril, juillet et octobre) pour le compte de l'INTOSAI (Organisation internationale des Institutions supérieures de contrôle des finances publiques) en allemand, en anglais, en arabe, en espagnol et en français. **La Revue**, organe officiel de l'INTOSAI, vise au perfectionnement des procédés et techniques de vérification des comptes publics. Les opinions et idées émises n'engagent que la rédaction et les auteurs des textes et ne reflètent pas nécessairement les vues ou l'orientation de l'Organisation.

La rédaction invite les intéressés à soumettre des articles, des rapports spéciaux ou des faits divers à ses bureaux, aux soins du U.S. General Accounting Office, Room 7806, 441 G Street NW, Washington, D.C. 20548, U.S.A. (téléphone : (202) 275–4707, télécopieur : (202) 275–4021).

La **Revue** sert parfois de document pédagogique. La rédaction accorde donc la préférence aux articles traitant d'aspects pratiques de la vérification des comptes publics. Il peut s'agir d'études de cas, de commentaires sur de nouvelles méthodes de vérification ou de descriptions de programmes de formation en vérification. Les articles traitant surtout d'aspects théoriques ne conviennent guère.

La **Revue** est distribuée aux directeurs de toutes les Institutions supérieures de contrôle des finances publiques du monde qui participent aux activités de l'INTOSAI. Les autres intéressés doivent s'abonner au coût de 5 $ US par année. Pour toutes les versions, il faut acheminer correspondance et chèques au bureau administratif de la **Revue** – P.O. Box 50009, Washington, D.C. 20004, U.S.A.

Les articles de la **Revue** sont répertoriés dans l'**Accountants' Index** par l'American Institute of Certified Public Accountants et présentés dans la publication **Management Contents**. Des articles choisis figurent également dans les comptes rendus analytiques publiés par les sociétés Anbar Management Services, de Wembley en Angleterre, et University Microfilms International, de Ann Arbor (Michigan) aux É.–U. La version française est préparée par le Bureau de la traduction du gouvernement du Canada.

Table des matières

1 Éditorial
3 En bref
21 Quatrième assemblée de l'ARABOSAI
24 Berlin et Washington
26 Publications à signaler
28 Dans le cadre de l'INTOSAI

Conseil de rédaction

Franz Fiedler, président de la Cour des comptes de l'Autriche
L. Denis Desautels, vérificateur général du Canada
Hassine Cherif, premier président, Cour des comptes de la Tunisie
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États–Unis
Jose Ramon Medina, contrôleur général du Venezuela

Président, IJGA, Inc.

Peter V. Aliferis (É.–U.)

Rédacteur en chef

Donald R. Drach (É.–U.)

Adjointe du rédacteur en chef

Linda L. Weeks (É.–U.)

Rédacteurs

Hubert Weber (INTOSAI–Autriche)
Mark Hill (Canada)
Egbert Kaltenbach (République fédérale d'Allemagne)
Hisashi Okada (ASOSAI–Japon)
Luseane Sikalu (SPASAI–Tonga)
Sharma Otley (CAROSAI–Trinité–et–Tobago)
Abderrazak Smaoui (Tunisie)
Diane Reinke (É.–U.)
Susana Gimon de Nevett (Venezuela)

Production / Administration

Sebrina Chase (É.–U.)

Membres du Comité directeur de l'INTOSAI

Heinz Günter Zavelberg, président de la Cour des comptes de la République fédérale d'Allemagne, président
John C. Taylor, vérificateur général de l'Australie, premier vice–président
Charles A. Bowsher, contrôleur général des États–Unis, deuxième vice–président
Franz Fiedler, président de la Cour des comptes de la République d'Autriche, secrétaire général
Samuel Hidalgo, contrôleur général de la République du Costa Rica
Tapio Leskinen, vérificateur général de Finlande
Istvan Hagelmayer, président du Bureau de vérification d'État de Hongrie
M. Jusuf, président de la Commission supérieure de contrôle de l'Indonésie
David G. Njoroge, contrôleur et vérificateur général du Kenya
Maria Herminia Drago Correa, contrôleure générale de la République du Pérou
Eufemio Domingo, président de la Commission de vérification de la République des Philippines
Abu Bakr Abdalla Marin, vérificateur général du Soudan
Jocelyn Thompson, vérificatrice générale de Trinité–et–Tobago
Hassine Cherif, premier président de la Cour des comptes de la Tunisie

CHAMBRE DES REPRÉSENTANTS

SESSION EXTRAORDINAIRE 1991-1992

149e CAHIER

DE LA

COUR DES COMPTES

OBSERVATIONS ET DOCUMENTS SOUMIS AUX CHAMBRES LÉGISLATIVES

FASCICULE Ier

KAMER VAN VOLKSVERTEGENWOORDIGERS

BUITENGEWONE ZITTING 1991-1992

149e BOEK

VAN HET

REKENHOF

OPMERKINGEN EN DOCUMENTEN AAN DE WETGEVENDE KAMERS VOORGELEGD

DEEL I

629

Table des matières du fascicule Ier

Pages

Avant-propos 16

Introduction.

Une nouvelle mission pour la Cour des comptes : le contrôle de gestion 20

Relations extérieures 38

Distinction honorifique 38

I. — *Comptabilité générale.*

1. L'examen des budgets durant l'année budgétaire 1991 40

2. Les crédits provisoires ouverts pour l'année 1992 42

3. Compte général de l'Etat. — Années 1986 à 1990 44

4. Préfiguration de l'exécution du budget de l'Etat de 1991 48

5. Evolution de la législation en matière de comptabilité publique 54

6. Délibérations du Conseil des ministres autorisant des dépenses nouvelles ou des dépenses au-delà des crédits budgétaires 60

7. Contribution à l'étude des accroissements indirects de la dette publique 66

II. — *Mission juridictionnelle* 98

III. — *Visa avec réserve* 100

IV. — *Affaires sociales.*

1. Allocations aux handicapés.

— Application de la loi du 27 février 1987 et de l'arrêté royal du 6 juillet 1987 116



THE

AUDIT OFFICE

REPORT ON

THE AUDIT OF THE CROWN AND GOVERNMENT DEPARTMENTS

FOR THE YEAR ENDED 30 JUNE 1992

CONTENTS

	Page
Introduction	6
Part I—Matters of General Interest	7
Cost Allocation Systems	7
Monitoring and Control of Payments on Behalf of the Crown	14
Prepayment for Goods and Services	21
Capital Charge and Interest Regime	23
Assistance for Overseas Study	26
Leave Accrual	27
Operating and Finance Leases	30
Part II—Matters of Specific Interest	32
Ministry of External Relations and Trade—*New Zealand House*, London	32
Ministry of Forestry—Indigenous Forest Adjustment Assistance	35
Department of Internal Affairs—Museum of New Zealand Te Papa Tongarewa	39
Department of Justice—Crown Charges for Legal Aid	44
—Hotel Investment Account	46
Department of Social Welfare—Capital Subsidies	47
Establishment of Crown Research Institutes	48
Part III—Analysis and Comment on the Financial Statements of the Government	50
Introduction	50
Operating Statement	51
Revenue	51
Expenditure	56
Operating Balance	59
Statement of Financial Position	60
Physical Assets	60
Investments	64
Public Debt	67
Pension Liabilities	74
Crown Balance	77
Other Statements	78
Cash Flows	78
Commitments	79
Contingent Liabilities	81
General Comments	83
Development of the Crown's Consolidated Financial Statements	83
Part IV—Matters of General Public Sector Interest	88
Contingency Planning for Computerised Information Systems	88
Appendix	
Government and Reserve Bank Consolidated Debt	94

FIGURES

		Page
1.	Examples of Purposes of POBOCs	15
2.	Results of POBOC Review	16
3.	POBOC Monitoring Procedures	17
4.	Effect on Costs of Accruing Leave	28
5.	Museum of New Zealand Te Papa Tongarewa—Project Milestones up to 1 July 1992	40
6.	Sources of Revenue 1991–92	52
7.	Comparative Analysis of Direct Taxation Receipts	53
8.	Investments and Returns 1991–92	54
9.	Sources of Crown Revenue	55
10.	Expenditure Trends	56
11.	Unappropriated Costs and Expenditure	58
12.	The Crown's Investment in the New Zealand Forestry Corporation Group: June 1991 to June 1992	65
13.	Movements in Central Government Debt 1991–92	68
14.	Changes in Central Government Debt 1983–1992	69
15.	Movements in Central Government Debt and Servicing Costs 1988–1992	70
16.	Median Age of Debt Maturity	71
17.	Debt Maturity Profile	72
18.	Government and Reserve Bank Consolidated Debt	73
19.	Statement of Commitments 1990 to 1992	80
20.	Steps in the Development of Crown Accrual Financial Statements	85
21.	Comparison of Contingency Planning in Government Departments	90

ANNUAL REPORT 1990

AUDITOR-GENERAL
OF THE
REPUBLIC OF CYPRUS

TABLE OF CONTENTS

		Page
PART 1	INTRODUCTION	9
PART 2	PERFORMANCE AUDIT	10
PART 3	AUDIT OBSERVATIONS	18
3.1	General Audit Observations	18
3.2	Independent Services	19
3.3	Judicial	19
3.4	Educational Service Commission	20
3.5	Central Bank of Cyprus	20
3.6	Law Office	21
3.7	Ministries and Departments	21
3.8	Ministry of Defence	21
3.9	National Guard	21
3.10	Ministry of Agriculture and Natural Resources	23
3.11	Agricultural Research Institute	24
3.12	Department of Water Development	24
3.13	Department of Geological Survey	29
3.14	Department of Agriculture	29
3.15	Department of Veterinary Services	29
3.16	Department of Land Consolidation	30
3.17	Department of Fisheries	30
3.18	Ministry of Justice	30
3.19	Public Records Office	30
3.20	Fund for Assisting Persons who Suffered Losses	31
3.21	Relief Fund for Affected Persons	31
3.22	Ministry of Commerce and Industry	31
3.23	Department of Registrar of Companies and Official Receiver	33
3.24	Department of Mines	33
3.25	Cyprus Handicraft Service	33
3.26	"Philoxenia" Model Hotel	34
3.27	International Conference Centre	34
3.28	Ministry of Labour and Social Insurance	34
3.29	Social Insurance Fund	34
3.30	Central Holidays with Pay Fund	35
3.31	Redundancy Fund	36
3.32	Hotel and Catering Institute	36
3.33	Welfare Services	36
3.34	Cyprus Productivity Centre	37

		page
3.35	Ministry of Interior	37
3.36	District Administrations	37
3.37	Nicosia	38
3.38	Limassol	39
3.39	Famagusta	40
3.40	Larnaca	40
3.41	Paphos	41
3.42	Police	41
3.43	Department of Lands and Surveys	41
3.44	Department of Town Planning and Housing	42
3.45	Press and Information Office	43
3.46	Service for the Protection and Administration of Turkish Cypriot Properties	44
3.47	Service for the Care and Rehabilitation of Displaced Persons	45
3.48	Migration Office	45
3.49	Ministry of Foreign Affairs	46
3.50	Ministry of Finance	47
3.51	Treasury	47
3.52	Relief Fund for Displaced and Affected Persons	48
3.53	Department of Government Purchasing and Supply	48
3.54	Department of Inland Revenue	49
3.55	Department of Customs and Excise	52
3.56	Fund for Travelling Expenses of Invalid Persons	56
3.57	Ministry of Education	56
3.58	Education "A" Fund	58
3.59	School Committees	59
3.60	Nicosia	60
3.61	Larnaca	61
3.62	Paphos	61
3.63	Strovolos	61
3.64	Paralimni	61
3.65	Ministry of Communications and Works	62
3.66	Department of Antiquities	62
3.67	Department of Public Works	62
3.68	Department of Merchant Shipping	69
3.69	Department of Electrical and Mechanical Services	69
3.70	Department of Road Transport	70
3.71	Department of Civil Aviation	74
3.72	Ministry of Health	76
3.73	Medical and Public Health Services	76
3.74	Mental Health Services	81
3.75	Dental Services	81
3.76	Pharmaceutical Services	81
3.77	Government Industrial Personnel Medical and Welfare Treatment Scheme	82

		page
3.78	Local Authorities	82
3.79	Municipalities - General Observations	82
3.80	Nicosia Municipality	83
3.81	Limassol Municipality	84
3.82	Larnaca Municipality	85
3.83	Paphos Municipality	86
3.84	Latsia Municipality	88
3.85	Paralimni Municipality	88
3.86	Improvement Boards - General	88
3.87	Improvement Board Ayia Napa	90
3.88	Quasi - Government Bodies and other Organisations	90
3.89	Industrial Training Authority	90
3.90	Electricity Authority of Cyprus	91
3.91	State Fairs Authority	96
3.92	Cyprus Ports Authority	97
3.93	Cyprus Telecommunications Authority	101
3.94	Cyprus Grain Commission	104
3.95	Nicosia Water Commission	106
3.96	Cyprus Theatrical Organisation	106
3.97	Cyprus Sports Organisation	107
3.98	Cyprus Land Development Corporation	108
3.99	Cyprus Tourism Organisation	109
3.100	Agricultural Insurance Organisation	111
3.101	Cyprus Dairy Industry Organisation	112
3.102	Cyprus Potatoes Marketing Board	113
3.103	Housing Finance Corporation	115
3.104	Cyprus Broadcasting Corporation	116
3.105	Vine Products Commission	118
3.106	Nicosia Sewerage Board	120
3.107	Cyprus Olive Products Marketing Board	121
3.108	Central Slaughter House Board	122
3.109	Water Boards - General	123
3.110	Nicosia Water Board	123
3.111	Limassol Water Board	125
3.112	Famagusta Water Board	126
3.113	Larnaca Water Board	127
3.114	Public Loans Fund	128
3.115	Advocates Pensions Fund	129
3.116	Fund for the Erection of Cyprus Museum	129
3.117	Cyprus Children's Fund Committee	129
3.118	Council for the Registration and Control of Contractors for Building and Technical Works	130
3.119	Christos Steliou Ioannou Foundation	130
3.120	Cyprus News Agency	130

page

PART 4 STATE BUDGETS AND FINAL ACCOUNTS 131
4.1 Approval of Budgets 131
4.2 Ordinary Budget 131
4.3 Development Budget 134
4.4 Budget of Relief Fund for Displaced and Affected Persons 134
4.5 General 136
4.6 Final Accounts 136
4.7 Assets 138
4.8 Liabilities 140

PART 5 AUDIT OFFICE OF THE REPUBLIC - ORGANISATION AND PROGRAMMING 143

PART 6 APPENDICES 147
APPENDIX I - Budgetary Results 147
APPENDIX II - Arrears of Revenue as at 31st December 1990 153
APPENDIX III - Table of permanent posts (Ordinary and Development Budgets) 155



NATIONAL
AUDIT
OFFICE

ANNUAL REPORT

1992

CONTENTS

Foreword
— 3 —

Role and Objectives
——— 4 ———

Financial Audit
——— 6 ———

Value for Money Audit
——— 10 ———

The Audit of
Estate Management
——— 13 ———

Use of Resources
——— 18 ———

Account 1991-92
——— 20 ———

Value for Money
Reports 1991-92
——— 26 ———



1991

Annual Report of the Comptroller and Auditor General

and

Appropriation Accounts

(Presented pursuant to Section 7 of the Comptroller and Auditor General Act, 1923 (No. 1 of 1923))

TABLE OF CONTENTS

Page

Report of the Comptroller and Auditor General

- Accounts of the Public Service 3
- Project Audits 73
- Summary 110
- Analysis, under Votes, of the Report of the Comptroller and Auditor General 112

Appropriation Accounts 113

Index 301

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

The Administration of Legal Aid in England and Wales

LONDON HMSO
90

8 July 1992
£9.10 NET

Contents

	Page
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	9
Part 2: Forecasting and monitoring expenditure	14
Part 3: Controlling legal aid expenditure	17
Part 4: Fraud and abuse	24
Part 5: Expenditure on administration	26
Part 6: Quality of service provided to clients	29
Part 7: Quality of service provided to legal aid practitioners	38

Appendices

A	Public Accounts Committee Session 1985–86 provision of legal aid in England and Wales: Summary of main conclusions and recommendations and Treasury Minute response dated 22 October 1986.	41
B	Summary of organisations involved in legal aid procedures	43
C	Appropriation Accounts (Volume 7: Classes IX and X); 1990–91 Report of the Comptroller and Auditor General	44
D	Survey of civil legal aid clients	47

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Protecting and Managing England's Heritage Property

LONDON: HMSO
132

22 July 1992
£8.75 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	4
Part 2: Identifying, recording and protecting properties	7
Part 3: Grants and other help for heritage properties	17
Part 4: Maintaining property in care	25
Part 5: Managing and presenting property in care	33
Appendices	
1 Independent voluntary and private organisations who provided evidence to the National Audit Office	50
2 Listing criteria and responsibilities	51
3 Studies on computerising the statutory lists	52
4 Aims and objectives for presenting property in care	53
List of figures, tables and photographs	54

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Ministry of Defence: Competition in the Provision of Support Services

LONDON: HMSO
133

24 July 1992
£7.25 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	8
Part 2: Progress in applying competition to the provision of support services	11
Part 3: Maximising the benefits of competition	19
Part 4: Monitoring the performance of contractors	23

Appendices

1. Examples of services provided wholly or in part by contractors	27
2. Locations visited by the National Audit Office at which activities had been market tested	29
3. Market testing proposals: 1991–92 to 1993–94	30
4. Progress in mandatory areas	32
5. Use of the private sector in the provision of training	34

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

NHS Accident & Emergency Departments in England

LONDON: HMSO
158

5 August 1992
£7.15 NET

Contents

	Page
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	4
Part 2: Management and organisation of Accident & Emergency departments	6
Part 3: Planning and strategic issues	17
Appendices	
1. Developments in Accident & Emergency services since the 1960s	25
2. Accident & Emergency departments, health authorities and professional organisations consulted; bibliography	27
3. Primary care research project	29
4. Planning for hospital Accident & Emergency services	30
5. Performance and quality indicators for Accident & Emergency services	32
Glossary of terms	34

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

NHS Accident & Emergency Departments in Scotland

LONDON: HMSO
159

5 August 1992
£7.15 NET

Contents

	Page
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	4
Part 2: Planning and strategic issues	7
Part 3: Management and organisation of Accident & Emergency departments	13
Appendices	
1. Accident & Emergency departments, health boards and professional organisations consulted; bibliography	22
2. Reorganisation of Accident & Emergency services in Edinburgh	23
3. Features of reviews of Accident & Emergency services	25
4. Performance and quality indicators for Accident & Emergency services	28
Glossary of terms	30

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Civilianisation of Police Posts in the Royal Ulster Constabulary

LONDON : HMSO
160

7 August 1992
£5.35 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	5
Part 2: Setting objectives and targets	8
Part 3: Manpower requirements	11
Part 4: Progress, achievements and potential benefits	14
Part 5: Recruitment and management of civilian staff	18

NATIONAL AUDIT OFFICE

REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

HM Customs and Excise: Countering VAT Avoidance

LONDON: HMSO
196

23 October 1992
£7.10 NET

Contents

	Page
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	6
Part 2: Identifying and evaluating avoidance	10
Part 3: Countering avoidance	19

Appendices

A. The Taxpayer's Charter	26
B. Representative bodies involved with VAT or similar tax systems with whom the National Audit Office had discussions	27
C. Examples of Avoidance Schemes	28

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Department of Transport: Contracting for Roads

LONDON: HMSO
226

4 November 1992
£7.90 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	6
Part 2: Competition for contracts	9
Part 3: Controlling costs of contracts	14
Part 4: New developments	26
Appendices	
1. National Audit Office sample of schemes reviewed	30
2. Contractors consulted by the National Audit Office	31
3. Contacts with professional organisations	32
4. Case histories	33
5. The Institution of Civil Engineers Rules for Professional Conduct	36
Glossary	37

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Ministry of Defence: Use of Simulators in Training

LONDON : HMSO
247

6 November 1992
£7.95 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction and background	8
Part 2: The acquisition of Simulators for the Royal Air Force	10
Part 3: Utilisation of Simulators in the Royal Air Force	15
Part 4: The effectiveness of Simulators used by the Royal Air Force	23
Part 5: The use of Simulators by the Royal Navy and the Army	26

Appendices

1. National Audit Office Case Studies	29
2. Views Expressed by Simulator Manufacturers	37
3. Commissioned Work on Effectiveness	39
4. Examples of Simulators in the Royal Navy and the Army	41

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Ministry of Defence: Sale of Leavesden Airfield to Rolls-Royce plc

LONDON: HMSO
269

18 November 1992
£7.10 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Introduction	5
Part 2: The disposal strategy and the aborted sale	6
Part 3: The actual sale arrangements	10

Appendices

1. Report by Weatherall Green and Smith	15
2. Site map of Leavesden airfield	30

NATIONAL AUDIT OFFICE



REPORT BY THE
COMPTROLLER AND
AUDITOR GENERAL

Nursing Education: Implementation of Project 2000 in England

LONDON : HMSO
291

4 December 1992
£7.85 NET

Contents

	Pages
Summary and conclusions	1
Part 1: Background	7
Part 2: Planning at the national level	10
Part 3: Planning at the local level	15
Part 4: Implementing Project 2000	20
Part 5: Current developments affecting the financing and organisation of Nursing Education	29
Appendices	
1. Health authorities and other National Health Service organisations visited by the National Audit Office	32
2. Organisations and professional bodies consulted by the National Audit Office	34
3. Constitutions of the Project 2000 Steering Group and Implementation Group	35
4. Project 2000 — approved schemes	36
5. Schemes awaiting conversion to Project 2000	40
Bibliography	41

NIAO
NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Sale of Short Brothers plc

Ordered by The House of Commons *to be printed*
14th February 1991

LONDON: HMSO
£7.35 net

665

Table of Contents

		Page	Paragraphs
SUMMARY AND CONCLUSIONS		8	1-7
Part 1:	**Introduction**	12	
	Background	12	1.1-1.3
	Government Financial Assistance to Shorts	12	1.4
	Monitoring of the Company by Government	13	1.5-1.6
	The decision to privatise Shorts	14	1.7-1.8
	Inquiry by the Select Committee on Trade and Industry	14	1.9
	The objectives of the Sale	14	1.10
	Scope of the Northern Ireland Audit Office examination	15	1.11
Part 2:	**Process of Privatisation**	16	
	Appointment of Professional Advisers	16	2.1-2.2
	Restructuring of the company prior to sale and Options for the Sale	16	2.3-2.5
	Identification and Assessment of Potential Buyers	17	2.6-2.14
	Retention of Sales Financing Liabilities by Government	19	2.15-2.19
Part 3:	**Financial and Other Terms of the Sale**	21	
	Financial Terms	21	3.1-3.3
	Undertakings by the Department	21	3.4
	Undertakings by Bombardier	21	3.5
	Valuation of Assets	22	3.6-3.9
	Other Aspects of the Sale	23	3.10
	Shorts' Final Losses	23	3.11
	Capitalised Costs Adjustment	23	3.12-3.14
	General	23	3.15-3.16
Part 4:	**Notification to Parliament and Reference to the European Commission**	25	
	Notification of the Sale to Parliament	25	4.1-4.2
	Reference to the European Commission	25	4.3-4.10
Part 5:	**Achievement of Government's Objectives**	28	5.1-5.6
	Appendix 1 Shorts: Six Year Group Financial Summary	30	
	Appendix 2 Estimated Cost to Government of the Disposal of Shorts—Summary of Touche Ross Costed Options	31	
	Appendix 3 Summary of the Cost to Government of Financial Terms Agreed with Bombardier	32	

NIAO
NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Economy, Efficiency and Effectiveness Examinations of Certain Matters

Ordered by The House of Commons *to be printed*
28th May 1991

LONDON: HMSO
£10.50 net

Table of Contents

		Page	Paragraphs
Part 1	**The Control of Administrative Manpower in the Northern Ireland Health and Personal Social Services**		
	Introduction and Background	10	1-4
	Summary and Conclusions	10	
	On the number of A&C staff	10	5-6
	On classifying A&C staff	11	7
	On the planning and control of Boards' A&C staff numbers	11	8-12
	On monitoring manpower numbers	11	13
	On management and administration costs	12	14
	On performance indicators	12	15
	On restructuring the health and personal social services in Northern Ireland	12	16-18
	Costs and Numbers of Administrative Staff	13	19-28
	Planning and Control of Administrative Staff	14	29-43
	DHSS	14	29
	CSA	15	30-32
	Boards	15	33-43
	Monitoring of HPSS Manpower	17	44-52
	Manpower Numbers	17	44-47
	Management and Administration Costs	18	48
	Performance Indicators	18	49-51
	Accountability Reviews	18	52
	Restructuring the Health and Personal Social Services in Northern Ireland	18	53-59
	Boards—1983	18	53-54
	Boards—1985	19	55
	Boards—1990	19	56-57
	CSA	19	58
	DHSS	19	59
	Appendix 1 Areas of A&C Work Classified as Patient-Related	20	
	Appendix 2 Percentage Change in Annual Salary and Wage Costs for A&C and all HPSS Staff: 1983/84 to 1989/90	21	
	Appendix 3 Number of A&C Staff (WTE) at 31 March	22	
	Appendix 4 Percentage Change in Boards' Staff Categories between March 1984 and 1990	23	
	Appendix 5 Percentage of A&C Staff Whose Work is Categorised as Patient-Related	24	
	Appendix 6 Headquarters A&C Staff per 100,000 In-patients and Unit of Management A&C Staff per 100,000 In-patients	25	

			Page	Paragraphs
	Appendix 7	A&C Staff at Headquarters and Units of Management per 100,000 In-patients	26	
Part II	**Car Lease Scheme in the Northern Ireland Civil Service**			
	Introduction		28	1-3
	Summary and Conclusions		28	
	On the setting up of the scheme		28	4-6
	Implementation—On the level of take-up		28	7-8
	On the minimum mileage		29	9
	On insurance		29	10
	On administration charge		29	11-12
	On the calculation of overall costs and estimated savings		29	13-17
	On the future of the scheme		30	18
	Car Lease Scheme		30	19-27
	Background to the introduction of the scheme		30	19-27
	Pilot scheme		31	28
	Methodology of CUPNI scheme		31	29-31
	Components of the scheme: NIAO Findings		32	32-45
	Level of Take-up		32	32-35
	Minimum Mileage		34	36-40
	Insurance		35	41-43
	Administration Charge		36	44-45
	Calculation of overall costs and estimated savings		36	46-55
	CUPNI's First Year Review		39	52
	NIAO Assessment of Savings		40	53-55
	The Future of the Scheme		41	56-57
	Appendix 1	Calculation of Potential Saving/Loss Per 100 Users	42	
	Appendix 2	Administration and Computer Costs—1988-89	43	
	Appendix 3	NIAO Calculation of Savings/ (Losses) by Department 1988-89	44	
	Appendix 4	NIAO Calculation of Savings/ (Losses) by Department 1989-90	45	

		Page	Paragraphs
Part III	**DOE: Northern Ireland Housing Executive: Home Loans and District Heating Schemes**		
	Introduction	48	1-2
	Summary and Conclusions	48	
	Home Loans Scheme:	48	3-8
	On loans advanced	48	3
	On interest rates	48	4
	On the home loans revenue account	48	5
	On administration expenses	49	6
	On arrears	49	7
	On other developments	49	8
	District Heating Schemes:	49	9-14
	On the revenue account	49	9
	On capital expenditure	49	10-12
	On arrears	50	13
	Operation of the schemes by commercial organisations	50	14
	Home Loans Scheme:	50	15-42
	Background	50	15-16
	Loans Advanced	51	17-18
	Interest Rates on Loans	51	19-24
	Revenue Account	53	25-30
	Administration Expenses	54	31-34
	Arrears	54	35-38
	Other Developments	55	39-42
	District Heating Schemes:	55	43-74
	Background	55	43-44
	Revenue Accounts	56	45-54
	Capital Expenditure on District Heating Schemes	58	55-73
	Arrears	60	68-73
	Operation of the Schemes by Commercial Organisations	61	74
	Appendix 1 Home Loans Scheme: 1981-82 to 1989-90	62	
	Appendix 2 Home Loans Scheme: Interest Rate Comparison	63	
	Appendix 3 Home Loans Scheme: Revenue Account	64	
	Appendix 4 District Heating Revenue Account: 1983-84 to 1989-90	65	

		Page	Paragraphs
Part IV	**DOE: General Grant Payable to District Councils**		
	Introduction and Background	69	1-6
	Summary and Conclusions	69	
	On regional and district rates	69	7
	On the general grant	69	8
	On the calculation of the grant payable to individual district councils and the resources element of the grant	69	9
	On the effect of derating	69	10
	On the Nugent Committee's recommendations	69	11
	On the absence of standard levels of provision and cost norms	69	12-15
	On compulsory competitive tendering	70	16-17
	On local accountability and the views of the committee of public accounts	70	18-19
	On councils' economy, efficiency and effectiveness	71	20
	Regional and District Rates	71	21
	The General Grant	71	22
	Calculation of the Grant Payable to Individual District Councils	71	23
	Resources Element of the Grant	71	24-29
	Derating Element of the Grant	72	30-31
	Nugent Committee's Recommendations	73	32-34
	Absence of Standard Levels of Provision and Cost Norms	73	35-41
	Compulsory Competitive Tendering	75	42-44
	Local Accountability and the Views of the Committee of Public Accounts	75	45-46
	Councils' Economy, Efficiency and Effectiveness	76	47-50
	Appendix 1 Calculation of the Standard Penny Rate Product and the Resources and Derating Factors	77	

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Privatisation of Harland and Wolff

Ordered by The House of Commons *to be printed*
30th May 1991

LONDON: HMSO
£ 6.70 net

Table of Contents

		Page	Paragraphs
SUMMARY AND CONCLUSIONS		8	1-6
Part 1	**Introduction**	13	
	Background	13	1.1-1.3
	Financial support during public ownership	13	1.4-1.6
	Monitoring of H&W plc	14	1.7-1.8
	The decision to privatise H&W	14	1.9-1.12
	Inquiry by the Select Committee on Trade and Industry	15	1.13
	Objectives of the Sale	15	1.14
	Scope of the Northern Ireland Audit Office examination	15	1.15
Part 2	**Process of Privatisation**	17	
	Appointment of Professional Advisers	17	2.1-2.2
	Identification and Assessment of Potential Buyers	17	2.3-2.14
Part 3	**The Financial and Other Terms of the Sale**	20	
	The Agreement with MEBO/Olsen	20	3.1-3.2
	Financial Terms of the Sale	20	3.3-3.4
	Retained Liabilities	20	3.5-3.6
	Undertakings by the Department	21	3.7
	Undertakings by MEBO/Olsen	21	3.8
	Investment by MEBO/Olsen	21	3.9
	Valuation of Assets	21	3.10-3.16
	Land and Buildings	21	3.10-3.13
	Plant and Machinery	22	3.14
	General	23	3.15-3.16
	Capitalisation	23	3.17-3.22
	Loan Stock Subscription	23	3.17-3.19
	Interest on Unsecured Loan Stock	23	3.20-3.22
	Recourse Facility	24	3.23-3.26
	Restructuring Aid	25	3.27
	Completion of H&W's Shipbuilding Contracts	25	3.28-3.40
	SWOPS Contract	25	3.30
	AOR Contract	25	3.31-3.40
	Intervention Aid	27	3.41-3.42
	Pension Fund Surplus	27	3.43-3.49
	Contribution to Pension Fund from 1 April 1989 to privatisation	28	3.49
	Tax Losses	28	3.50-3.51
	General	29	3.52-3.53
Part 4	**Notification to Parliament and Reference to the European Commission**	30	
	Notification of the sale to Parliament	30	4.1
	Notification to the European Commission	30	4.2-4.7
	Limit on assistance to H&W	31	4.5-4.7
	Approval by the European Commission	31	4.8
	Operating Aid to MEBO/Olsen	32	4.9

		Page	*Paragraphs*
Part 5	**Achievement of the Government's Objectives**	33	5.1-5.5
	Appendix 1 Government Assistance to Harland and Wolff	34	
	Appendix 2 Harland and Wolff PLC: Five Year Summary of Financial Results	35	
	Appendix 3 Summary of the Cost to Government of the Financial Terms Agreed with MEBO/Olsen	36	

NIAO

NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Northern Ireland Social Security Agency:

Control of Payments of Income Support

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed*
29 October 1992

LONDON: HMSO

675

Table of Contents

		Page	Paragraphs
Introduction		7	1-2
Background		7	3-4
Summary and Conclusions			
	On the Debt Management Review	8	5
	On the Incidence of Departmental Errors	8	6-11
	On the Level of Outstanding Debt	9	12
	On the Effectiveness of Debt Recovery	9	13-17
Main Report			
Part 1:	**Background**		
	The Situation in Great Britain	11	1.1
	Action in Northern Ireland	11	1.2-1.4
	Computerisation	13	1.5
	Overpayments Recovery Guide	13	1.6
	Debt Management Review	14	1.7
Part 2:	**Incidence of Departmental Errors**		
	Results of NIAO Examination	15	2.1-2.4
	Annual Report of the Chief Adjudication Officer	16	2.5-2.7
	Monetary Value of Errors	17	2.8-2.10
Part 3:	**Payment Accuracy Performance Indicator**	18	3.1-3.11
Part 4:	**Level of Outstanding Debt**	21	4.1-4.3
Part 5:	**Effectiveness of Debt Recovery**		
	Results of NIAO Examination	22	5.1-5.5
	Small Overpayments	23	5.6-5.9
	Repayment Rates	23	5.10-5.13
	Uprating of Benefit	24	5.14
	Recovery Target	24	5.15-5.17
	Cost of Recovering Overpayments	25	5.18-5.20

NIAO
NORTHERN IRELAND AUDIT OFFICE

Department of Agriculture: Forest Service

Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland

Ordered by The House of Commons *to be printed*
5 November 1992

LONDON: HMSO

Table of Contents

	Page	Paragraphs
Introduction and Background	7	1-6
Summary and Conclusions		
On the Objectives of State Forestry	8	7 (a)-(b)
On Land Acquisition	8	7 (c)-(f)
On the Viability of Timber Growing by the State	9	7 (g)-(h)
On Marketing	9	7 (i)
On Harvesting	9	7 (j)-(k)
On Management Information — Costing System	10	7 (l)-(m)
On Performance Indicators	10	7 (n)
On Planning and Organisation	10	7 (o)
On Private Sector Forestry	11	7 (p)-(s)
Main Report		
Part 1: Objectives of State Forestry	12	1.1-1.3
Part 2: Land Acquisition	13	2.1-2.12
Part 3: Viability of Timber Growing by the State		
Forest Service Trading Account—Notional Interest and the Valuation of Growing Timber	16	3.1-3.7
Marketing	17	3.8-3.11
Harvesting	18	3.12-3.17
Management Information—Costing System	19	3.18-3.19
Performance Indicators	19	3.20
Forest Service—Planning and Organisation	20	3.21-3.23
Part 4: Private Sector Forestry	21	4.1-4.8
Appendix 1:		
Forest Service: Annual Planting 1940-1991	23	
Appendix 2:		
Comparison of Sample Roadside with Standing Sales Net Revenue 1990-91	24	
Appendix 3:		
Forestry Grant Schemes	25	

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Third Report

MINISTRY OF DEFENCE: MANAGEMENT OF SUPPORT VEHICLES

Ordered by The House of Commons *to be printed*
15 June 1992

LONDON: HMSO
£8.75 net

679

TABLE OF CONTENTS

	Page
THIRD REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Meeting the services' needs for support vehicles	vi
Managing the support vehicle fleet	viii
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xi
EVIDENCE	
Wednesday 22nd January 1992	
Sir Michael Quinlan, GCB, Permanent Under-Secretary of State, Ministry of Defence	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr I Thomson, Second Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Supplementary memorandum from the Ministry of Defence (PAC 42) ...	15
2. Supplementary memorandum from the Ministry of Defence (PAC 66) ...	15
3. Supplementary memorandum from the NAO	17

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Fourth Report

POLYTECHNICS AND COLLEGES FUNDING COUNCIL

Ordered by The House of Commons *to be printed*
15 June 1992

LONDON: HMSO
£8.75 net

681

TABLE OF CONTENTS

	Page
FOURTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Organisational changes	vi
The Council's objectives, funding methodology and monitoring of quality	vii
Financial control	x
Estate and equipment management	xii
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiii
EVIDENCE	
Monday 10 February 1992	
Memorandum from the Polytechnics and Colleges Funding Council (PCFC) (PAC 25)	1
Memorandum from the Chief Executive PCFC (PAC 45)	2
Sir John Caines, KCB, Department of Education and Science and Dr William Stubbs, PCFC	3
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	3

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Fifth Report

CREATING AND SAFEGUARDING JOBS IN WALES

Ordered by The House of Commons *to be printed*
17 June 1992

LONDON: HMSO
£13.35 net

683

TABLE OF CONTENTS

	Page
FIFTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Measurement and monitoring of job achievements	vi
Costs and benefits of the schemes	ix
Training	xi
Glossary of terms	xii
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiii
EVIDENCE	
Wednesday 19 February 1992	
Memorandum submitted by the Welsh Office (PAC 54)	1
Sir Richard Lloyd Jones, KCB, Mr J. F. Craig, Mr C D Stevens, Welsh Office and Mr P. Head, Mr I. Rooks and Mr M. Henry, WDA	3
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr I Thomson, Second Treasury Officer of Accounts	3
APPENDICES	
1. Supplementary memorandum from the Welsh Office (PAC 74)	23
2. Supplementary memorandum from the WDA (PAC 73)	24
3. Memorandum from the Chief Executive, WDA (PAC 79)	72

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Sixth Report

SHIP SAFETY

Ordered by The House of Commons *to be printed*
17 June 1992

LONDON: HMSO
£8.75 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
SIXTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
General	vii
Improving safety standards	vii
Inspecting ships	ix
Inspecting ships in operation	xi
Fishing vessels	xii
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiv
EVIDENCE	
Monday 2 March 1992	
Memorandum submitted by NUMAST (PAC 62)	1
Memorandum submitted by the NAO updating the C&AG's Report (PAC 63)	3
Mr A P Brown, Permanent Secretary, Department of Transport	4
Mr R N le Marechal, Deputy Comptroller and Auditor General, and Mr I Thomson, Second Treasury Officer of Accounts	4

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Seventh Report

SALE OF THE WATER AUTHORITIES IN ENGLAND AND WALES

Ordered by The House of Commons *to be printed*
13 July 1992

LONDON: HMSO
£10.75 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
SEVENTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Preparations for sale	vi
The sale	xi
Subsequent developments	xiv
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xvii
EVIDENCE	
Wednesday 26 February 1992	
Sir Terence Heiser, GCB, Mr R Dudding, Department of the Environment and Mr D Challen, J. Henry Schroder Wagg and Co. Ltd.	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Supplementary memorandum from the Department of the Environment (PAC 81)	22
2. Further memorandum from the Department of the Environment (PAC 77)	23

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Eighth Report

MINISTRY OF DEFENCE: HELICOPTER MAINTENANCE

Ordered by The House of Commons *to be printed*
13 July 1992

LONDON: HMSO
£8.75 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
EIGHTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Maintenance and operational availability	vi
The naval aircraft repair organisation	vii
Contracting work to industry	ix
The Department's management information systems	x
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiii
EVIDENCE	
Wednesday 12 February 1992	
Sir Michael Quinlan, GCB, Permanent Under-Secretary of State, Ministry of Defence	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	1
APPENDIX	
Supplementary memorandum from the Ministry of Defence	13

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Tenth Report

THE 1990 STATEMENT ON MAJOR DEFENCE PROJECTS AND THE 1989 SUMMARY OF POST COSTING ACTIVITY

Ordered by The House of Commons *to be printed*
13 July 1992

LONDON: HMSO
£11.85 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
TENTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
General project management and contracting arrangements	vii
The progress of specific projects	viii
The security classification of information in the Major Projects Statement	xiii
The 1989 summary of post costing activity	xiv
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xvi
EVIDENCE	
18 November 1991	
Dr M McIntosh, Chief of Defence Procurement, Ministry of Defence ...	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr I S Thomson, Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Major Projects Statement 1990	22
2. Supplementary memorandum submitted by the Ministry of Defence ...	32
3. Note from the Chief of Defence Procurement (PAC 78)	34

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Eleventh Report

DEVELOPMENT BOARD FOR RURAL WALES: RETIREMENT SETTLEMENT TO FORMER CHIEF EXECUTIVE

Ordered by The House of Commons *to be printed*
13 July 1992

LONDON: HMSO
£9.75 net

TABLE OF CONTENTS

	Page
ELEVENTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
The retirement settlement	vi
Welsh Office monitoring and control	ix
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xi
EVIDENCE	
Sir Richard Lloyd Jones, KCB, Permanent Secretary, Mr R A Wallace, Principal Finance Officer, Welsh Office and Mr M J Flanagan, Chief Executive, Development Board for Rural Wales	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr I S Thomson, Second Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Memorandum submitted by the Permanent Secretary, Welsh Office (PAC 61)	23
2. Minutes of Board Meeting held at Ladywell House, 13 March 1990 (PAC 43)	25
3. Note by HM Treasury on the Responsibilities of NDPB Boards ...	25

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Twelfth Report

REDUCING CRIME IN LONDON

Ordered by The House of Commons *to be printed*
2 November 1992

LONDON: HMSO
£9.75 net

695

TABLE OF CONTENTS

Page

TWELFTH REPORT
Introduction and summary of conclusions and recommendations ... v
Directing resources against crime vii
Measuring police performance ix
The partnership approach to crime reduction xi

PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE xiii

EVIDENCE

Monday 15 June 1992

Sir Clive Whitmore, Permanent Secretary of State, Home Office and Mr John Smith, Deputy Commissioner, Metropolitan Police 1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts 1

APPENDICES
1. Memorandum from the Permanent Under-Secretary of State, Home Office (PAC 16) 21
2. Note from the NAO to the Committee (PAC 8) 21
3. Supplementary memorandum submitted by the Deputy Commissioner, Metropolitan Police 22

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Thirteenth Report

COASTAL DEFENCES IN ENGLAND

Ordered by The House of Commons *to be printed*
2 November 1992

LONDON: HMSO
£10.85 net

697

TABLE OF CONTENTS

	Page
THIRTEENTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
State of repair of coastal defences	vi
Performance of coastal defences and flood warning systems	ix
Appraisal of schemes	x
Planning and management of the programme	xi
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiv
EVIDENCE	
Monday 22 June 1992	
Sir Derek Andrews, Permanent Secretary, Ministry of Agriculture, Food and Fisheries, Mr E Gallagher, Chief Executive and Mr C Birks, Head of Flood Defence, National Rivers Authority	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Memorandum submitted by MAFF (PAC 5)	24
2. Supplementary evidence from the Permanent Secretary, MAFF (PAC10) ...	26

HOUSE OF COMMONS SESSION 1992–93

COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS

Fourteenth Report

COMMUNITY PHARMACIES IN ENGLAND

Ordered by The House of Commons *to be printed*
9 November 1992

LONDON: HMSO
£9.75 net

699

TABLE OF CONTENTS

	Page
FOURTEENTH REPORT	
Introduction and summary of conclusions and recommendations ...	v
Service to the public	vi
Access to pharmacies and pharmacists' remuneration	viii
Reimbursement of pharmacists	x
The future role of pharmacists	xi
PROCEEDINGS OF THE COMMITTEE	xiii
EVIDENCE	
Wednesday 24 June 1992	
Mr G Hart, CB, Permanent Secretary, Mr S Alcock, Policy Branch and Mr K Guiness, Finance Division, Department of Health	1
Sir John Bourn, KCB, Comptroller and Auditor General, and Mr J S Beastall, Treasury Officer of Accounts	1
APPENDICES	
1. Supplementary memorandum from the NHS Management Executive (PAC 25)	21
2. Supplementary evidence from the NHS Management Executive (PAC 26)	23

Northern Ireland Appropriation Accounts 1991-92

together with the Consolidated Fund Services Account; and the Report by the Comptroller and Auditor General for Northern Ireland thereon and upon the Revenue Accounts

Presented pursuant to section 1 of the Northern Ireland Act 1974

Ordered by The House of Commons *to be printed 12 November 1992*

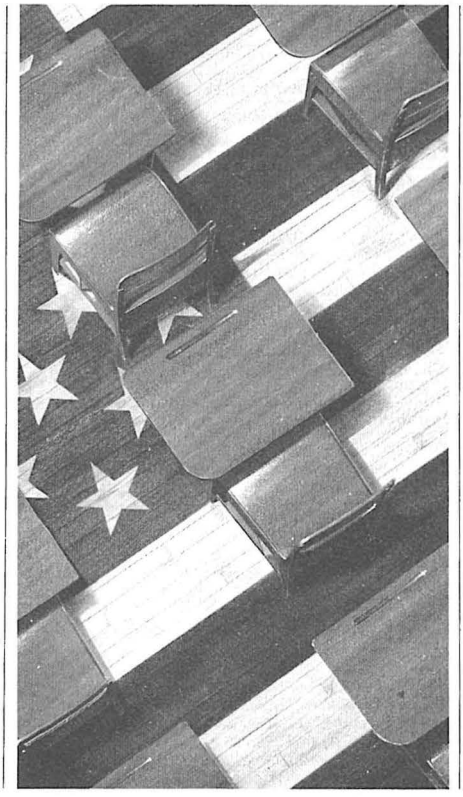
LONDON: HMSO

TABLE OF CONTENTS

	Page
REPORT BY THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL	7
SUMMARY OF VOTES	14
APPROPRIATION ACCOUNTS:	
Department of Agriculture	17
Department of Economic Development	35
Department of the Environment	51
Department of Education	75
Department of Health and Social Services	89
Other Public Services	103
CONSOLIDATED FUND SERVICES ACCOUNT	117
INDEX	119

THE G·A·O JOURNAL

A QUARTERLY SPONSORED BY THE U.S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE



LEARNING TO LEAD
The changing federal role in education

HISTORIC TRANSITION
Responding to the fall of Communism in Europe

MANAGERS' HELPERS
The emergence of government consultancies

PP
58

NUMBER 16
FALL/WINTER 1992

NUMBER 16
FALL/WINTER 1992

THE G·A·O JOURNAL

A QUARTERLY SPONSORED BY THE U.S. GENERAL ACCOUNTING OFFICE

C O N T E N T S

FOCUS	**THE CHANGING FEDERAL ROLE IN EDUCATION**	
	• VISIBILITY AND LEADERSHIP: THE CHANGING FEDERAL ROLE IN EDUCATION *Beatrice Birman*	3
	• THE READINESS GOAL *Sharon L. Kagan*	12
	• THREE STUDIES AT THE LOCAL LEVEL East Park Elementary School Prince George's County Public Schools Pasadena High School	19 20 22 24
	• FROM SCHOOL TO WORK *Sigurd R. Nilsen & Ellen B. Sehgal*	27
	• THE FIRST STEP TOWARD REFORM *Albert Shanker*	33
FEATURES	**RESPONDING TO THE FALL OF COMMUNISM IN EUROPE**	
	• THE UNITED STATES IN EUROPE: STAYING THE COURSE TO WIN THE PEACE *Brewster C. Denny*	44
	• A HISTORIC TRANSITION *Frank Conahan & Katherine Schinasi*	51
	• WHAT EASTERN EUROPE NEEDS NOW *Peter Bylsma*	59
	WHERE MANAGERS TURN FOR HELP *Linda G. Morra*	68
BOOK REVIEWS	Robert L. Barry and Gerard V. Bradley, editors, *SET NO LIMITS: A REBUTTAL TO DANIEL CALLAHAN'S PROPOSAL TO LIMIT HEALTH CARE FOR THE ELDERLY, reviewed by Eleanor Liebman Johnson* • Geoffrey Perret, *THERE'S A WAR TO BE WON: THE UNITED STATES ARMY IN WORLD WAR II* and Cpt. Carol Barkalow with Andrea Raab, *IN THE MEN'S HOUSE: AN INSIDE ACCOUNT OF LIFE IN THE ARMY BY ONE OF WEST POINT'S FIRST FEMALE GRADUATES, reviewed by J. Allan Hovey* •	76



Cover illustration by John Porter



JOURNAL OF MANAGEMENT AND TRAINING

VOLUME 10 NO 2 JULY 1992

* Statistical Sampling as an Aid to Test-Check.
* Changing Audit and Advisory Role of the CAG—U.K. Experience—Excerpts from the interview
* Social Responsibility of Enterprises—Need for Social Audit.

O & M DIVISION
OFFICE OF THE COMPTROLLER AND AUDITOR GENERAL OF INDIA

Journal of Management and Training Volume 10, No. 2. July 1992

CONTENTS

	Page
Statistical Sampling as an Aid to Test Check: R. Parthasarathy	1
Changing Audit and Advisory Role of CAG - UK experience	5
Auditing the Sale of Public Companies : Martin Garrido	8
Deficits and Union Budget 1992-93 : M.P. Gupta and P.K. Tiwari	11
Social Responsibility of Enterprises - Need for Social Audit : P.K. Brahma	16
Book Review Y. Krishan - Audit in India's Democracy : G. Jagathpathi	19

The views expressed in the articles/contributions represent the personal views of the authors and do not reflect offcial policies and pronouncements.



Financial Statements of the Government of New Zealand

FOR THE YEAR ENDED
30 JUNE 1992

Prepared and furnished to the House of Representatives in accordance with Part III of the Public Finance Act 1989

B1 [PT 1]

CONTENTS

Foreword	4
Introduction	5
Overview	7
Financial Statements	17
Statement of Responsibility	19
Statement of Accounting Policies	21
Operating Statement	26
Statement of Financial Position	27
Statement of Cash Flows	28
Statement of Borrowings	30
Statement of Commitments	33
Statement of Contingent Liabilities	34
Statement of Unappropriated Expenditure and Costs	35
Statement of Emergency Expenditure and Costs	38
Statement of Trust Money	39
Notes to the Financial Statements	42
Report of the Audit Office	62
Appendix A—Financial balance	63
Appendix B—Supplementary information on physical assets	66
Appendix C—Other ownership interests of the Crown	69
Appendix D—Details of borrowings	71
Commentary on the Financial Statements	79
Introduction	81
Accounting and reporting framework	83
Overview of the Crown Financial Statements	86
Interpreting the accrual information	90
Interpreting the results to 30 June 1992	93
Conclusion	97
Annex A—Methods of valuation and depreciation	98
Annex B—Functional classification of expenditure	100
Annex C—Relationship between new and existing fiscal data	101
Selected references	103
Glossary	104

PP
554

OLACEFS

REVISTA OLACEFS

Vol. I Num. 1



CONTROL GUBERNAMENTAL EN LA PRIVATIZACION DE LAS EMPRESAS PUBLICAS

•

LOS SISTEMAS DE CONTROL EN LOS ESQUEMAS DE INTEGRACION LATINOAMERICANA

•

VIGILANCIA DE LA GESTION AMBIENTAL

índice

editorial

3 **artículos de fondo**

Antecedentes del control gubernamental en América Latina
Por Javier Castillo Ayala

8 **El control gubernamental en la privatización de las empresas públicas: la experiencia brasileña**
Por Adhemar Paladini Ghisi

15 **El control gubernamental en la desincorporación de las empresas públicas: el caso mexicano**
Por Octavio G. West Silva

22 **Desarrollo de los sistemas de control en los esquemas de integración de América Latina**
Por Héctor Rodríguez Dalgo

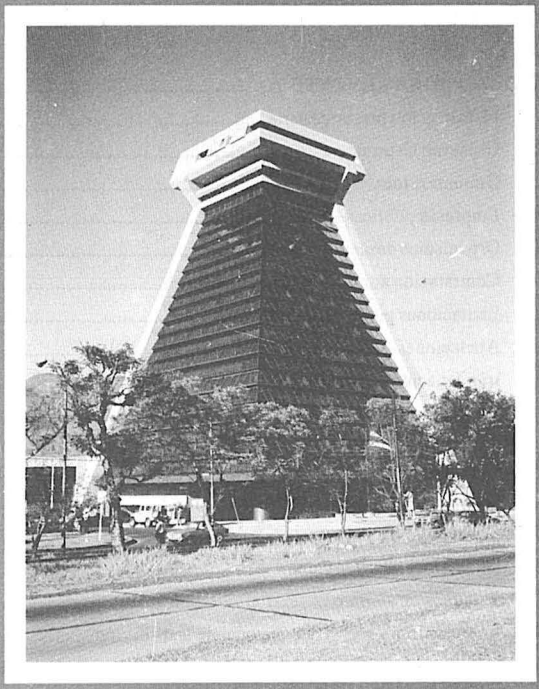
45 **Elementos para la vigilancia de la gestión ambiental**
Por Manuel Francisco Becerra Barney

49 **notas breves**

-Entrega recepción de la sede de OLACEFS
-Reuniones de Consejo Directivo y Asamblea General
-Capacitación 1991
-Convenio DSE-OLACEFS
-Reconocimiento de la OLACEFS ante organismos internacionales
-Eventos
-Subprograma de capacitación 1992

55 **reseña documental**

CONTRALORIA GENERAL DE LA REPUBLICA



MEMORIA

1991

INDICE

PRIMERA PARTE
FISCALIZACION DE LA HACIENDA PUBLICA

Página

1. **FISCALIZACION PREVENTIVA** 1
   - 1.1 Fiscalización presupuestaria 1
   - 1.1.1 Gobierno Central 2
   - 1.1.2 Gobiernos locales 3
   - 1.1.3 Empresas públicas 4
   - 1.1.4 Organismos descentralizados 5
   - 1.2 Contratación administrativa 6
   - 1.2.1 Licitaciones públicas 6
   - 1.2.1.1 Apelaciones 6
   - 1.2.1.2 Impugnación de carteles 7
   - 1.2.2 Diligencias promovidas para que este despacho levante impedimento para contratar con la administración 7
   - 1.2.3 Contrataciones directas 7
   - 1.2.4 Ordenes de compra refrendadas 8
   - 1.2.5 Consultas evacuadas 8
   - 1.2.6 Otras funciones y asuntos 8
   - 1.2.7 Recursos de amparo 8
   - 1.2.8 Intervenciones varias del personal de la dirección 8
   - 1.2.9 Circular sobre el artículo 7 de la Ley de Modernización del Sistema Financiero 9
   - 1.2.10 Licitación Pública No. 5206 del ICE, compra de centrales telefónicas electrónicas 9

2. **FISCALIZACION POSTERIOR** 10
   - 2.1 Auditoría 10
   - 2.1.1 Resultados de la labor de fiscalización de la Dirección General de Auditoría 10
   - 2.1.1.1 Evaluación del sistema de control interno 11
   - 2.1.1.2 Deficiente sistema contable 11
   - 2.1.1.3 Deficiencias en actas de las sesiones de órganos directivos 12
   - 2.1.1.4 Evaluación del destino y uso de partidas específicas, transferencias y subvenciones 12
   - 2.1.1.5 Incumplimiento de disposiciones y recomendaciones de la Dirección General de Auditoría 12

2.1.2 Informes enviados al Ministerio Público, Organismo de Investigación Judicial y Dirección General de la Tributación Directa 12
2.1.3 Hacia una optimización de los recursos empleados en la fiscalización posterior 13
2.1.4 Sistema técnico integral de planificación estratégica para la fiscalización posterior 13
2.1.5 Opinión sobre el funcionamiento del sector público 13
2.1.6 Sugerencias para mejorar el sector público 14
2.2 Control de Obras Públicas 15
2.2.1 Denuncias 15
2.2.2 Asesorías 16
2.2.3 Fiscalización técnica de las obras públicas mediante las visitas al campo 16
2.2.4 Otros estudios programados y trabajos realizados 17

3. FUNCIONES DE ASESORIA 18
3.1 Asesoría jurídica 18
3.1.1 Comentario general 18
3.1.2 Consultas escritas y verbales 18
3.1.3 Refrendo de contratos 19
3.1.4 Refrendo de facturas 20
3.1.5 Asesoramiento y coordinación interna 20
3.2 Asesoría económica 20
3.2.1 Control tarifario 21
3.2.2 Control de ingresos 21
3.2.3 Control de las condiciones económico-financieras de contratos 23
3.3 Mejoramiento del control superior 23
3.3.1 Estudio y revisión del ordenamiento jurídico que asigna funciones a la Contraloría General de la República y a las unidades de auditoría interna 23
3.3.2 Organización de la jurisprudencia administrativa emitida por la Contraloría General de la República 24
3.3.3 Mejoramiento del sistema de control interno 24
3.3.3.1 Manual sobre normas técnicas de control interno en los Sistemas de Información Computadorizados (SIC) 24
3.3.3.2 Manual sobre normas técnicas de control interno relativas al uso y mantenimiento de los vehículos 24
3.3.3.3 Manual sobre normas técnicas de control interno relativas a la contratación administrativa 24
3.3.3.4 Manual sobre normas técnicas de control interno relativas a recursos humanos 25
3.3.3.5 Manual sobre normas técnicas de control interno 25
3.3.3.6 Revisión de reglamentos relativos a contratación administrativa 25

3.3.3.7 Conferencias 25
3.3.3.4 Relaciones con las unidades de auditoría interna públicas 25
3.3.4.1 Establecimiento de una base de datos computadorizada 25
3.3.4.2 Realización del VII Congreso Nacional de Auditores Internos 25
3.3.4.3 Revisión de reglamentos 26
3.3.4.4 Asesoría 26
3.3.5 Modificación de sistemas contables y de tesorería 26
3.3.6 Asistencia técnica de la Agencia Internacional de Desarrollo (AID) 26
3.3.7 Décimo Congreso Latinoamericano y del Caribe de Entidades de Fiscalización Superior (CLADEFS) 27
3.3.8 Establecimiento y mejoramiento de la responsabilidad de planificación 27
3.3.9 Centro de Capacitación 27

Anexo Nº. 1 31
Anexo Nº. 2 32
Anexo Nº. 3 33
Anexo Nº. 4 34
Anexo Nº. 5 44
Anexo Nº. 6 48

SEGUNDA PARTE
ANALISIS ECONOMICO FINANCIERO DEL SECTOR PUBLICO

4. **GOBIERNO CENTRAL** 51
4.1 Liquidación ajustada del presupuesto 51
4.1.1 Resultados de la ejecución total 51
4.1.1.1 Comparación de la ejecución de los ingresos totales, 1990-91 52
4.1.1.2 Comparación de la ejecución de los gastos totales, 1990-91 53
4.1.1.3 Origen del superávit del ejercicio 54
4.1.1.4 Análisis económico financiero de los resultados 55
4.1.2 Resultados de la ejecucuión total real 57
4.2 Liquidación de los presupuestos Ordinario y Extraordinario de la República 58
4.2.1 Liquidación legal 58
4.2.2 Ejecución real del presupuesto 63
4.2.3 Desfases de la ejecución presupuestaria 64
4.3 Ingresos 65
4.3.1 Ingresos presupuestos 65
4.3.2 Ingresos efectivos 65

4.3.3 Liquidación del presupuesto de ingresos 66
4.3.4 Factores que influyeron en el resultado 68
4.3.5 Resumen 69
4.4 Gastos 69
4.4.1 Introducción 69
4.4.2 El gasto presupuesto 70
4.4.3 El gasto efectivo 72
4.4.4 Presupuesto de egresos no ejecutado 72
4.5 Situación de tesorería 82

5. ORGANISMOS DESCENTRALIZADOS Y EMPRESAS CONSTITUIDAS COMO SOCIEDADES ANONIMAS 82
5.1 Instituciones públicas de servicio 82
5.1.1 Liquidación del presupuesto total 82
5.1.1.1 Liquidación del presupuesto total de ingresos 82
5.1.1.2 Liquidación del presupuesto total de egresos 82
5.1.1.3 Resultado de la liquidación 83
5.1.2 Evolución del gasto 84
5.1.2.1 Evolución del gasto según el objeto 84
5.1.2.2 Evolución del gasto según clasificación económica 85
5.1.3 Comentario general sobre los programas de Asignaciones Familiares 87
5.2 Empresas públicas no financieras 90
5.2.1 Liquidación del presupuesto total 90
5.2.1.1 Liquidación del presupuesto total de ingresos 90
5.2.1.2 Liquidación del presupuesto total de egresos 90
5.2.1.3 Resultado de la liquidación 90
5.2.2 Evolución del gasto 92
5.2.2.1 Evolución del gasto según el objeto 92
5.2.2.2 Evolución del gasto según clasificación económica 93
5.3 Empresas públicas financieras 98
5.3.1 Liquidación del presupuesto total 98
5.3.1.1 Liquidación del presupuesto total de ingresos 98
5.3.1.2 Liquidación del presupuesto total de egresos 100
5.3.1.3 Resultado de la liquidación 100
5.3.2 Evolución del gasto 103
5.3.2.1 Evolución del gasto según su objeto 103
5.3.2.2 Evolución del gasto según clasificación económica 104
5.4 Empresas públicas constituidas como sociedades 107
5.4.1 Liquidación del presupuesto total 108

5.4.1.1 Liquidación del presupuesto total de ingresos 108
5.4.1.2 Liquidación del presupuesto total de egresos 109
5.4.1.3 Resultado de la liquidación 110
5.4.2 Evolución del gasto 112
5.4.2.1 Evolución del gasto según su objeto 112
5.4.2.2 Evolución del gasto según clasificación económica 113

6. GOBIERNOS LOCALES 117
6.1 Liquidación del presupuesto total 117
6.1.1 Liquidación del presupuesto total de ingresos 117
6.1.1.1 Evolución de los ingresos efectivos 118
6.1.2 Liquidación del presupuesto total de egresos 119
6.1.3 Resultado de la liquidación 119
6.2 Evolución del gasto 121
6.2.1 Evolución del gasto según su objeto 121
6.2.2 Evolución del gasto según clasificación económica 122

7. SECTOR PUBLICO: CUENTA ECONOMICA CONSOLIDADA 127
7.1 Breve introducción metodológica 127
7.2 Resultados principales del gobierno general 128
7.3 Sector público no financiero 129
7.4 Sector público consolidado 130
7.5 Conclusión 130

8. DEUDA PUBLICA 130
8.1 Gobierno Central 130
8.2 Instituciones públicas de servicio 131
8.3 Empresas públicas no financieras 132
8.4 Empresas públicas financieras 133
8.5 Empresas públicas constituídas como sociedades 134
8.6 Gobiernos locales 135
8.7 Deuda consolidada del sector público 136
8.7.1 Estado de la deuda pública externa 136
8.7.2 Estado de la deuda pública consolidada interna 137

9. ENTIDADES PRIVADAS SUJETAS A LA FISCALIZACION DE LA CONTRALORIA GENERAL DE LA REPUBLICA 138
9.1 Liquidación del presupuesto total 138
9.2 Evolución de los ingresos y gastos efectivos 139

H. CAMARA DE DIPUTADOS
Comisión de Vigilancia

Informe Previo sobre la Revisión de la Cuenta de la Hacienda Pública Federal de 1991

CONTADURIA MAYOR DE HACIENDA
H. Cámara de Diputados

Contaduría Mayor de Hacienda
Octubre de 1992

Indice

I.	Presentación	7
II.	Alcance de la Revisión	13
III.	Apego a los Preceptos Legales	23
IV.	Observancia de los Principios Básicos de Contabilidad Gubernamental	31
V.	Análisis de los Aspectos Económicos	39
VI.	Evaluación de los Resultados Financiero-presupuestarios	51
VII.	Avances en el Proceso de Modernización de la Gestión Pública	85
VIII.	Análisis de Subsidios y Transferencias	101
IX.	Orientación Sectorial del Gasto y Cumplimiento de las Metas Programáticas	107
X.	Los Estados Financieros del Sector Paraestatal	137
XI.	Evolución en la Presentación de la Cuenta de la Hacienda Pública Federal	152
XII.	Consideraciones Generales	159

Suplemento A: Informe Previo, Indice General de sus tomos Anexo I y II, sobre las revisiones efectuadas

Suplemento B: Apéndice Estadistico del Informe Previo sobre la Cuenta de la Hacienda Pública Federal de 1991